



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG

JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO

SOCIOMETABOLISMO DO ONÇA E AS MARCAS DA FERA:
UMA ANÁLISE TERRITORIAL DO DISTRITO DE EMBOABAS-
MG

São João del-Rei

2023



Universidade Federal
de São João del-Rei

SOCIOMETABOLISMO DO ONÇA E AS MARCAS DA FERA: UMA ANÁLISE TERRITORIAL DO DISTRITO DE EMBOABAS- MG

João Francisco do Oliveira Neto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental e Territorial

Linha de pesquisa: Dinâmica do Espaço Rural e Urbano

Orientador: Ivair Gomes

Coorientador: Renan Amabile
Boscariol

São João del-Rei
(2023)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SOCIOMETABOLISMO DO ONÇA E AS MARCAS DA FERA: UMA ANÁLISE TERRITORIAL DO DISTRITO DE EMBOABAS-MG

Autor: João Francisco de Oliveira Neto

Orientador: Ivair Gomes

Coorientador: Renan Amabile Boscarol

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:

Prof. Dr. Ivair Gomes– Orientador

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Universidade Nacional de Brasília - UNB

Prof. Dr. Arlon Cândido Ferreira

Universidade Federal Fluminense - UFF

São João del-Rei
Novembro de 2023

Pequeno Cantar Acadêmico a Modo de Introdução

“Daqui de cima, no pavimento superior, pela janela gradeada da Cadeia onde estou preso, vejo os arredores da nossa indomável Vila sertaneja. O Sol treme na vista, reluzindo nas pedras mais próximas. Da terra agreste, espinhenta e pedregosa, batida pelo Sol esbraseado, parece desprender-se um sopro ardente, que tanto pode ser o arquejo de gerações e gerações de Cangaceiros, de rudes Beatos e Profetas, assassinados durante anos e anos entre essas pedras selvagens, como pode ser a respiração dessa Fera estranha, a Terra - esta Onça-Parda em cujo dorso habita a Raça piolhosa dos homens. Pode ser, também, a respiração ferosa dessa outra Fera, a Divindade, Onça-Malhada que é dona da Parda, e que, há milênios, acicata a nossa Raça, puxando a para o alto, para o Reino e para o Sol”

Ariano Suassuna, 2017

RESUMO

“Ermo” e “fim de mundo” são expressões que conotam uma severa qualidade de atraso, vazio, sobretudo de um espaço a-histórico, onde nada acontece. Estes léxicos topológicos são alguns que dão sentido ao que foi o antigo Arraial de São Francisco de Assis do Onça, hoje anexado ao município do São João Del Rei-MG e oficializado enquanto Distrito de Emboabas, embora haja um desacordo com a comunidade local, que insiste no uso de seu antigo topônimo. O povo do Onça, protagonistas históricos que, apesar de terem suas escrituras no espaço invisibilizadas e negligenciadas pelos centros de simbolização do mundo moderno, fazem do ermo um espaço repleto de significações, afetos, costumes e memórias que dão um sentido coletivo à sua comunidade. Ao partir da hipótese de que a discordância toponímica presente no Distrito de Emboabas/Onça envolve mais do que uma pontual correção de nomenclatura na malha distrital mineira, escondendo uma complexa conflitividade que se estabelece na clivagem constituinte de um sistema mundial moderno/colonial, o seguinte trabalho tem como principal objetivo tecer uma análise da formação territorial do Distrito de Emboabas com ênfase nos usos e representações territoriais de sua comunidade local. Com esse intuito, fundamentadas na tradição geográfica latino-americana de análise territorial, as discussões a seguir partem da ativação popular do antigo topônimo do Onça como porta de entrada empírica das investigações de sua territorialidade. Em um constante e complexo processo de fricção, tensão e simbiose com os projetos globais de imposição de um modelo civilizatório universal equacionado na Europa enquanto centro do mundo, outras histórias e saberes locais são impelidos a elaborar estratégias de se fazer vivíveis e visíveis às contradições que a modernidade incide em seus territórios. Ao se atentar para as relações sociometabólicas entre a desruralização populacional do Distrito de Emboabas com a modernização da agricultura brasileira, sobretudo no que tange à expansão do monocultivo de soja na região do Campo das Vertentes-MG, o texto propõe uma reflexão crítica acerca dos impactos socioambientais desencadeados pelo complexo produtivo da soja em uma comunidade distrital, assim como busca angariar as estratégias situadas de organização contra-hegemônicas frente à instrumentalização capitalista de seus territórios de vida. Como operação estético-política explicitamente barroca, o povo do Onça ativa sua antiga toponímia de catequese de maneira a resgatar um passado que se faz presente como estratégia de deslocamento e acomodação comunitária entre as fronteiras epistemológicas da modernidade. Ainda que em processo de precarização e des-envolvimento territorial, uma cartografia barroca insurge das Minas como afirmação de uma práxis eclesiástica de importância central para a regulação dos fluxos materiais e imateriais da comunidade do Onça.

Palavras-Chave: Formação Territorial; Metabolismo Social; Ermo; Escala Distrital; Descaso Geohistórico.

SOCIOMETABOLISM OF THE "ONÇA" AND THE MARKS OF THE BEAST: A TERRITORIAL ANALYSIS OF THE EMBOABAS DISTRICT- MG

ABSTRACT

“Deserted” and “end of the world” is expressions that brings up a severe delayed quality, empty, and mainly of an empty ahistorical place, where nothing happens. These topological lexicons that give meaning to what once was Arraial de São Francisco de Assis do Onça, today attached to São João Del Rei’s County – MG and established as Emboaba’s district, even though in disagreement with the local community that insists in using their old toponym. The “povo do Onça”, historical protagonists that, despite having their scriptures in space made unseen and neglected by the symbolic centers of the modern world, make the remote a space filled with meaning, affection, memories and habits that gives them a sense of collective community. Through the hypothesis that the toponymic disagreement present on Distrito de Emboabas/Onça amasses more than a punctual nomenclature on Minas Gerais’s districtal grid, but hides a complex conflictivity that establishes itself on the constituent cleavage of a modern/colonial world system, the following paper has the main goal of weaving a territorial formation analysis of Emboabas’s district with emphasis on the local community’s uses and territorial representations. With this purpose, reasoned on Latin-American geographical tradition of territorial analysis, the following discussion comes from the popular activation of their old toponym of ‘Onça” as an empirical entryway of its territorial investigations. In a complex and constant process of friction, symbiosis and tension with imposing global projects of an universal civilizatory model equated on Europe as socio-cultural center of the world, other histories and local knowledge are impelled to elaborate strategies to make them visible and livable, as opposing the contradictions that modernity lays unto their territory. When paying attention to the sociometabolic relations between populational de-ruralization of Emboabas’s District with modern Brazilian agriculture, especially with regards to the expansion of soybean monoculture on the Campo das Vertentes-MG region, the paper propose a critical reflection towards socioenvironmental impact triggered by the soybean monoculture complex production on a districtal community, as well as seeking to raise situated strategies of conter-hegemonic organization in the face of capitalist instrumentalization of their territories. As an explicitly baroque aesthetic-political operation, the “povo do Onça activate their ancient toponym of catechesis, as a device for rescuing a past that makes itself present as a community accommodation and displacement between the epistemological borders of modernity. Although in a process of precariousness and territorial development, a baroque cartography emerges from Minas as an affirmation of an ecclesiastical praxis of central importance for regulating the material and immaterial flows of the Onça community.

Key-Words: Territorial formation; Social metabolism; waste; Districtal scale; Geohistorical neglect.

LISTA DE FIGURAS

	<u>Pág.</u>
Figura 1. Mapa de Localização de Emboabas, São João del Rei/MG	20
Figura 2. Igreja Nossa Senhora das Mercês, São João del Rei	22
Figura 3. Praça Matriz e Igreja da Vila do Distrito de Emboabas	23
Figura 4. A Formação Territorial Miltoniana como Refinamento Epistemológico das Análises Sociais	29
Figura 5. Placa informativa em Frente à Igreja de São Francisco de Assis do Onça	31
Figura 6. Produção de soja no Distrito de Emboabas	35
Figura 7. Mapa de Localização das Comarcas de Minas e suas Sedes (1713)	46
Figura 8. Carta Cartográfica da Comarca do Rio das Mortes, Pertencente a Comarca das Minas Gerais (1777)	50
Figura 9. Fotografia Aérea do Perímetro Urbano do Distrito de Emboabas	52
Figura 10. Pintura do Teto da Igreja de São Francisco de Assis do Onça	56
Figura 11. Processos de Estruturação dos Estados-Nações do Primeiro Mundo e da América Latina	63
Figura 12. Lógicas Zonais e Radiais de Escalonamento Espacial	68
Figura 13. Vila do São Francisco de Assis do Onça, Sede do Distrito de Emboabas/MG Fonte: Fotografia recolhida em trabalho de campo (2022)	69
Figura 14. Gráfico de Êxodo Rural no Distrito de Emboabas (1991-2010).....	79
Figura 15. Gráfico de Pirâmide Etária do Distrito de Emboabas (1996-2010)	80
Figura 16. Mapa de Localização do Distrito de Embobas e do Campo das Vertentes	84
Figura 17. Mapa de Uso e Cobertura da Terra No Distrito de Emboabas (1985 – 2022)	91
Figura 18. Lavouras Temporárias e Pastagens no Distrito de Embobas em Km ² (1885 – 2022)	92
Figura 19. Asfaltamento da Via de Acesso ao Distrito de Emboabas (2023)	93
Figura 20. Cartaz da Festa de São Francisco de Assis no Distrito de Emboabas (2022)	95
Figura 21. Encontros e Festividades da Comunidade do Onça.....	96

LISTA DE TABELAS

Pág.

Tabela 1: Relação Demográfica dos Distritos de São João Del Rei - 2010.....	21
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CFS	Climate False Solutions
CONAB	Campanha Nacional de Abastecimento
EZLN	Exército Zapatista de Liberação Nacional
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA	Instituto Pensar Agro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MG	Minas Gerais
PLs	Projetos de Lei
SJDR	São João del Rei

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1. Objetivos	11
1.2. Objetivos Específicos	12
1.3. Metodologia	12
1.4. Capítulo I – Do Distrito de Emboabas ao povo do onça: giro territorial, estudos distritais e conhecimento	13
1.5. Capítulo II – Condições espaciais de um tempo lento: códigofagia do onça, componente eclesiástico e rede urbana colonial nas Minas setecentistas	14
1.6. Capítulo III – A política de escala do Estado Novo e o Distrito de Embobas: o projeto desenvolvimentista e a (des)construção dos ermos	14
1.7. Capítulo IV – O sociometabolismo do Onça e as marcas da fera: sociedade e natureza, ecologia política e práxis eclesiástica	15
CAPÍTULO I – DO DISTRITO DE EMBOABAS AO POVO DO ONÇA: GIRO TERRITORIAL, ESTUDOS DISTRITAIS E CONHECIMENTO FRONTEIRIÇO	17
2.1. O Distrito de Emboabas e o descaso geohistórico do Onça	19
2.2. Giro territorial e a geografia latino-americana: construindo um conhecimento fronteiriço	25
2.3. O terceiro-mundismo: da formação socioeconômica à formação territorial	27
2.4. Ermatização, ideologias geograficas e fronteiras internas	30
2.5. Lógicas particulares de produção, guerra dos lugares e fratura sociometabólica	33
2.6. À territorialidade do Onça: uma cartografia barroca	36
CAPÍTULO II – AS CONDIÇÕES ESPACIAIS DE UM TEMPO LENTO: O COMPONENTE ECLESIASTICO NA FORMAÇÃO DA REDE URBANA COLONIAL DAS MINAS SETECENTISTAS.....	39
3.1. O papel das Minas setecentistas na consolidação do sistema-mundo moderno-colonial.....	41

3.2 A rede urbana colonial enquanto negação-afirmação do rural brasileiro	45
3.3. As condições espaciais de um tempo lento	48
3.4. O componente eclesiástico e a Vila de São Francisco de Assis do Onça	51
3.5. Codigofagia do Onça, clivagem constituinte e o ethos barroco	54
CAPÍTULO III – A POLÍTICA DE ESCALA DO ESTADO NOVO E O DISTRITO DE EMBOABAS: O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA E A (DES)CONSTRUÇÃO DOS ERMOS	59
4.1. Do Estado Territorial Moderno ao Estado-Nação	60
4.2. Estado Novo, ideologias geográficas e desenvolvimento	64
4.3. O Distrito Municipal e as lógicas de escalonamento espacial.....	66
4.4. Emboabas: um topônimo de gabinete	70
4.5 A (des)construção dos ermos	72
CAPÍTULO IV – O SOCIOMETABOLISMO DO ONÇA E AS MARCAS DA FERA: SOCIEDADE E NATUREZA, ECOLOGIA POLÍTICA E PRÁXIS ECLESIÁSTICA NO DISTRITO DE EMBOABAS-MG	76
5.1. A desruralização populacional do Distrito de Emboabas	79
5.2. Modernização e estabelecimento de uma agricultura sem agricultores no Campo das Vertentes	81
5.3. Crise civilizatória, lógicas trágicas e capitalismo verde.....	84
5.4. Metabolismo-social, ecologia política e produtividade negentrópica: os fluxos materiais e imateriais da natureza	87
5.5. As marcas da fera: técnica e des-envolvimento no Distrito de Emboabas	89
5.6. Ao sociometabolismo do Onça: instrumentalização ecológica de uma práxis eclesiástica codigofágica	93
5.7. A indissociabilidade rural/urbano e a Vila do Onça.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

Localizado no município de São João del Rei - MG, ainda hoje, o Distrito de Emboabas é habitualmente vinculado a adjetivos que o conotam uma severa qualidade de passado, atraso ou isolamento. “Ermo”, “fim de mundo”, ou mesmo “onde Judas perdeu as botas”, são parte do léxico político-espacial que dão um sentido não só ao que foi o antigo Arraial de São Francisco de Assis do Onça, mas também à grande parte dos pequenos povoados e vilas, que esparramados entre as regiões mais altas do país, formam um rosário de povoamentos mineiros que ainda hoje, conservam as marcas de um passado que ainda se faz presente nas praças, nas igrejas, no roçado, e principalmente em suas comunidades.

O “povo do Onça”, como se reconhecem os moradores de Emboabas em inconformidade com seu topônimo oficial, inclusive entre os pequenos povoados ao entorno de sua Vila, como Montevideo, Cananeia e Morro Grande, carregam entre suas marcas geohistóricas, um dos episódios mais intensivos no que diz respeito a exploração e deslocamento de ouro durante o período colonial na América Latina, de impacto suficiente para cravar nome a uma identidade regional de proporções zonais semelhante ao território da Espanha. Minas Gerais, região brasileira que abarca a maior quantidade de municípios, em um total de 852, e distritos e subdistritos, com exatos 2816, pode ser estranhamente considerada o estado federativo mais urbano do Brasil (IBGE).

Mesmo que não se destacasse pela abundância de jazidas minerais de aluvião, verdadeiras ilhas negentrópicas das quais a natureza tratou de depositar ao longo de milhares de anos, a até então Vila de São Francisco de Assis do Onça, prestou um papel fundamental na instalação da empresa aurífera no século XVIII, sobretudo no provimento de alimentos e equipamentos de lida para o abastecimento de uma rede urbana colonial que se formava em um tempo anterior ao ritmo acelerado das cidades industriais, um “tempo do onça”, onde as abstrações da razão ainda pouco se valiam para lá das fronteiras do mundo barroco.

Além de uma forte ruralidade, o povo do Onça herda de seus trezentos anos de história as frestas das incompletas estruturas do poder colonial, resultado de tendências contrapostas que de um lado, traz a forma dominante, contudo decadente da conquista ibérica e seu projeto cristão de conversão das cosmovisões indígenas a afrodescendentes, da qual dava lugar a uma nova ordem mundial protagonizada pelos países do norte europeu e o efervescer dos ideários iluministas; de outro, a forma derrotada porém emergente de

sua colônia, que anunciava não apenas a insurgência nativista e o desembocar das independências nacionais latino-americanas, mas também um forte movimento antropofágico derivado do complexo trabalho de resistência e ressemiotização por parte das experiências e saberes subalternizados pelo colonialismo.

Enquanto comunidade que surge da apropriação dos mecanismos eclesiásticos, a princípio destinados a co-operar com a conquista colonial, o povo do Onça se fez a partir de estratégias codigofágicas de acomodação e deslocamento das fronteiras epistemológicas estabelecidas pelos projetos globais do século XVIII. Ruralidade e um forte espírito associativo com base nos princípios católicos de solidariedade e comunhão parecem ser, ainda hoje, importantes dispositivos prático-políticos não apenas da comunidade do Onça, mas de boa parte desses “fins do mundo”, que ignorados por uma história que se impõe enquanto universal, fazem do “ermo”, um espaço repleto de significações, afetos e memórias que dão um sentido coletivo de comunidade e de aderência aos seus territórios de vida.

Qual poderia ser a função de vulgos “fins de mundo” na consolidação de seus “centros de mundo”? Não seria o Distrito um “meio do mundo”, espécie intermediária entre centros urbanos e as “inóspitas” zonas rurais brasileiras? Ou melhor, uma forma particular e situada de estar, ver e agir no mundo? Interrogações que trazem de volta o espinhoso debate das dinâmicas socio-metabólicas entre o rural/urbano e nos apela para uma perspectiva epistemológica que possibilite a compreensão dos motivos, das intensidades, das táticas e estratégias de apropriação simbólica e material do mundo.

Além de testemunho de uma trama territorial de extrema importância para compreensão da história nacional, tão quanto as ditas “cidades históricas”, o povo do Onça nos diz respeito a um passado-presentificado, ainda vivo, que através de uma estética barroca, codigofágica, criativa e especializada na reapropriação simbólica das contradições impostas pela modernidade/colonialidade, carrega em seus saberes e práticas, uma versão ímpar de significar nosso “estar-no-mundo”. Contudo, o descaso geohistórico com que pequenos povoados e vilas brasileiras foram abordados ao longo do séc. XX, somada com uma progressiva racionalização e valorização capitalista do espaço, implicam hoje em sérios riscos de ordem política e epistemológica para a reprodução de suas comunidades.

Em casos extremos, como no trágico episódio do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale no subdistrito de Bento Rodrigues/Mariana, ainda sem a devida responsabilização dos culpados, sem a indenização das vítimas, somado aos altos riscos

de novos desastres semelhantes, são exemplos de um incontestável apagamento geohistórico de comunidades distritais. No (des)caso de Emboabas, essa negligência não se estaciona em uma pontual revisão toponímica, visto a falta de indícios da relação do distrito com a guerra de Emboabas e a inconformidade dos moradores que reclamam por seu antigo topônimo de catequese, mas em um processo programático de desenvolvimento da comunidade com seu território.

Localizado ao sul da cidade de São João del Rei-MG, Emboabas se insere efetivamente no circuito moderno de produção agrícola a partir da década de 90. Situado entre as regiões mais altas do município, sua topografia plana e de clima ameno se tornou propícia para implementação de maquinários e técnicas modernas de cultivo, o que fez do distrito uma zona de expansão do complexo produtivo agro-industrial-financeiro de grãos, com destaque para a soja, milho e outros transgênicos. Um modelo agrário/agrícola extremamente oligopolizado pelas multinacionais do agronegócio, cujas consequências envolvem tanto o êxodo rural e a fuga da juventude por melhores condições laborais, quanto um grave processo de precarização dos modos de vida de sua comunidade.

Fixados no “ermo”, expressão que conota uma severa qualidade de atraso, solidão, vazio e sobretudo de um espaço a-histórico, onde nada acontece, o destino do Onça é facilmente vinculado a diagnósticos que apontam para a inevitabilidade histórica de sua des-territorialização, o que além de legitimar um universalismo abstrato presente nas narrativas hegemônicas, eclipsam a clivagem constituinte de uma história global que se constrói sobre as fronteiras epistemológicas do mundo moderno/colonial, produtoras não só de centros e periferias, mas paradoxalmente também de um conhecimento fronteiriço, capaz de transitar entre os abismos dicotômicos que a colonialidade do poder tratou impor sobre a diversidade de formas de significar, ser e estar com o mundo, ou melhor, de geografar nossas experiências enquanto espécie humana.

1.1. Objetivos

Ao partir da hipótese de que a inconformidade toponímica de Emboabas/Onça, mais do que uma pontual correção da história nacional brasileira, esconde uma complexa conflitividade que se estabelece na clivagem constitutiva de um sistema mundial moderno/colonial, cujas as tensões entre duas histórias e seus saberes locais, uma no de sentido de se impor enquanto universal e geocentrada através de seus projetos globais, e

outra que, forçada a se acomodar nessa realidade, emerge enquanto estratégias situadas de se fazer visíveis e vivíveis as contradições impostas pela modernidade e pela economia capitalista. As seguintes discussões têm como principal objetivo, a análise da formação territorial do Distrito de Emboabas com ênfase nos usos e representações territoriais de sua comunidade, de modo que, com os resultados, se possa ampliar uma compreensão sistemática acerca da territorialidade do Onça, assim como avançar sobre o descaso geohistórico com que pequenas vilas e povoados vem sendo tratados no Brasil e no mundo.

1.2. Objetivos Específicos

Nesse sentido, como primeiro esforço que permita destrinchar a hipótese proposta, objetiva-se investigar as relações entre a inconformidade toponímica Onça/Emboabas com o descaso geohistórico de sua realidade socioespacial sobre um prisma territorial, ou seja das relações de poder que se inscrevem no recorte espacial investigado.

Posteriormente, se faz necessário a análise das tramas territoriais envolvidas na conformação da rede urbana colonial nas minas setecentistas, de modo que possibilite abordar o componente eclesiástico de ordenamento do território colonial enquanto clivagem constitutiva e suas condições para que o povo do Onça se fizesse enquanto comunidade.

Em terceiro lugar, as investigações se voltam para os discursos, narrativas, quadros cognitivos e intencionalidades hegemônicas que estão envolvidas na reificação da escala distrital enquanto recorte normativo de ordenamento do território nacional, assim como seus impactos políticos e epistemológicos na comunidade do Onça.

Por último, a partir de elaborações cartográficas e da interpretação crítica dos dispositivos cartográficos sobre um prisma sociometabólico, objetiva-se investigar as dinâmicas entres os fluxos materiais e imateriais que compõem a realidade do Onça, de modo que permita angariar as potencialidades negentrópicas de organização sociometabólicas de sua comunidade.

1.3. Metodologia

O texto está dividido em quatro capítulos principais, cada qual com diferentes eixos de discussões e recursos teórico-metodológicos específicos, de modo a atender os múltiplos usos, escalas e temporalidades que conformam o território de Emboabas/Onça.

Ainda assim, é possível destacar que de modo geral, as bases metodológicas das investigações a seguir partem da tradição de estudos geográficos latino-americanos e sua espessa categoria analítica de formação territorial, da qual busca-se equacionar às realidades empíricas anunciadas na conflitividade que se expressa no desacordo toponímico do Onça/Emboabas.

Porta de entrada empírica que permite à análise situar a teoria territorial nas dimensões prático-políticas que se fazem inéditas e contingentes, a anunciação de uma territorialidade do Onça através da ativação popular de seu antigo topônimo nos diz respeito às histórias e saberes eclipsados pela naturalização das fronteiras epistêmicas da modernidade/colonialidade. Deste modo, o caminho teórico-operacional percorrido ao longo das discussões consistem em um esforço teórico-político no sentido de promover a construção de um pensamento fronteiriço, cujo refinamento se dá através da dissolução de dicotomias ao longo do texto, como do tempo/espaço; da sociedade/natureza; do simbólico/material; da teoria/prática; do rural/urbano; e da razão/vida.

1.4. Capítulo I – Do Distrito de Emboabas ao povo do onça: giro territorial, estudos distritais e conhecimento

Resultado da amalgama entre o “giro espacial” proporcionado pela tradição geográfica pós-estruturalista anglo-saxônica (HARVEY, 2011; MASSEY, 2008; SOJA, 1993) e as experiências coloniais das realidades latino-americanas, o giro territorial nas análises sociais é reflexo de seu resgate no léxico prático-político dos movimentos sociais que, sobretudo a partir da década de 90, incitam sua revisão enquanto categoria teórico-analítica, de modo que amplie seu sentido fixo e zonal tradicionalmente ligado aos territórios dos estados-nações (HAESBAERT, 2021; PORTO-GONÇALVES, 2015). Assim, com o objetivo de investigar as relações entre o desacordo toponímico do Onça/Emboabas com seu descaso geohistórico sobre um prisma territorial (COSTA; SCARLATO, 2010), as discussões do primeiro capítulo estão fundamentadas nas contribuições teóricas da perspectiva miltoniana do “território usado” como objeto de análise das formações territoriais (SANTOS, 1994). Deste modo, com o intuito de propor um giro territorial nos estudos distritais brasileiros, as discussões abrem o diálogo para os trabalhos de Monastiky *et al.* (2010) e sua denúncia à condição esquecida da escala distrital, e os de Antunes e Medeiros (2019) e sua proposta de uma abordagem epistemológica nos estudos distrital no

Brasil. Dentre as potencialidades da categoria analítica de formação territorial para a investigação das realidades distritais brasileiras, a construção de um pensamento fronteiriço, capaz de transitar entre os abismos epistemológicos impostos pela modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2013), faz da análise territorial uma grande aliada na dissolução das dicotomias do mundo moderno, o que permite avançar sobre a relação centro/periferia a partir dos usos e representações territoriais situadas da comunidade do Onça.

1.5. Capítulo II – Condições espaciais de um tempo lento: códigofagia do onça, componente eclesiástico e rede urbana colonial nas Minas setecentistas

Primeiramente, além de apresentar ao leitor a teoria do sistema-mundo moderno-colonial, busca-se através de dados levantados pelo economista C. Furtado (1974) e pelo jornalista E. Galeano (2020), detalhar o papel decisivo das Minas Gerais na consolidação de sua segunda fase, sobretudo na promoção de seus novos centros hegemônicos. Em segundo momento, em contraste com a historiografia tradicional, o texto disponibiliza uma breve descrição da complexidade das relações estabelecidas na rede urbana colonial e como suas dinâmicas permitiram uma relativa autonomia econômica com o arrefecimento da extração aurífera. Com a ajuda das reflexões de Porto-Gonçalves (2006) e Costa e Scarlato (2010), a terceira parte do texto focaliza as discussões nas condições espaciais do tempo lento, a fim de averiguar a potencialidade da categoria miltoniana como potencial teórico-operacional na investigação de movimentos contra-hegemônicos. A quarta parte consiste na investigação dos mecanismos eclesiásticos na promoção da rede urbana colonial nas Minas setecentistas, especificamente de uma realidade situada na Vila de São Francisco de Assis do Onça. Por fim, a partir da ativação popular de sua antiga toponímia de catequese, verifica-se nas operações códigofágicas do Onça, a presença de práticas estético-políticas de caráter explicitamente barrocas.

1.6. Capítulo III – A política de escala do Estado Novo e o Distrito de Embobas: o projeto desenvolvimentista e a (des)construção dos ermos

Através de uma perspectiva política de escalas das quais buscam afastar de concepções fixas e ontológica dos processos de escalonamento, as discussões

problematizam a alcunha de “ermo” destina à localidades como Emboabas. Concebidos como “embriões urbanos” pelo Decreto-lei nº 311/1938, o que sugere um forte caráter evolucionista do espaço, os distritos municipais desempenham um papel específico nos projetos de modernização do território brasileiro. Principalmente ligada aos projetos desenvolvimentistas estadonivista, a escala distrital ainda carece de construções teóricas e político-metodológicas mais adequadas às suas realidades socioespaciais. Como aposta para o futuro que sacrifica o presente e borra o passado, os projetos desenvolvimentistas carregam entre seus modos de operação, a sedimentação de passado-presentes como meio de legitimação de fins políticos em nome da nação. Por fim, o texto sugere a noção de ermatização para propor uma ação programada de esvaziamento histórico que precede os projetos de desenvolvimento como tática de sua legitimação

1.7. Capítulo IV – O sociometabolismo do Onça e as marcas da fera: sociedade e natureza, ecologia política e práxis eclesiástica

O texto a seguir atenta para a relação entre a desruralização populacional do Distrito de Emboabas com a modernização da agricultura brasileira, sobretudo no que tange à expansão do monocultivo de soja na região do Campo das Vertentes-MG a partir da década de 90. Com o intuito de elaborar uma crítica acerca dos impactos socioambientais desencadeados pelo complexo produtivo da soja em uma comunidade distrital, as investigações também se atentam às estratégias locais de organização comunitária frente a instrumentalização capitalista de seus territórios de vida. Sobre um prisma geográfico em diálogo com o eco-marxismo e a ecologia política, a análise parte da categoria marxiana de metabolismo-social como subsidio teórico-metodológico para a promoção de uma cartografia crítica, o que envolve tanto a apropriação contra-hegemônica das técnicas cartográficas hegemônicas, no deslocamento de seus usos no sentido de interrogar e denunciar suas representações territoriais, quanto a potencialização de práticas cartográficas situadas, que através de mecanismos ecológicos, técnicos e culturais, regulam, organizam e (re)criam seus territórios comunitários. O povo do Onça, como se denominam os moradores de Emboabas em inconformidade com seu topônimo oficial, ativam sua antiga toponímia de catequese – São Francisco de Assis do Onça – como dispositivo de se fazer comunidade, signos que ressemantizados pelas estratégias

códigofágicas de uma práxis eclesial situada, podem atuar na construção de sistemas sociometabólicos mais justos e sustentáveis.

É importante constar que a investigação contou também com um levantamento empírico composto por visitas e conversações com a comunidade local e outros agentes que atuam diretamente no Distrito do Onça, como professores, técnicos agrícolas, enfermeiros e representantes eclesiais. As visitas também permitiram à pesquisa uma aproximação com o cotidiano, os ritmos, causas e costumes locais.

Apesar de pouco disponíveis, fontes secundárias também contribuíram com as discussões propostas. Dados fornecidos por instituições como o IBGE e o projeto MapBiomas, a prefeitura municipal e a Diocese de São João del Rei, a casa paroquial de Emboabas, assim como levantamentos realizados pela escola local, serviram de grande ajuda para as investigações realizadas. No auxílio das discussões, a confecção de esquemas, fluxogramas, mapas e fotografias contribuíram como ferramenta de síntese das informações.

CAPÍTULO I – DO DISTRITO DE EMBOABAS AO POVO DO ONÇA: GIRO TERRITORIAL, ESTUDOS DISTRITAIS E CONHECIMENTO FRONTEIRIÇO

Antigo arraial localizado nas altas regiões do Pequeno Rio das Mortes, a Vila de São Francisco de Assis do Onça atualmente consiste na sede Distrital de Emboabas, porção territorial e unidade administrativa do município de São João del Rei. Inversamente as diretrizes da Lei Complementar Estadual nº 37, de 18 de janeiro de 1995, na qual “Os distritos terão o nome do povoado que lhes deu origem” (PINA *et al.*, 2014, p. 136), é o Distrito que hoje se impõe ao antigo povoado que lhe originou, ainda que sua população local opte por seu antigo topônimo, tanto para a designação da Vila quanto para do Distrito.

A princípio, podemos definir oficialmente os distritos municipais brasileiros como escala político-administrativa pertencente a ordem jurídica do município, ou ainda como escala analítica, se tomarmos uma perspectiva teórico-operacional para fins de planejamento (ANTUNES; MEDEIROS, 2019). Já a Vila, como descreve Pinto (2003), consiste no povoado com maior concentração populacional e geralmente se vale de sede distrital, delimitado assim por sua zona urbana.

Apesar de muito utilizados como recortes escalares para estudos de casos, pouco se tem investigado os distritos municipais brasileiros enquanto objeto de análise. Tendência que se predispõe a simplificar a especificidade dessas complexas formações socioespaciais por concebê-las como meros atalhos analíticos. A reprodução irreflexiva de constructos socioespaciais como a escala distrital pode acarretar sérios problemas de ordem política e epistemológica, que vão desde uma dificuldade crônica de compreensão analítica da realidade distrital (MONASTIKY *et al.*, 2009) (ANTUNES; MEDEIROS, 2019), quanto a um severo descaso geohistórico com as tramas territoriais envolvidas em suas formações (COSTA; SCARLATO, 2010).

Mais que uma “questão de gosto”, o desacordo toponímico presente no caso de Emboabas/Onça nitidamente nos convida a refletir os processos, sempre materiais e simbólicos, de construção e consagração das representações territoriais, visto que a nomeação e renomeação de espaços estão impregnados de cultura e poder (CLAVAL, 2014). Essa problemática toma um relevo específico ao se tratar de um distrito de São João del Rei, já que esse desacordo toponímico se apresenta em todos os distritos do município.

Assim, ao fazer uso de ferramentas e materiais teórico-metodológicas que contribuem com o resgate da antiga toponímia do Onça, simultaneamente busca-se avançar sobre o

descaso político e epistemológico de povoados mineiros. Além de vincular as tramas territoriais da comunidade distrital do Onça com processos hegemônicos em curso no Brasil e no mundo, nosso objetivo endossa uma perspectiva crítica do território e de suas representações cartográficas, no sentido de corroborar com ativações geohistóricas situadas, produzidas mediante práticas sociometabólicas, sempre simbólicas e materiais, de territorialização pela vida (LEFF, 2021).

Ainda que estivera sempre presente entre as dinâmicas do cotidiano, a categoria territorial se agarrou ao longo do séc. XX, quase que exclusivamente à suas dimensões nacionais, sobretudo no que toca a fixação de fronteiras e a legitimação de poder Estado-Nação soberano. Contudo, apropriado e reivindicado por grupos sociais insurgentes e historicamente subalternizados, o sentido prático-político do território vai reverberar em um forte movimento de sua ressignificação teórica na virada para o século XXI (PORTO-GONÇALVES, 2015). Um giro territorial que, como salienta Haesbaert (2021), emerge sobretudo entre autores e ativistas latino-americanos e impulsiona um esforço teórico-político-operacional de promoção de uma leitura do mundo que se equacione às realidades de alta conflitividade de países com herança colonial.

Amalgama resultante da abertura epistemológica desencadeada pelo “*espacial turn*” (giro espacial) nas ciências sociais e as experiências históricas coloniais latino-americanas, a formação territorial enquanto categoria analítica pode ser concebida com um refinamento crítico e epistemológico da categoria marxiana de formação socioeconômica, especialmente no que tange a dissolução de dicotomias como tempo/espço e sociedade/natureza e teoria/prática. Chave dessa virada territorial nos estudos geográficos brasileiros, a obra de Milton Santos se traduz como uma didática síntese do percurso epistemológico de refinamento da formação socioeconômica, que atualizada pela teoria da formação socioespacial (SANTOS, 1977), posiciona a formação territorial enquanto uma espessa categoria de análise, o que justifica a sólida tradição teórico-metodológica latino-americana de estudos territoriais (HAESBAERT, 2021).

Assim, apropriando teoricamente da bagagem teórico-analítica do território e da disputa toponímica Onça/Emboabas enquanto ponto de partida empírica, busca-se destrinchar as tramas territoriais envolvidas em seu processo de “ermatização” (tornar ermo), de modo a promover a desnaturalização do descaso geohistórico de sua comunidade ao passo que se afirmar as tramas territoriais de pequenos povoados vilas mineiras como um relevante e necessário caso de estudo para a geografia.

Mais do que uma pontual mudança de nomenclatura, a ativação popular da antiga toponímia Onça invoca um conjunto de estratégias barrocas, cujas práticas estético-políticas permitem tornar visíveis e vivíveis as contradições que a colonização e o capitalismo implicam em seu território¹. Ao passo em que afirma a re-existência de um passado negligenciado que ainda se faz presente, uma cartografia barroca insurge entre as Minas como operação comunitária e rastro criativo que se faz frente a ermatização produzida pelo descaso geohistórico.

2.1. O Distrito de Emboabas e o descaso geohistórico do Onça

O povo do Onça, como se reconhecem os moradores de Emboabas, inclusive entre os pequenos povoados ao entorno de sua Vila, como Montevideo, Cananeia e Morro Grande, carregam entre suas marcas geohistóricas, o protagonismo de um dos episódios mais intensivos no que diz respeito a exploração e deslocamento de ouro durante o período colonial na América Latina. Episódio também que, como nos afirmam Quijano e Wallerstein (1992), E. Galeano (2010) e C. W. Porto-Gonçalves (2006), foi crucial para a imposição da Europa enquanto centro político-cultural do mundo moderno, para o desenvolvimento do que culminou na atualização das relações técnicas de poder conhecida como revolução industrial, assim como para o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema econômico mundial.

¹ Em Costa (2017), a ativação popular de patrimônios territoriais consiste em uma importante operação de re-existência e duração subalterna frente à reprodução dos usos hegemônicos dos territórios na América Latina

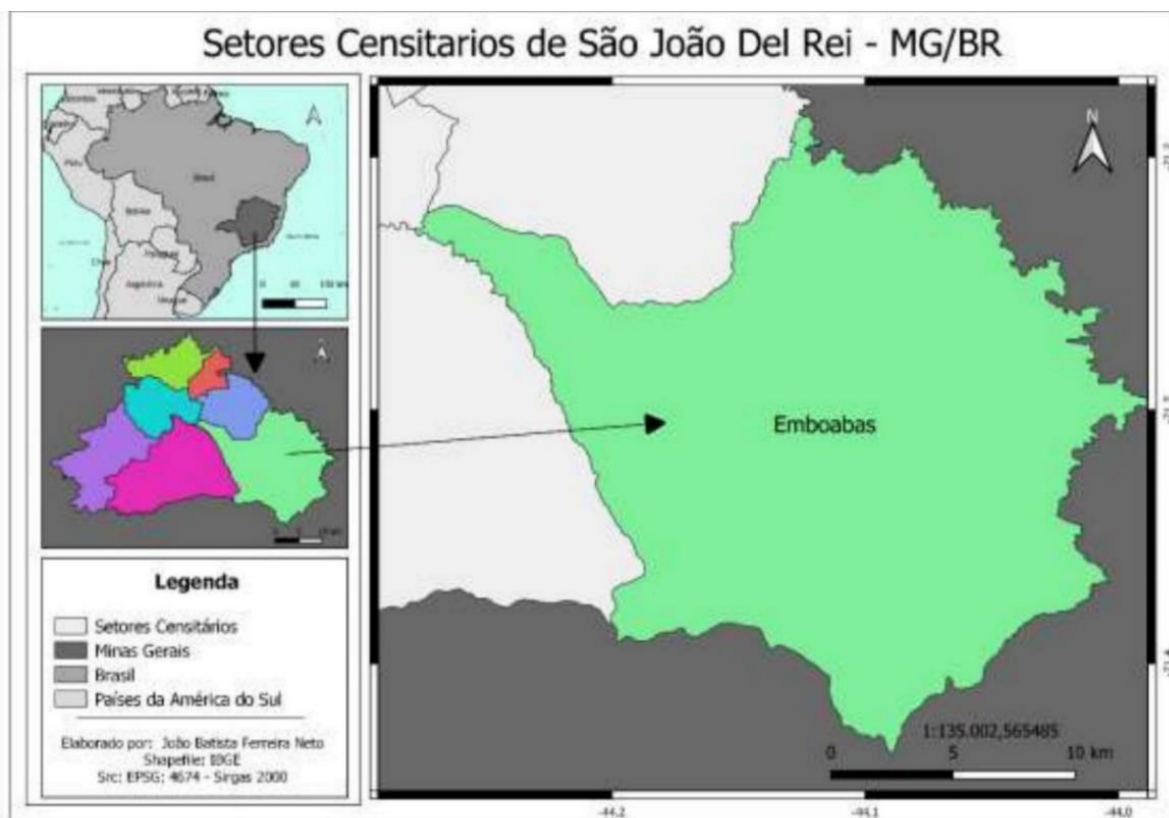


Figura 1. Mapa de Localização de Emboabas, São João del Rei/MG
 Fonte: Souza (2021)

Ainda que a área correspondente ao atual Distrito de Emboabas não tenha se destacado pela quantidade de jazidas de ouro, a antiga Vila de São Francisco de Assis Onça assumiu um papel fundamental para a reprodução da economia aurífera durante as Minas setecentistas, na provisão de produtos agropastoris para o abastecimento regional, para a criação de equinos e muares para o transporte de cargas, além de pouso para tropeiros a caminho do Sul (FURTADO, 1974).

Viabilizado sob condições espaciais de um tempo lento, de baixa densidade técnico-científico-informacional se comparado com o período pós-industrial, o processo de deslocamento do ouro nas Minas setecentistas exigiu a formação de uma “rede urbana colonial”, um rosário de pequenas vilas interligadas de destacada simbiose rural/urbana, motivo de uma eminente ruralidade local que se conserva ainda hoje (COSTA; SCARLATO, 2010). São essas, algumas das características que posicionam a ruralidade e o grande número de povoados e vilas, além da atividade aurífera, como aspectos geohistóricos típicos da cultura mineiridade brasileira.

Apesar de atualmente o Distrito de Emboabas constar com um pequeno perímetro urbano correspondente a sua vila, onde reside apenas 21,2% de seus habitantes (IBGE, 2011), grande parte de seus moradores, seja nas zonas urbanas quanto nas rurais, apontam a ruralidade ainda como uma de suas principais características, seja pela paisagem predominantemente agrícola, pela proximidade com práticas do campo, ou pela falta de relações tipicamente atribuídas aos espaços urbanos, sobretudo no que diz respeito a produtos de consumo ou prestações de serviços.

Tabela 1 - Relação Demográfica dos Distritos de São João Del Rei - 2010

Distrito	População	População Rural	Área Total (Km²)	Densidade Demográfica (Hab/Km²)
Rio das Mortes	2746	43,3% (1191)	148	18,554
São Sebastião da Vitória	2208	36,2% (801)	241	9,161
São Gonçalo do Amarante	1035	74,3% (770)	119	8,697
Arcângelo	1.106	57,5% (636)	349	3,169
Emboabas	727	78,8% (573)	404	1,799

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2022)

Além de ser o mais distante de sua sede municipal, aproximadamente 35 Km da cidade de São João del Rei, Emboabas apresenta a menor densidade demográfica e a maior porcentagem de moradores localizados em zonas rurais dentre os Distritos do município (IBGE). Apesar de importantes informações, tais dados demográficos subsidiam e legitimam narrativas que vão conferir uma severa condição de atraso e de insignificância histórica, “aquele ermo”, como popularmente Emboabas é referido na região, traz consigo noções como “despovoado”, “solitário” e sobretudo, “a-histórico”.

Essas noções se tornam ainda mais intrigantes se considerarmos a intrínseca relação de Emboabas com sua sede distrital, importante centro histórico-cultural do barroco brasileiro, na qual ambas genealogias se entrelaçaram simbioticamente ao longo de trezentos anos. Conhecida como uma das principais ditas “cidades históricas” mineiras, seja pela descoberta de ouro em abundância no Rio das Mortes, como pela sua projeção enquanto centro administrativo-comercial-agropastoril durante o séc. XVIII, São João del

Rei conta com um grande acervo patrimonial do período colonial e do barroco brasileiro, com cerca de setecentos imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2023).



Figura 2. Igreja Nossa Senhora das Mercês, São João del Rei
Fonte: Fotografia Aérea disponibilizada por Pedro A. V. Assunção (2022)

Contudo, seu reconhecimento enquanto importante testemunho da história nacional não se estende homogêaneamente em todo território municipal. Localidades tão antigas quanto, como é o caso de Emboabas, tem seus valores históricos negligenciados, ainda que constituam elementos indispensáveis para a compreensão das formações urbanas brasileiras e de suas heranças coloniais. Como constata Costa e Scarlato (2010), há se sustentado no Brasil um grande descaso geohistórico com os pequenos povoados mineiros, tidos como obras do acaso, desleixo e abandono.



Figura 3. Praça Matriz e Igreja da Vila do Distrito de Emboabas
Fonte: Fotografia recolhida em trabalho de campo (2022)

Diferente do que vem sendo dito pela historiografia tradicional, Costa e Scarlato (2010) aponta o desenvolvimento desses núcleos como sítios estrategicamente escolhidos, dos quais demonstram a força da empresa aurífera brasileira colonial, da complexidade das tramas territoriais neles envolvidos, e da capacidade criativa na produção de espaços simbólicos pelas culturas e memórias de uma civilização criada a partir das relações e fluxos advindos das Minas setecentistas (COSTA; SCARLATO, 2010). Essa perspectiva permite não apenas uma abertura para a reconstrução de um passado ainda presente que se faz frente ao descaso geohistórico, mas também avançar sobre dicotomias como tempo/espaço e sociedade/natureza, limitações teórico-metodológicas que se demonstram cada vez mais insustentáveis e incapazes de se atentar à realidade desses povoados.

Essa questão se torna preocupante ao passo que, como percebe Azevedo (1970), grande parte dos centros urbanos brasileiros, principalmente na região mineira, têm as vilas e povoados como etapa inicial de suas origens, de modo que se torna fundamental seu estudo para a compreensão da genealogia urbana brasileira. No mesmo sentido, ainda que não preocupado com os motivos de tal descaso geohistórico, Monastiky *et al.* (2009) destaca o distrito municipal como uma “escala esquecida” ao considerar o hibridismo rural-urbano de suas formas como principal barreira teórico-operacional para o aprofundamento conceitual de suas realidades. Todavia, é nos trabalhos de Antunes e Medeiros (2019) que a condição “esquecida” da escala distrito toma centralidade investigativa, visto que o

descaso e esquecimento estão relacionadas às limitações políticas e epistemológicas de perspectivas estáticas, fixas e permanentes de noções espaciais.

Mais do que imperfeições teórico-operacionais, as limitações epistemológicas que se traduzem na construção de um descaso geohistórico do Onça fazem parte de um projeto político global de consolidação do mundo moderno-colonial (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992), onde a dicotomização funciona como operação panóptica de classificação do mundo e das experiências humanas. Aqui, encontra-se um problema central para as discussões a seguir, as complicações políticas da supressão espacial e o favorecimento da unanimidade do tempo enquanto protagonista histórico presente na epistemologia moderna/colonial.

Como nos adverte Costa e Maluly (2021), a superação epistemológica e de práxis das dicotomias entre tempo e espaço se apresenta como um dos principais desafios metodológicos da geografia, o que simultaneamente à coloca como campo do conhecimento capaz de focalizar as complicações de concepções dualizadas do mundo contemporâneo. Nesse sentido, os autores apontam a geografia histórica como subárea capaz de contribuir efetivamente com uma construção metodológica que conduza à superação dessas dicotomias. Em divergência com F. Braudel (2017), autor responsável pelos primeiros esboços acerca dos estudos geohistóricos e do qual creditava ao tempo geográfico uma história quase imóvel, a perspectiva de Costa e Maluly (2021) caminha para uma concepção indissociável e dialética do tempo e espaço, que compromissada com a superação dessas dicotomias, busca através do arcabouço teórico-operacional da geohistória, sintetizar a relação entre espaço e sociedade em suas conexões e rupturas históricas (COSTA; MALULY, 2021).

Assim, diferente do tempo histórico, “puntual en la circunscripción y en la petrificación de los hechos y fenómenos” (COSTA; MALULY, 2021, p. 255), o tempo geográfico se torna um importante aliado para a construção e desconstrução reflexiva e representativa do passado presente, assim como para a identificação das múltiplas temporalidades e decisões políticas situadas, ainda que muitas vezes negligenciadas. Deste modo, como estratégia metodológica de focalizar a análise em uma história “esquecida”, através de um espaço ausente ou reprimido, sem que esqueçamos dos componentes de poder envolvidos no processo de “ermatização” do Onça, faz-se de extrema necessidade um olhar atento e crítico às dinâmicas e representações territoriais presente no Distrito de Emboabas.

2.2. Giro territorial e a geografia latino-americana: construindo um conhecimento fronteiriço

De certo, não são novos os esforços na promoção de uma valorização do espaço enquanto sujeito histórico, sobretudo na geografia crítica, visto que a modernidade tratou de dar primazia a um tempo linear, cumulativo e progressista sobre um espaço imóvel, fixo e não dialético (HAESBART, 2021). De grande tradição anglo-saxônica, trabalhos inspirados pela perspectiva pós-estruturalista, como os de Edward Soja (1993), David Harvey (2011) e Doreen Massey (2008), se tornaram grandes referências para um movimento analítico rumo a uma mirada espacial. Não obstante, a dimensão territorial toma tónus enquanto o arcabouço teórico-conceitual endossado pelo giro espacial se amalgama ao contexto geohistórico latino americano, que marcado pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2019) e suas reverberações contemporâneas, revisita uma alta complexidade tempo-espacial, justamente pelas múltiplas temporalidades que compõem seu espaço geográfico. Como nos afirma Haesbaert (2021, p. 59), “isso requer que se fale, antes de giro espacial, em um giro territorial”.

Segundo Haesbaert (2021), o giro espacial de tradição pós-estruturalista e anglo-saxônico promoveu a valorização do espaço na teoria crítica e conferiu à geografia um papel fundamental para a compreensão da dimensão histórica, sejam elas culturais, políticas ou econômicas. Sem embargo, junto a toda essa abertura epistemológica desencadeada pela mirada espacial, uma série de armadilhas analíticas emergiram como desafios teórico-conceituais para uma construção crítica rigorosa e sistematizada. Dentre elas, o autor destaca a preocupação com uma possível desvalorização do tempo em prol de uma demasiada atenção à dimensão espacial.

Nesse ponto, as experiências latino-americanas e suas estratégias de re-existência e emancipação, esforços em superar uma condição de subalternidade que lhes foram impostas pelo sistema mundo moderno-colonial desde 1492 (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992), se traduzem em tempo-espacos situados que desafiam na prática, os limites da modernidade em promover um modelo civilizatório universal. Um tempo geográfico que, diferente do tempo histórico e sua pontual demarcação petrificada das ações e fenômenos, é compreendido como um passado-presente capaz de favorecer (re)interpretações geohistóricas a partir dos movimentos e decisões políticas de grupos humanos localizados (COSTA; MALULY, 2021).

Aqui talvez esteja a potencialidade da Território para os estudos geohistóricos que buscamos destacar: A formação Territorial enquanto categoria analítica que emerge de um refinamento epistemológico impulsionado pelas práticas políticas que fazem visíveis, ou invisíveis, suas relações de poder com meio, sejam elas técnicas, culturais ou ecológicas, como operações de regulação entre tempo-espço e sociedade-natureza. Nesse aspecto, quando focalizada nas práticas subalternas e emergentes, a análise territorial contribui para uma construção teórica crítica no sentido daquilo que propusera K. Marx ao buscar “ressuscitar o reprimido, dar espaço para o ausente, para ver o que é invisível, para dar conta do que não é explicado, para experimentar o que é proibido” (MARX, *apud* GIBSON-GRAHAM, 2015, p. 28).

Por servir como porta de entrada para os métodos empíricos de investigações geográficas, as representações territoriais convidam à análise, um movimento de revisão teórica-conceitual a partir dos movimentos de regulação entre sociedade e natureza, suas periodizações e totalidades históricas, sempre transescalares e transtemporais (COSTA; SCARLATO, 2010). A proposta de um giro territorial para a construção de um conhecimento a partir da realidade latino-americana tem um lugar privilegiado, não apenas para desvelar práticas e representações não hegemônicas da história humana, como também para avançar criticamente sobre as fronteiras epistemológicas instauradas pela modernidade, e assim propor caminhos alternativos de transformação social

Mais do que um objeto de investigação, Mezzandra e Neilson (2013) sugerem o estudo da fronteira enquanto método, ângulo epistêmico capaz de promover uma visão produtiva das tensões e conflitos, dos quais ao passo em que são cristalizados e naturalizados, reproduzem a marginalidade e o status de periferia de histórias, espaços e sujeitos. Nesse sentido, como nos sugere Mignolo (2003), um “conhecimento fronteiro”, que mediante seu potencial de promover uma dupla crítica, se torna capaz de transitar entre os abismos epistemológicos do mundo moderno/colonial e fornecer alternativas à sua matriz de racionalidade. Dupla crítica que não se limita à negação dos saberes produzidos pelas epistemologias hegemônicas do norte global, mas que permita a construção de um saber situado, autêntico e híbrido por ser amalgamar experiências locais e globais.

Tanto Mignolo (2003) quanto Mezzandra e Neilson (2013), destacam as potencialidades epistemológicas da fronteira, de modo a transcender suas noções zonais promulgadas pela naturalização dos territórios nacionais. Mais que limites fixos no mapa, compreende-se nas fronteiras, componentes políticos e epistêmicos, produtos e produtores

de centros e periferias. Assim, a fronteira, enquanto método, nos é apresentada como componente territorial privilegiado para uma reflexão crítica acerca dos processos que levaram à negligência geohistórica da Vila de São Francisco de Assis do Onça e o estabelecimento da lógica distrital como zoneamento territorial do Estado brasileiro.

2.3. O terceiro-mundismo: da formação socioeconômica à formação territorial

No caso brasileiro, talvez um dos trabalhos geográficos mais emblemáticos de vinculação do giro espacial às experiências históricas situadas, está na obra de Milton Santos. Nela, o papel do Território enquanto categoria central de suas análises fica cada vez mais evidente enquanto, a partir de sua teoria da Formação Socioespacial (SANTOS, 1977), vê um terceiro-mundo conformado pela conflitividade, motivo que também leva o autor a se autoafirmar como intelectual terceiro-mundista (SANTOS, 1996). É importante destacar que, ao afirmar sua condição periférica, a perspectiva terceiro-mundista busca, através de uma dupla crítica nos termos de Mignolo (2003), a desnaturalização das fronteiras epistemológicas instauradas pela modernidade, assim como refletir acerca do protagonismo subalternizado ao privilegiar a emergência de estratégias e práticas de luta e re-existência como materiais empíricos para construção analítica.

De grande reconhecimento entre os geógrafos, a teoria miltoniana de formação socioespacial alavancou o refinamento epistemológico da categoria marxista de Formação Socioeconômica ao considerar a dimensão espacial como condição indispensável para a compreensão das formações econômicas, redefinindo-as portanto como formações socioespaciais. Inspirado pelas críticas de Sereni (2013) acerca da priorização de conceitos mais abstratos na obra de Marx, sobretudo entre autores da Segunda Internacional com a categoria de “modos de produção”, Santos (1977) destacou a importância do espaço para além dos fatores econômicos, como também para as dimensões culturais e epistemológicas.

Entendida por E. Sereni (2013) como uma estratificação social do acúmulo progressivo e não linear de diferentes épocas históricas em determinada sociedade, e simultaneamente como processo histórico-natural dinâmico, de sobreposição das marcas que vão configurar determinada época histórica, a categoria de formação socioeconômica foi negligenciada por grande parte dos teóricos marxistas da primeira metade do século XX (SERENI, 2013). Dentre os poucos autores que se comprometeram com seu

aprofundamento teórico-operacional, Sereni cita V. Lenin e A. Gramsci, justamente por vincularem seus interesses teóricos com a necessidade prática de compreensão das conjunturas políticas e da construção efetivas de transformações sociais em direção ao socialismo.

Ao apontar as considerações de Emilio Sereni como pioneiras no resgate da categoria de formação socioeconômica na segunda metade do século XX, a reivindicação do espaço na teoria de Santos (1977) colaborou com a diferenciação entre formação socioeconômica e modos de produção já denunciada por Sereni. Assim, Santos (1977) distingue os modos de produção como categoria responsável por “escrever a História no tempo”, enquanto a formação socioeconômica “compromete-se a escreve-la no espaço” (SANTOS, p. 88, 1977).

É através do pensamento espacial, que Santos (1977) possibilita um salto epistemológico na teoria marxista ao destacar a coação espacial nas estruturas sociais e refutar o papel do tempo como único sujeito da história, perspectiva abstrata e demasiadamente idealizada pelas generalizações embutidas na categoria de modos de produção (SANTOS, 1977). Além disso, o avanço técnico globalizado intensificou o acúmulo desigual de tempos, sinônimo de espaço para Santos (SANTOS, 1977), e trouxe sérias complicações teórico-operacionais para o pensamento temporal e a categoria de modos de produção.

Como pudemos esquecer por tanto tempo está inseparabilidade das realidades das noções de sociedade e de espaço inerente à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações socioespaciais que se trata (SANTOS, p. 93, 1977).

Essas considerações são, nas palavras de Mamigonian, “o marco fundamental da renovação da geografia humana atual” (1996, p. 1). Ao investigar o contato da Geografia com a Teoria Marxista, Armen Mamigonian credits a Santos (1977) o feito de reaproximá-las depois de um longo período de hiato. Mais do que uma nova aproximação teórica para Mamigonian (1996), Santos (1977) foi um dos autores responsáveis por reatar as dimensões sociais e naturais na teoria Marxista ao perceber que formação social e geografia humana são praticamente coincidentes. De fato, como destacado anteriormente, outros marxistas também se revelaram como importantes referências para a Geografia humana e a dissolução da dualidade tempo/espaço (HARVEY, ; MASSEY, 2008; SOJA,

1993) . Todavia, a obra de Santos se diferencia dos demais por nutrir-se das experiências periféricas da américa-latina, de modo a conferir ao giro espacial uma forte conotação territorial.

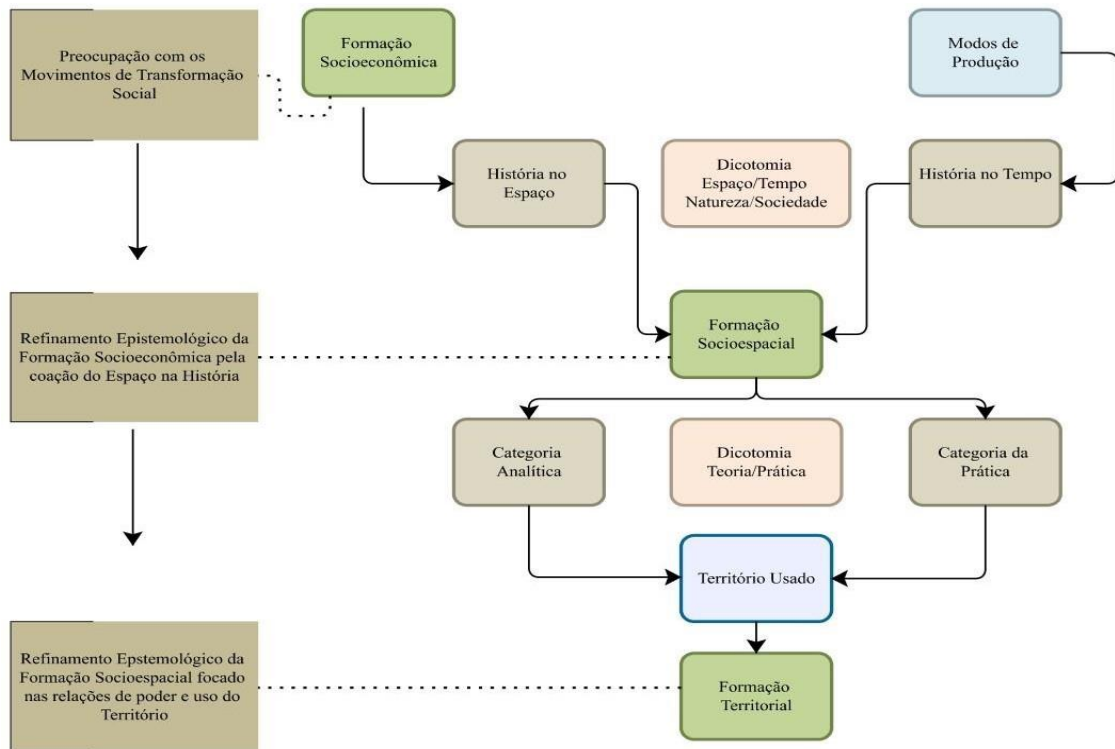


Figura 4. A Formação Territorial Miltoniana como Refinamento Epistemológico das Análises Sociais

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Santos (1977)(1994)(1996)

A quebra da dicotomia sugerida pela teoria da formação Socioespacial possibilitou implicações epistemológicas, que associadas ao hibridismo conceitual, serviram como base para a formulação da concepção miltoniana de território. É partir daí, que o conceito de Território nas obras do autor gradativamente passa de uma concepção predominantemente zonal, como tradicionalmente representado pelos Estado-Nações, para uma consideração cada vez maior de seus aspectos reticulares e epistemológicos.

Não obstante, o hibridismo conceitual do Território miltoniano agiu também na decomposição das barreiras epistemológicas entre prática e teoria e embasou a auto-anúnciação de sua postura terceiro-mundista. Autores como Moraes (2013) já apontavam o rompimento de Milton Santos com as influências da geografia regional francesa e a consolidação do “Terceiro-Mundismo” como indicativo do amadurecimento e emancipação intelectual do autor (MORAES, 2013). Junto as considerações de Moraes, Haesbaert (2021)

endossa a fronteridade da obra de Santos ao lembrar a presença do autor no livro “Epistemologias do Sul” (2010), coletânea de Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses, grande referência para estudos e investigações epistemológicas de(s) coloniais.

O caráter fronteiro da perspectiva miltoniana reside na negação do território puro e meramente analítico, mas como um entre-lugares analítico que permite enxergar através/pelo/doutro/entre Territórios e Territorialidades. Ao deslegitimar as concepções a-históricas do território *per se*, Santos destaca o uso do território como seu objeto analítico, do qual, articulado por um conjunto de práticas e objetos, anuncia sua ativação enquanto ferramenta da prática política (SANTOS, 1994).

Assim, o hibridismo conceitual do Território miltoniano parte da necessidade teórico-operacional de uma concepção que abarque suas diversas acepções dentro da prática política e acompanhe a fluidez de suas re-significações conforme as intencionalidades de seus usos. Perspectiva que possibilita o desenvolvimento do Terceiro-Mundismo como ponto de vista epistêmico que parte das experiências periféricas para compreensão do mundo (HAESBAERT, 2021). Ponto de vista que, para Haesbaert (2021), justifica a tradição geográfica latino-americana em optar pela categoria Territorial nas análises críticas da sociedade (HAESBAERT, 2021).

A obra de Milton Santos e seu percurso teórico trilhado desde a formulação da teoria da formação socioespacial até a larga utilização da categoria de formação territorial, podem ser compreendidos como uma síntese do giro Territorial a partir da realidade brasileira, e tem entre conceitos como “uso do território” e “hibridismo territorial”, importantes ferramentas teórico-operacionais que atuam na desnaturalização das fronteiras, sejam elas materiais ou epistemológicas, e portanto, promovem a dissolução de dicotomias caras para a promoção de uma análise crítica comprometida com movimentos de emancipação e insurgências sociais.

2.4. Ermatização, ideologias geograficas e fronteiras internas

Pensar o descaso geohistórico como um caso de estudo no âmbito das análises territoriais é, sobretudo, buscar desnaturalizar e problematizar o (a) caso com que as narrativas historicamente dominantes trataram de representar determinadas formações socioespaciais, uma mirada desde cima que tem entre suas estratégias de territorialização, a dissolução da conflitividade entre os diferentes usos do território, a padronização do

espaço, a fixação de códigos e sistemas de valores, assim como a promoção de discursos, quadros cognitivos, e narrativas históricas para fins de legitimação do poder.

Nesse sentido, o descaso geohistórico se relaciona com uma produção valorativa do espaço a partir dos usos hegemônicos do território, cujas representações discursivas e cartográficas oficializadas produzem a “ermatização” como condição legitimadora da expansão territorial sobre localizações “atrasadas”, “onde nada acontece”. Ao torna-se ermo, determinada porção territorial passa a ser concebida como carente de “ordem e progresso”, lema positivista estampado na bandeira brasileira, e o acaso, uma sentença que valida a descrição e formulação reflexiva a partir de seus exteriores, ou seja, sem que se considere a participação ativa de territorialidades locais na produção material e simbólica do espaço.

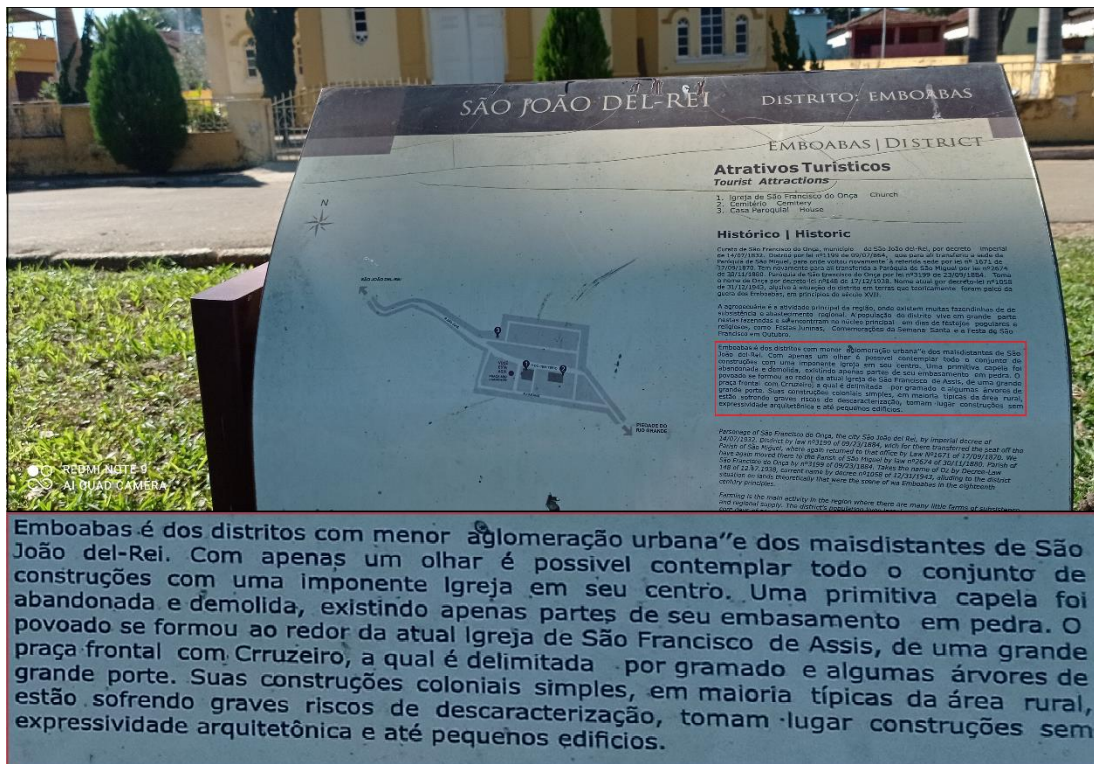


Figura 5. Placa informativa em Frente à Igreja de São Francisco de Assis do Onça
 Fonte: Fotografia recolhida em trabalho de campo (2022)

É importante destacar que o descaso geohistórico do Onça, assim como de grande parte dos distritos municipais mineiros, está vinculado a outro caso geohistórico em escala nacional, do qual se deu dois séculos após eclosão das minas setecentistas, a modernização do território brasileiro. Protagonizada pelas políticas nacionalistas do Estado

Novo (1930-1946), a modernização brasileira consistiu em um largo processo de atualização de seu ordenamento territorial, do qual contou deliberadamente com velhos e novos mecanismos militares, legislativos e cognitivos de controle e legitimação do território nacional (MORAES, 2005).

Apoiada sobre a disponibilidade de novos aparatos técnico-científicos de precisão, dos quais as produções cartográficas oficiais passam a contar substancialmente com a estatística e o georeferenciamento, a racionalização do território nacional e sua decodificação matemática e burocrática do espaço esteve ancorada metodologicamente ao zoneamento e padronização das áreas para sistematização e ordenamento do espaço. Escalas administrativas, hierarquias geográficas, decretos-lei, censos, assim como a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1936, demonstram a força ordenadora dos projetos políticos hegemônicos para a instauração do Estado Moderno.

A escala distrital esteve entre os projetos de zoneamento nacional do Estado Novo e foi vastamente utilizada como ferramenta de capilarização normativa e funcional-administrativa de Minas Gerais, visto a grande diversidade de pequenas vilas e povoados na região. O Distrito Municipal assinala em sua etimologia uma interessante conotação territorial, do Latim *districtus*, particípio do verbo *dis-stringere*, (*dis-* “separar”; *-stringere* “restringir, apertar”). Radicalizado como área de jurisdição, o distrito sugere um movimento centrífugo de forças políticas institucionais-normativas no intuito de incorporar novos espaços internos à lógica territorial do Estado-Nação.

Além de assegurar o controle e a legitimação dos interesses nacionais, a instauração da malha distrital teve, entre suas funções, a indução do urbanismo - signo de ordem e progresso - ao apropriar de pequenos núcleos de povoamento oriundos das Minas setecentistas. Deste modo, podemos compreender o Distrito, ou pelo menos aqueles que acompanham os processos de modernização de território brasileiro encabeçados pelo Estado Novo no começo do séc. XX, como verdadeiros fronts internos de expansão de um modelo capitalista de Estado, espaços limiaries entre o sertanejo e o metropolitano, o rural e o urbano, a tradição e progresso, entre o velho e o novo.

Como nos elucida Moraes (2005), a dualidade constituinte da ideologia geográfica do Estado moderno brasileiro se deve ao desafio de construção de uma identidade nacional. É importante considerar que o processo de racionalização e zoneamento do território nacional, aquilo que M. Webber chamou de desencantamento do mundo moderno, na

verdade, esteve acompanhado de um mosaico de formas tradicionais e mitos fundadores estrategicamente escolhidas como artefatos históricos para a promoção de uma unidade identitária brasileira.

Dentre elas, o signo do indígena, puro e adaptado as intempéries das terras tropicais, e do bandeirante, sagaz aventureiro e conquistador, serviram como mitos balizadores de uma identidade brasileira aos moldes de um programa de desenvolvimento como efetivação de modernização conservadora. A tupinização das toponímias brasileiras (PRUDENTE, 2016) e o grande número de estátuas e monumentos em homenagem à bandeirantes (BESKOW, 2010), são testemunhos do projeto de construção histórica nacional de cima para baixo, ou nas palavras de Moraes (2005), de uma transformação pelo alto.

A associação entre zoneamento e convencimento, síntese de uma racionalização com conteúdo identitário como liga de uma ideologia geografia nacional, são claramente observados na denominação do distrito de Emboabas, do qual carrega em seu topônimo o nome tupi-guarani para descrever os bandeirantes, que apropriado e ressemantizado pelos mesmos, passa a ser designado para descrever os estrangeiros, aqueles que usam botas em diferenciação a rusticidade em que se encontrava os povoamentos seminômades das campanhas bandeirantes durante a guerra de Emboabas. Diferente do que tradicionalmente se tenha dito, Soares (1879) afirma que a significação lexicográfica de Emboabas não remete a aves plumadas ou a aqueles que usam botas, mas sempre ao estrangeiro, o português, o homem de fora que invade e ataca. Justificativa enquanto toponímia distrital, a guerra de Emboabas, um dos primeiros conflitos “nativistas” do Brasil, é uma referência impregnada de símbolos nacionalistas e provavelmente definida em gabinetes dos centros administrativos, visto a falta de evidências históricos da participação da Antiga Vila de São Francisco de Assis do Onça e a inconformidade da comunidade local com seu topônimo.

2.5. Lógicas particulares de produção, guerra dos lugares e fratura sociometabólica

O frustrante projeto de construção de um capitalismo de estado proposto pelo plano nacionalista, se mostrou não apenas insuficiente em barrar o avanço global do neoliberalismo nos anos 90, mas também como grande responsável pela instauração das condições para sua reprodução. Não concretizado a promessa desenvolvimentista de emancipação municipal, como presume o discurso do ordenamento distrital (ANTUNES;

MEDEIROS, 2019), o Distrito de Emboabas se torna alvo de uma re-funcionalização do espaço, sobretudo no que toca a produção de monoculturas como a soja e outros grãos, antes impossíveis pelas dificuldades logísticas e produtivas da região.

Tanto o zoneamento quanto a ermatização constituintes do descaso geohistórico do Onça produzidos ao longo do séc. XX, possibilitaram uma hierarquização financeira de alta precisão valorativa e produtiva do espaço, como afirma M. Santos, “o dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também à geografia”. Sob uma perspectiva hegemônica globalizada, os espaços passam a se distinguir mediante suas capacidades de oferecerem rentabilidade, isto, em função de suas “virtualidades naturais; realidades técnicas; e vantagens de ordem social”. Instaura-se assim uma “guerra dos lugares” por investimentos e novas implementações empresariais, sempre afins de capitalizar progressivas vantagens econômicas, de modo a gerar “uma marcante heterogeneidade entre as unidades territoriais” (SANTOS, 2002, p. 166-167).

Como porção territorial subjugada a administração municipal, Emboabas não conta com governanças locais oficializadas, sua baixa expressividade eleitoral impede a participação entre o pleito dos representantes municipais. Isso, somado a extensa área de sua zona setorial, faz de Emboabas uma localidade frequentemente cooptada como curral eleitoral, além de ser uma zona estratégica para a atração de investimento empresariais de interesses a nível municipal, visto que as negociações não precisam necessariamente passar pelos interesses da comunidade.

Segundo relatos locais, práticas como arrendamento de terras e o grande fluxos de mercadorias, técnicos e extensionistas rurais, assim como a inserção do plantio de soja, multiplicaram ao longo das últimas décadas, sobretudo durante a pandemia do Covid-19, período em que a Campanha Nacional de Abastecimento estima um recorde na produção brasileira de grãos. Junto a isso, o envelhecimento populacional, somado à baixa disponibilidade de empregos, faz de Emboabas um grande atrativo para empresas, porém pouco atrativo para a população economicamente ativa local.

Entres as principais empresas que atuam na região, pode-se citar como exemplo, o Grupo Rivelli, grande exportador de aves e produtor de ração para abastecimento interno; a Serraria Agostini, na produção de eucalipto, e a Fazenda do Engenho, com destaque na produção de Soja e outros grãos. Não obstante, inseridas no complexo produtivo de um modelo agrário-agrícola-financeiro moderno, estas empresas se mostram extremamente dependente de insumos estrangeiros, o que liga Emboabas à ação de multinacionais

produtoras de agrotóxico (Bayer, Basf e Syngenta) e processadoras de soja (Cargill, Bunge, ADM e Louis Dreyfus).



Figura 6. Produção de soja no Distrito de Emboabas

Fonte: Fotografia recolhida em trabalho de campo (2022)

O que antes constava como parte das responsabilidades do Estado, passa a depender cada vez mais da iniciativa privada. Vetores de des-envolvimento², como a mecanização, insumos agrícolas, técnicos e extensionistas rurais, agora sem o comprometimento com os modos gerais de produção, reproduzem práticas intensivas de uso e ocupação do solo articuladas sob uma lógica particular de produção, cuja máxima de alta produtividade e acumulação, engendram uma progressiva entropização dos fluxos de matéria e energia no ambiente sem precedentes na história humana.

São inúmeras as consequências geradas pelo o que Marx (*apud* LEFF, 2021) descreveu como fratura metabólica do capitalismo. A falta de matéria e energia livre e a impossibilidade ecológica, técnica e cultural de reprodução dos meios de vida local, conferem grandes desafios socioambientais às comunidades cuja ruralidade apresenta uma função importante para sua reprodução. De certo, o descaso geohistórico do Onça é, sobretudo a partir dos anos 90, agravado ao passo em que seu território é integrado

² Como em Porto-Gonçalves: “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza” (2004, p. 39).

corporativamente pela globalização neoliberal e sua lógica de produção do espaço.

É importante destacar que a legitimação de tamanhas fraturas sociometabólicas em prol do progresso está estreitamente ligada ao descaso geohistórico com que pequenos povoados e vilas mineiras são abordadas no Brasil. Basta observar episódios mais desastrosos, como o rompimento de barragens de rejeitos minerais no Distrito de Bento Rodrigues (2015), e o risco eminente de novos desabamentos, sobretudo no quadrilátero ferrífero³. Nesse sentido, a ermatização geohistórica e o esvaziamento das tramas territoriais que conformam tais realidades socioespaciais partem de um projeto global de racionalização e instrumentalização do espaço e se apresentam como um estratégico dispositivo epistêmico e político de legitimação de mega-projetos.

2.6. À territorialidade do Onça: uma cartografia barroca

Se por um lado as discussões empreendidas até agora buscaram teorizar e problematizar criticamente o descaso geohistórico ao compreendê-lo como parte constituinte da modernidade-colonialidade, da qual serviu como matriz epistêmica de ordenamento territorial brasileiro, primeiro voltado para a construção de um modelo capitalista de Estado, e posteriormente apropriado pelo mercado financeiro global, ainda que apoiado e atraído pelo poder público local. Cabe, por fim, apontar aqueles que, na prática, desafiaram e ainda desafiam os procedimentos de controle e fixação da ordem territorial dominante, um uso distinto do território, que diferente das lógicas dominantes, está voltado para a reprodução da vida e organização da comunidade local.

A comunidade do Onça, forjada sobre as condições espaciais de um tempo lento durante a instalação de uma rede urbana colonial nas minas setecentistas, conservaram e criaram formas específicas de mediação entre sociedade/natureza e seu tempo/espaço ao longo dos trezentos anos de sua existência. Protagonista histórico, cujas marcas inscritas no espaço trataram de ser invisibilizadas e negligenciadas pelas narrativas, discursos e quadros cognitivos hegemônicos, o povo do Onça faz do “ermo”, um espaço repleto de significações, afetos e memórias que dão um sentido coletivo de comunidade com forte base identitária em escala local.

³ Quadrilátero ferrífero é a mais importante província mineral do sudeste do estado do Brasil, localizada na região centro-sudoeste de Minas Gerais, caracterizado pela ocorrência de várias jazidas minerais (ROESER; ROESES, 2010).

Dentre eles, a ativação popular de sua antiga toponímia de catequese, revela não apenas a arbitrariedade com que se deu o ordenamento da malha distrital brasileira, como também indica um importante papel dos signos católicos na organização da comunidade local, já que como nos atenta Claval (2014), a nomeação do espaço é uma importante ferramenta cartográfica de representação do poder. Enquanto Emboabas traz consigo a manifestação da conquista sobre o signo bandeirante, São Francisco de Assis do Onça nos expressa uma interessante síntese geohistórica de estética barroca, criativa em sua complexidade contraditória entre o sagrado e profano, espiritual e corpóreo, temporal e espacial, entre o santo e o animal.

Segundo Rossi, “a estratégia barroca está assim chamada por fazer visíveis e vivíveis as contradições que a colonização e o espírito capitalista incidem em nossos territórios” (ROSSI, 2016, p. 99). Mais que um estilo, e sim um ethos cultural e forma de vida, o barroco se propõe como um conceito operatório da prática estético-política, uma modalidade do saber caracterizado pela sobreposição de elementos como um conjunto de nexos e interconexões que extrapolam e escapam dos cânones pensamento racional, e “cujas intensidades tornam imprecisas as fronteiras entre as coisas” (ROSSI, 2016, p. 119).

Uma cartografia da ação comunitária, que como disse Quintero, “brota de la tierra como efectiva demostración de su posesión territorial a partir de la praxis de una territorialidad que es propia de la comunidad que la ejerce” (2019, p. 8). Verdadeiras geografias que, segundo Porto-Gonçalves (2002, p. 8), expressam a diversidade de formas humanas de “significar nosso estar-no-mundo”, “territórios epistêmicos” síntese das dimensões materiais e simbólicas necessárias para a apropriação do espaço e reprodução da vida.

Um produto cartográfico em movimento sendo feito a partir de relações sociometabólicas locais e seus mecanismos ecológicos, técnicos e culturais de regulação do meio como processos de territorialização pela vida (LEFF, 2021), e portanto, possíveis de conduzir às divergências, apropriações, e por vezes, transformações das cartografias oficializados pelos usos hegemônicos do território.

A cartografia, um passado-presenciado segundo Costa e Maluly (2021), consiste em uma grande aliada da geografia histórica para a interpretação e reconstituição do passado, desde que posto em primeiro plano, os movimentos, suas escalaridades e periodizações. Deste modo, quando não envolvidas pelas lógicas dominantes de fixação e imobilidade, as ferramentas cartográficas são capazes de oferecer possibilidades de superação de

dicotomias como o tempo-espaço.

Como nos elucida Rossi, “invocando um passado do qual que ainda não foi recuperado, o barroco é o rastro de um ato violento, a cicatriz de uma ferida que não foi fechada” (2016, p, 117-118). Vale destacar que grande parte das marcas socio-metabólicas que buscamos apontar como produtos cartográficos do Onça, não se fazem a partir de formas sólidas e atemporais, como nos fazem pensar as produções cartográficas hegemônicas e racionalistas. São, entretanto, intempestivas e ornamentais, sem compromisso com mitos fundadores e uma temporalidade exclusiva ou de afirmação exitosa.

Daí a importância dos causos, da oralidade, receitas, festividades locais e da codigofagia barroca, rastros sociometabólicos e adornos operacionais de regulação tempo/espacial que dão densidade à ativação popular da antiga toponímia do São Francisco de Assis do Onça. São estes elementos, produtores de um processo cartográfico de superação do descaso geohistórico, que se faz mediante estratégias de afirmação barroca de sua territorialidade.

CAPÍTULO II – AS CONDIÇÕES ESPACIAIS DE UM TEMPO LENTO: O COMPONENTE ECLESIAÍSTICO NA FORMAÇÃO DA REDE URBANA COLONIAL DAS MINAS SETECENTISTAS

Assim como a criação da América consiste na face oculta da clivagem constitutiva que produziu o sistema-mundo moderno-colonial, a regionalização das Minas Gerais, estabelecida em referência ao empresamento aurífero no século XVIII, consistiu em um dos primeiros laboratórios para promoção dos projetos globais de atualização das relações de poder necessárias para a segunda fase de sua expansão. Dentre os principais mecanismos de controle e exploração da empresa aurífera articulado pela coroa portuguesa, o estabelecimento de uma rede urbana colonial apoiada pela estrutura eclesiástica da época, foram fundamentais para articulação de um ordenamento territorial planejado para o deslocamento do ouro, assim como para a manutenção de um modelo civilizatório que tem a Europa como ponto de referência da história humana.

Desenvolvida por Walleerstein (1974), a teoria do Sistema-Mundo Moderno, em diálogo com a teoria da colonialidade do poder (QUIJANO; WALLEERSTEIN, 1992), discutem como o estabelecimento modernidade não rompeu com as injustiças e violências física e epistêmica deliberadas durante o período colonial, pelo contrário, consistiu em sua continuidade que, através da articulação de velhos e novos dispositivos de poder, sustentaram um sistema moderno/colonial que tem como marco fundador, o encontro entre o velho e o novo mundo em 1492.

Contudo, é a partir do século XVIII que as estruturas coloniais vão sofrer uma série de reformulações, sobretudo devido à crise das monarquias ibéricas. Como nos explica Mignolo (2003), as histórias universais dos últimos quinhentos anos estiveram implicadas em projetos globais como componentes de legitimação do universalismo criado a partir da modernidade/colonialidade. Se, a princípio, o cristianismo operou como âncora de consagração das fronteiras da diferença colonial, o século XVIII e a ascensão da Grã-Bretanha e da França enquanto novos centros do mundo, anunciaram o ideário iluminista como um novo projeto global de modelo civilizatório.

Com cerca de trezentos anos de povoamento, como data a construção de sua capela no ano 1727⁴ (DIOCESE-SJDR, 2023), a antiga Vila de São Francisco de Assis, hoje formalmente designado como Distrito de Emboabas e sob administração do município de São João del Rei, têm em sua história local, uma forte relação com os projetos globais de consolidação de uma nova ordem mundial, sobretudo devido ao seu envolvimento com as tramas territoriais das Minas setecentistas. Fruto da intensidade das fricções, tensões e simbioses estabelecidas durante a empresa aurífera, ainda que não se destacasse pela presença de jazidas, a Vila de São Francisco de Assis do Onça emerge como resultado de uma clivagem constitutiva da segunda fase do sistema-mundo moderno-colonial.

De acordo com autores como Lander (2000) e Porto-Gonçalves (2006), a análise das dimensões espaciais são indispensáveis para uma compreensão adequada dos projetos de articulação do sistema-mundo moderno-colonial, visto que a univocidade do pensamento temporal enquanto sujeito histórico tratou de eclipsar sua clivagem constitutiva como recurso de legitimação e naturalização das fronteiras epistêmicas que sustentam a colonialidade do poder.

A opção pela Vila de São Francisco de Assis do Onça e a periodização utilizada podem ser encaradas como escolha metodologicamente estratégica no sentido de focalizar as discussões sobre a clivagem constitutiva entre o universal e o particular. Em Costa e Scarlato (2010), a constatação de uma rede urbana colonial constituída sobre as condições espaciais de um tempo lento apontaram o estudo de pequenas vilas e povoados oriundos das Minas setecentistas como grande aliado na dissolução de dicotomias que sustentam a primazia do pensamento temporal sobre as dimensões espaciais. Não obstante, as categorias miltonianas de “tempo lento” e “flexibilidade tropical”, permite uma mirada atenta às estratégias contra-hegemônicas de produção do espaço (HAESBAERT, 2021).

Como o componente eclesiástico serviu como um importante dispositivo de controle durante o estabelecimento da rede urbana colonial e do ordenamento territorial da época (FONSECA, 2011), sendo que logo se tornou passível de processos de reconversão e ressemantização com a eclosão do iluminismo (MIGNOLO, 2003). O objetivo das investigações a seguir, consiste na análise das operações de acomodação e deslocamento dos códigos eclesiásticos como estratégias contra-hegemônicas de se fazer vivíveis e

⁴ Uma provisão datada de 13 de janeiro de 1727 autoriza a construção da Capela de São Francisco de Assis, na localidade chamada Onça. Em 1728, O Revdo. Dr. Manoel da Rosa Coutinho dá a benção à capela do Onça (BARBOSA, 1971).

visíveis as contradições impostas e controladas pelos projetos globais da modernidade/colonialidade.

Com esse fim, de modo a permitir as reflexões transescalares necessárias para abordar o debate acerca das dimensões particulares e universais que compõem a clivagem constituinte do sistema-mundo moderno-colonial, as seguintes discussões organizam-se em cinco tópicos: primeiramente, além de apresentar ao leitor a teoria do sistema-mundo moderno-colonial, busca-se através de dados levantados pelo economista C. Furtado (1974) e pelo jornalista E. Galeano (2020), detalhar o papel decisivo das Minas Gerais na consolidação de sua segunda fase, sobretudo na promoção de seus novos centros hegemônicos; em segundo momento, em contraste com a historiografia tradicional, o texto disponibiliza uma breve descrição da complexidade das relações estabelecidas na rede urbana colonial e como suas dinâmicas permitiram uma relativa autonomia econômica com o arrefecimento da extração aurífera; de caráter mais teórico, com a ajuda das reflexões de Porto-Gonçalves (2006) e Costa e Scarlato (2010), a terceira parte do texto focaliza as discussões nas condições espaciais do tempo lento, de modo a averiguar a potencialidade da categoria miltoniana como potencial teórico-operacional na investigação de movimentos contra-hegemônicos; a quarta parte consiste na investigação dos mecanismos eclesiásticos na promoção da rede urbana colonial nas Minas setecentistas, especificamente de uma realidade situada na Vila de São Francisco de Assis do Onça; por fim, a partir da ativação popular de sua antiga toponímia de catequese, verifica-se nas operações codigofágicas do Onça, a presença de práticas estético-políticas de caráter explicitamente barrocas.

De um ponto de vista teórico-metodológico, espera-se que as seguintes discussões sirvam como objeto de denúncia de como os projetos globais se sustentem a partir de uma preocupante abstração universalista e sobre o custo da deslegitimação e dissimulação da diversidade de histórias e saberes locais. Contudo, o trabalho também consiste se esforça em servir de subsídio teórico para o movimento local do então Distrito de Emboabas na tentativa de recuperação de sua antiga toponímia de catequese.

3.1. O papel das Minas setecentistas na consolidação do sistema-mundo moderno-colonial

O século XVIII marca um importante período na história da ocupação humana, sobretudo no que diz respeito a um intenso processo de atualização da ordem mundial até

então vigente nos primeiros dois séculos de colonização do novo mundo. Conhecido como o século das luzes e da razão, os setecentos protagonizam uma série de revoluções⁵ que vão pôr em crise as estruturas de poder monárquicas e aristocráticas ao passo em que conformava os espaços para o estabelecimento da burguesia como classe social de grande prestígio político.

Antes instituída a nível local, a organização fragmentaria de poder político feudal se estabelecia mediante relações de servidão renda-trabalho (corveia), renda-produção (parceria) e sobre os preceitos do cristianismo europeu. Com a expansão do mercantilismo, do crescente protagonismo político da burguesia e da valorização produtiva da renda-dinheiro, a coroa portuguesa é impelida a lançar mão de novos projetos globais e de mecanismos difusos de poder, com novas táticas generalizadoras, universais e centralizadas a nível nacional. Mecanismos estes que desenharam seu modelo de controle absolutista como estratégia de se adequar às atualizações de um sistema mundo global, agora organizado em Estados Nações e fundamentado pelos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade (ANDERSON, 1998).

Baseado na universalidade da razão eurocêntrica e da economia capitalista, o pensamento iluminista operou como grande corrente de pensamento filosófico que fundamentou e legitimou a expansão e o aperfeiçoamento da segunda fase de um modelo civilizatório do sistema-mundo moderno-colonial (MIGNOLO, 2003). A teoria do sistema mundo moderno-colonial, desenvolvida por Quijano e Walleerstein (1992), nos revela importantes elementos para a compreensão de um padrão de conflitividade instaurado desde 1942, data que o autor também destaca como período de criação da “América” enquanto entidade geosocial.

Um sistema mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantêm unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros (WALLERSTEIN, 1974, p. 337).

A perspectiva de Wallerstein permite inferir que as colônias americanas desempenharam um papel fundamental na instauração e reprodução de um sistema

⁵ Com destaque para a Revolução Francesa e Americana, mas sem que esqueçamos da Revolução Haitiana (JAMES, 2000).

mundo, que de maneira inédita, interferiu em quase todo o planeta. No que diz respeito a Colônia Portuguesa, Galeano (2010) aponta a simultaneidade com que a expansão da empresa aurífera nas minas brasileiras se deu junto ao estabelecimento do Tratado de Methuen (1703), do qual envolvia a abertura do mercado português e de suas colônias às manufaturas europeias de modo a possibilitar um contato direto entre o mercantilismo britânico e as riquezas brasileiras⁶.

Assim, a região de Minas Gerais entra na história do sistema mundo moderno/colonial como “a maior quantidade de ouro então descoberta no mundo... extraída no menor espaço de tempo” (GALEANO, 2010, p. 63). O ouro em abundância, facilmente extraído em depósitos de aluvião, conferiu à região uma posição extremamente estratégica para o estabelecimento do mundo moderno, um tanto para a atualização absolutista da metrópole portuguesa e sua inserção no mercado global, mas principalmente para as conquistas políticas do mercantilismo inglês e o desembocar da revolução industrial no final do século.

Minas se torna por tanto um dos principais laboratórios setecentistas para a consolidação do Estado Absolutista e posteriormente do capitalismo industrial. O resultado, como descreve Costa *et al.* (2021, p. 10), foi a formação de “um território de assentamento abrupto, cujos fluxos não tem precedentes no Brasil Colonial”. Celso Furtado (1974) estimou um súbito aumento da população brasileira neste período, do qual passa de 300.000 habitantes em 1700, para no fim do ciclo do ouro atingir um contingente de 3.300.000. O fascínio vertiginoso da riqueza facilmente encontrada nas jazidas de aluvião, ilhas negentrópicas nas quais a ação milenar da chuva tratou de depositá-las ao longo dos rios, vales e depressões das montanhas mineiras, se apoiava pelas mínimas exigências de capital fixo para a extração do ouro, condição bem diferente da grande extensão de terra e da estrutura agroindustrial exigida nos engenhos de cana do nordeste brasileiro.

Como regionalização da Capitania das Minas Gerais, na época ainda organizadas em comarcas, sugere-se um processo normativo de recorte espacial estabelecido pela Coroa Portuguesa como operação de controle dos fluxos de ocupação e exploração da porção territorial em questão. Com o alto padrão de conflitividade, houve a necessidade de normas e leis específicas, como o estabelecimento da Estrada Real como rota oficial para o escoamento do ouro e um sistema tributário diferenciado. Envolvida com uma questão de método entre o particular e o universal, Haebaert (2021) aponta a regionalização como

⁶ Recolhidos por Galeano (2010, p. 67), fragmentos de fontes britânicas do séc. XVIII apontam que “a entrada de ouro brasileiro alcançava 50 mil libras por semana em alguns períodos” e “sem esta tremenda acumulação de reservas metálicas, a Inglaterra não teria podido enfrentar, posteriormente, Napoleão”.

categoria largamente utilizada pela geografia colonial, principalmente no que tange à classificação, reconhecimento e controle de novas áreas para a expansão do império.

Ainda assim, como relata Galeano (2010, p. 63), a região das Minas Gerais ficou conhecida como verdadeiros “santuários para criminosos, vagabundos e malfeitores”, que somado às novas classes burguesas pouco leais aos interesses régios, provocaram à metrópole mobilizar um progressivo autoritarismo administrativo-jurídico-militar típico do *modus operandi* dos Estados absolutistas. A expansão do mercantilismo exigiu uma articulação mais fluida e reticular do território por parte da Coroa portuguesa, cujas fronteiras fixas e bem delimitadas, apesar de ainda importantes, passam a se articular com relações de poder mais reticulares e dinâmicas como modo de conferir o integralismo necessário para a manutenção de sua hegemonia.

Segundo Quijano e Walleerstein (1992, p. 583), para o estabelecimento do sistema mundo moderno-colonial, e de sua economia mundo-capitalista, foram fundamentais três principais elementos, dos quais sem a América não seria possível sua concretização, “uma expansão do volume geográfico do mundo em questão; o desenvolvimento de variados métodos de controle do trabalho para diferentes produtos e zonas da economia-mundo; e a criação de aparatos de Estado (religiosos, pedagógicos, familiar, jurídico, cultural) relativamente fortes”.

O resultado, como descreve Perry Anderson, foi um aparelho reforçado de poder real, cuja função política permanente era a repressão das massas camponesas e plebeias na base da hierarquia social (ANDERSON, 1998). Como lembra Haesbaert e Gonçalves (2006), a operação de des-locar não diz respeito apenas ao ato de tirar produtos e riquezas do lugar, mas à privação e expropriação de grupos subalternizados em seus territórios de vida. Ou seja, junto aos esforços técnicos e logísticos necessários para o escoamento do ouro, a empresa aurífera portuguesa dispôs de novos e antigos mecanismos de poder socioculturais de controle e exploração de grupos sociais situados nas Minas, sobretudo a partir de marcadores sociais que subjugavam negros, indígenas, camponeses, mulheres e toda uma gama de classificações impostas pela visão eurocêntrica.

Conformada sobre um tenso e inédito padrão de conflitividade, as minas se tornaram um *locus* de efervescência de elementos historicamente atribuídos ao setecentos, como a insurgência do movimento neomercantilista e seu discurso nativista, assim como a ebulição estético-política da arte barroca e o estabelecimento de uma urbanização pré-industrial.

3.2 A rede urbana colonial enquanto negação-afirmação do rural brasileiro

Os dois primeiros séculos da colonização brasileira estiveram marcados pela ocupação costeira, pelo extrativismo da madeira, e posteriormente, a organização de engenhos para a produção de açúcar no Nordeste. Sem o encontro com grandes impérios indígenas, mas com tribos dispersas ao longo do território, das quais não possuíam a cultura de valorização de metais preciosos, coube aos portugueses bandeirantes a tarefa de encontrar as jazidas de ouro nas regiões montanhosas no interior do continente (GALEANO, 2010). Descoberta as jazidas apenas no começo do séc. XVIII, a ocupação bandeirante até então esteve organizada de maneira seminômade em pequenos arraiais improvisados e rústicos⁷, com atividades agropastoris e dependente da apropriação direta dos saberes indígenas para sua subsistência. Assim, Minas foi, durante os dois primeiros séculos da colonização brasileira, fundos territoriais⁸ de tênue, ou nenhuma, ligação com as normas e estruturas da metrópole colonial e palco de um intenso processo de sedimentação cultural portuguesa.

O grande número de localizações formalizadas ao longo do século XVIII, como demonstrado pelas cartografias oficiais da época (SANTOS, 1994), revela não apenas uma grande variedade taxonômica de conglomerados urbanos, que vão de arraiais e vilas às freguesias e pousos, como também denunciam as estratégias de um programa hegemônico envolvido na conversão e integração dos sertões brasileiros para o estabelecimento e manutenção de uma ordem colonial, sobretudo no que diz respeito ao controle dos fluxos de entrada e saída do território mineiro (COSTA; SCARLATO, 2010). Entre as vilas de maior hierarquia estão as sedes das comarcas mineiras, representadas por Vila Rica (Ouro Preto), Sabará, Serro e São João del Rei (FURTADO, 1974).

⁷ A rusticidade segundo Candido (1964), remete ao equilíbrio mínimo para reprodução dos meios de vida de grupos sociais que experimentam a escassez de suas necessidades básicas. O termo foi utilizado pelo autor para descrever o processo de sedimentação cultural presente na adaptação de colonos portugueses ao Novo Mundo.

⁸ Como fundo territorial, Moraes (2002) designa as áreas de conhecimento incerto, genericamente representada na cartografia da época e pouco integrada aos usos hegemônicos do território.



Figura 7. Mapa de Localização das Comarcas de Minas e suas Sedes (1713)

Fonte: Caldeira e Castro (2014, p. 87)

De acordo com Costa e Scarlato (2010), além do alcance inter-continental necessário para o escoamento do ouro, a rede urbana colonial acabou por incitar a formação de conexões intra-regionais que tornou a região das Minas, o primeiro centro do eixo norte-sul na colônia brasileiro. Com a chegada de um grande contingente populacional e a alta estratificação social consequente dos níveis de acumulação de riqueza propiciada pelo ouro, a fome se torna um dos primeiros empecilhos para o modelo de reprodução social, induzindo assim a retomada da atividade agropastoril, principal atividade dos antigos arraiais da região, para o fornecimento e abastecimento local e posteriormente para o mercado inter-regional e exportador da colônia brasileira (FURTADO, 1974)

Como assinala Zemella (1990), o estabelecimento de um consumo mineiro de lógica urbana pré-industrial esteve condicionado por quatro principais fatores: o povoamento; a produção das minas; a sistematização das correntes de abastecimento; e o desenvolvimento dos núcleos locais de produção. Com um grande sistema de transporte e logística, além do destaque na produção agropastoril, que contava com o tabaco, carnes bovinas e suínas, sobretudo o toicinho, leite e derivados, além de cereais como o feijão e o

milho, as Minas também se incumbiu da produção de ferro, aço, pólvora, vestimentas, calçados, móveis, arreios e outros materiais de lida, assim como de produtos de luxo para o consumo da nova elite mineira urbana que se formava. A venda de muares se tornou um grande negócio na região e intensificou as relações com o a rede gaúcha, também forte na produção pecuária, e estimulou o surgimento de aglomerados nos pontos de parada dos tropeiros e de suas tropas (FURTADO, 1974).

Diferente do que a historiografia tradicional veio apontando, o arrefecimento da produção aurífera não significou a estagnação da economia mineira, que através de sua diversificação econômica agropastoril, mercantil e político-administrativo, garantiu não apenas as condições espaciais para o deslocamento do ouro, mas também maior autonomia em relação a empresa aurífera, da qual se tornava inviável ao passo em que crescia a indisponibilidade de jazidas de fácil acesso (COSTA; ESCARLATO, 2010). Trabalhos como de Moraes (2005) e Santos (2017) afirmam que a sustentação dos centros urbanos após arrefecimento da empresa aurífera esteve respaldada por um intenso processo ruralização, constatação que endossa a tese de Costa e Scarlato (2017) ao defenderem que a sustentação das formações urbanas está envolvida por um processo dialético de negação-afirmação do rural.

Diferente da perspectiva lefebvriana, de forte tradução entre os estudos urbanos, que reserva o termo de sociedade urbana à aquelas que nascem da industrialização, Costa e Scarlato (2017) possibilitam uma abordagem que permite uma mirada analítica que valorize as características das formações urbanas que antecedem a revolução industrial. Se para Lefebvre, cujo ponto de partida analítico se encora na modernidade industrial, a industrialização protagonizaria uma urbanização contínua e completa da sociedade, perspectiva que endossa a cara dicotomização do rural-urbano e eclipsa suas relações simbióticas com as dinâmicas rurais. A tese de Costa e Scarlato afirma que a permanência da urbanização consiste em suas relações dialéticas de negação-afirmação dos espaços rurais com condição da reprodução das necessidades humanas, da culturalização da natureza, e da divisão técnica do trabalho das sociedades urbanas.

Nesse ponto, além de contribuir com a análise de uma formação de uma rede urbana colonial principiada enquanto operação de controle e ordenamento das dimensões materiais e simbólicas exigidas para a reprodução da empresa aurífera, a perspectiva de Costa e Scarlato (2017) nos atenta para a diversidade de atores envolvidos na conformação das sociedades urbanas nas Minas setecentistas, cujas variáveis relacionais de ficções,

tensões e simbioses entre o rural/urbano produziram a densidade histórica ligada às intencionalidades e aderências ao território em questão.

3.3. As condições espaciais de um tempo lento

Não raro é possível encontrar diagnósticos que acusam o fim do rural em detrimento do avanço tecnológico e da sensação de superação das condições espaciais propiciadas pelo culto urbanocêntrico ao pensamento temporal, abstração que se impõe concretamente e carrega em seu âmago universalista, a inevitabilidade histórica da homogeneização do moderno, do industrial e do urbano. A dicotômica relação entre o rural e o urbano expressada pela teoria lefrevbriana de urbanização completa da sociedade está fundada sobre essas noções de univocidade histórica do tempo em relação às dimensões espaciais. Como nos alerta Porto-Gonçalves (2006, p. 142), “é como se fosse natural falar da historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história”.

“O risco epistemológico é enorme”, aponta Rambauld (1974, p. 15) ao avaliar os limites de uma perspectiva dicotômica entre o rural e o urbano. Esquemáticamente evolucionista, o urbanocentrismo fixou uma concepção sempre atrasada do rural em relação ao urbano, passível de dicotomização principalmente quando envoltos de debates acerca da tradição/modernidade e das atividades agrícolas/industriais. Nesse esquema, o equívoco de compreensão não se limita ao rural como tradicional e agrícola, mas também ao urbano essencialmente moderno e industrial, dois polos idealizados de um contínuo histórico linear, do qual o futuro é determinado pela urbanização/industrialização/modernização.

Assim, as investigações de conglomerados urbanos pré-industriais podem servir de grandes aliadas para a superação das perspectivas dicotômicas não apenas entre o rural e urbano, mas também de outras dualidades operativas da modernidade, como tradição/progresso e selvagem/civilizado, de modo a conferir uma compreensão mais adequada das fricções, tensões e simbioses que condicionam, conformam, coagem e são coagidas durante os processos de produção histórica, tanto dos espaços urbanos brasileiros, quanto fronteiras epistêmicas impostas pelos projetos globais da modernidade de modo geral.

Não obstante, como alega Lander (2000) e Porto-Gonçalves (2006), por implicar nas múltiplas temporariedades que convivem simultaneamente, a dimensão espacial se torna

imprescindível para a investigação do sistema mundo moderno-colonial, visto que sem uma reflexão espacial, sua clivagem constitutiva “desaparece e o mundo europeu emerge como se fora por autogeração e fruto de uma presumida superioridade” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 144).

É justamente preocupado com o descaso geohistórico de pequenas vilas e povoados oriundos das Minas setecentistas e as consequências da dicotomização entre as dimensões temporais e espaciais, que Costa e Scarlato (2010) identificam a formação de uma rede urbana colonial constituída sobre as condições espaciais de um tempo lento. Os autores empregam o conceito miltoniano de “tempo lento” com o intuito de abordar as condições espaciais específicas das tramas históricas envolvidas na conformação de uma rede urbana pré-industrial situada em uma região de difícil acesso em tempos de fortes limitações técnico-científico-informacionais. Considerada por Haesbaert (2021) como um dos elementos descoloniais da obra de M. Santos, a categoria de “tempo lento” foi designada, junto a categoria de “flexibilidade tropical” para descrever a força dos pobres por potencializarem as práticas de resistência à racionalidade hegemônica e fazer frente os tempos rápidos da competitividade e da acumulação.

Se por um lado, as condições espaciais de um tempo lento exigiram um tremendo esforço da Coroa portuguesa na indução e controle dos fluxos provenientes da empresa aurífera, que só pode ser justificado pelas taxas exorbitantes de lucratividade das jazidas mineiras; de outro, o tempo lento potencializou a reprodução das forças criativas e solidárias de grupos subalternizados, que se apropriando das falhas de infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, desenvolveram uma série de estratégias ligadas aos elementos espaciais de aproximação, abertura e lentidão, ao invés da máxima pela aceleração e precisão imposta pela racionalidade moderna (SANTOS, *apud* HAESBAERT, 2021).

Vale salientar que as condições espaciais de um tempo lento nas minas setecentistas, não se dá de maneira perfeita em oposição à racionalidade hegemônica, pelo contrário, é fruto de uma aguda produção desigual do espaço, conformada por sua vez, pela coexistência de múltiplas temporalidades, inclusive da permanência de antigas relações de controle colonial mesmo entre espaços urbanos. Contudo, a categoria miltoniana de tempo lento ainda nos oferece uma importante reflexão acerca dos movimentos contra-hegemônicos, sobretudo no que toca a maior margem de produção criativa e solidária de estratégias territoriais de re-existência.

Os elementos espaciais do tempo lento apontados por Haesbaert (2021), como a aproximação, a abertura e a lentidão, coagiram, durante o século XVIII, a formação de uma rede urbana em formato daquilo que Costa e Scarlato (2010) nomearam como um rosário de pequenas vilas e povoados interligadas e que ainda hoje, conservam-se marcas geohistóricas de um processo cujas intervenções ecológicas, técnicas e culturais inéditas contraditórias, estiveram ligadas a formação de grande parte dos aglomerados urbanos no estado de Minas Gerais.



Figura 8. Carta Cartográfica da Comarca do Rio das Mortes, Pertencente a Comarca das Minas Gerais (1777)

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil (2023)

Os mapas produzidos durante o século XVIII nos dão pistas acerca da variedade de distintas formações socioespaciais que compuseram a rede de aglomerados urbanos da época. A diversidade de categorias dispostas na taxonomia urbana da época nos atenta para as diversas modulações simbióticas de relação entre o rural e o urbano sobre um tempo lento. Além do mais, sem dispor de aparatos técnicos cartográficos de extrema

precisão, como ocorre mais tarde com o geoprocessamento e a estatística cartográfica do séc. XX, a delimitação de fronteiras externas e internas nas representações cartográficas da região mineira exigiram certa flexibilidade nas confecções dos mapas.

De mesmo modo, assim como nas representações cartográficas, os “espaços opacos” experimentaram muita das vezes, o rarefeito das limitações eco-técnico-culturais hegemônicas de ordenamento territorial. A “flexibilidade tropical” e o “tempo lento” coagiram os múltiplos atores envolvidos no processo contingente de produção da rede urbana colonial nas Minas setecentistas, de maneira que as “fricções, tensões e simbioses” (COSTA *et al.*, 2017) envolvidas na coexistência entre diversas intencionalidades e aderências territoriais, transcendem a simplificação dualizada das realidades socioespaciais em rural ou urbano e destaca versões alternativas e situadas da clivagem constitutiva do sistema mundo moderno-colonial.

3.4. O componente eclesiástico e a Vila de São Francisco de Assis do Onça

Atentos a diversidade de situações em que se estabeleceram os aglomerados urbanos no Brasil Colonial, Teixeira e Valla (1999) defendem que, seja pelas funções econômicas específicas que estavam destinados a cumprir na divisão do trabalho colonial, ou pelas diferentes condições materiais e culturais de cada sítio, formou-se em Minas Gerais uma grande variedade de contextos temporais, geográficos e culturais. Ainda assim, os autores afirmam que todas as vilas e cidades compartilhavam de um caráter português inquestionável, efeito dos dispositivos de controle que, apesar das condições espaciais do tempo lento, foram fortes o suficiente para garantir uma identidade formal e estrutural do território colonial (COSTA *et al.*, 2021).

Novamente a questão da clivagem constitutiva de um sistema mundo moderno-colonial emerge como manifestações singulares da totalidade do território colonial. Em Mignolo (2003), o debate acerca do universal/particular se concentra na diferença colonial da modernidade, no sentido de um conflito entre duas histórias e saberes locais, “uma reagindo no sentido de avançar para um projeto global planejado para se impor, e outros visando as histórias e saberes locais forçados a se acomodar a essas novas realidades” (p. 41). Deste modo, a clivagem constitutiva do sistema mundo moderno/colonial não deve ser explicada apenas mediante os projetos globais da modernidade, mas também pelas

estratégias subalternizadas de absorção e deslocamento das formas hegemônicas (MIGNOLO, 2003, p. 35).

O caso do antiga Vila de São Francisco de Assis, é um exemplo de dinâmicas situadas de fricção, tensão e simbiose que estabeleceram tal clivagem constitutiva, sobretudo no tocante aos aspectos eclesiais de aderência territorial de grupos subalternizados durante o século XVIII. A localidade é muito antiga, sua capela dedicada a São Francisco foi erigida entre os anos de 1727/28. A freguesia surgiu com a Lei nº 1199, de 09 de agosto de 1864. A paróquia de São Francisco do Onça foi instituída por provisão de 11 de março de 1887 e teve como primeiro vigário o Pe. Lourenço Sabatelli⁹. Em 1901 o distrito já aparece com a denominação de São Francisco do Onça; a denominação foi reduzida para Onça, pelo Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938. Pelo Decreto-lei nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, novamente, a denominação foi alterada de Onça para Emboabas (DIOCESE-SJDR, 2023).

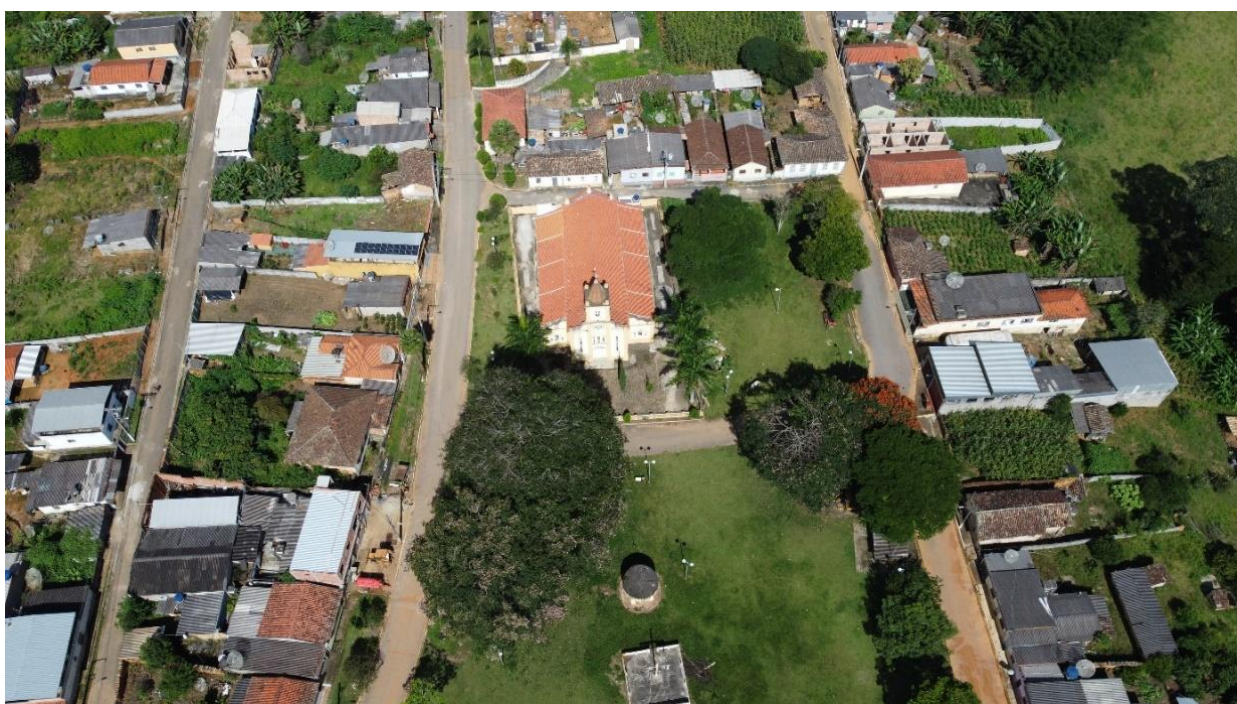


Figura 9. Fotografia Aérea do Perímetro Urbano do Distrito de Emboabas
Fonte: Fotografia recolhida em trabalho de campo (2022)

⁹ É importante destacar que Emboabas/São Francisco do Onça ficou pendurando entre algumas freguesias. Em 1870, a Lei Municipal nº 1.671, de 17 de setembro, volta com a sede da Freguesias de São Francisco do Onça para São Miguel do Cajuru (BARBOSA, 1971). Em 1880, a Lei nº 2674, de 30 de novembro, de novo traz a sede da Freguesia do Cajuru para o Onça (BARBOSA, 1930). Já em 1884, a Lei nº 3199, de 23 de setembro ainda outra vez eleva o Onça a Freguesia, depois (em data anterior não identificada), ter perdido tal condição para o Cajuru (BARBOSA, 1930).

Ainda hoje, o Distrito de Emboabas carrega em seu perímetro urbano, elementos morfológicos provenientes de uma uniformidade intra-urbana estabelecida entre as vilas coloniais brasileiras. Como descreve Costa *et al.* (2021), as similaridades resultantes dos conhecimentos urbanos portugueses do século XVIII reproduziram uma tipologia com vários elementos coincidentes, entre eles a praça central que agrega uma igreja e um modelo relativamente regular de ruas adaptadas a topográfica local.

Com a expansão do domínio territorial português, também expandiu a cultura portuguesa, onde a igreja católica era co-responsável pela implementação de um processo civilizador e a transplantação de uma nova cultura, trazendo impressa e formas culturais da sociedade barroca em que se formou. Para Fonseca (2011, p. 83), a oficialização de pequenas capelas construídas ao lado de lavras ou de suas roças, “coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável”. Graduada à Freguesia apenas no ano de 1864 (DIOCESE-SJDR, 2023), a capela filial do São Francisco de Assis do Onça desempenhou durante cerca de um século, as mediações religiosas, fiscais e censitárias do arraial com sua sede eclesiástica e civil, até então sobre a administração da freguesia de São Miguel do Cajuru (ANGELO, 2019).

A adoção de freguesias enquanto um modelo híbrido entre a ordem eclesiástica e civil, como já acontecia no continente europeu, também consistiu em uma importante estratégia de incorporação e aderência do território colonial. Sendo a paróquia sua unidade territorial, as freguesias englobavam todo o conjunto de “fregueses” de suas capelas filiais, das quais além das atividades religiosas, realizavam uma série de funções cívico-administrativas, como os recenseamentos e a cobrança de impostos. É a partir da instituição das primeiras freguesias e a filiação das inúmeras capelas curadas na colônia que “a metrópole começaria a exercer um certo controle sobre os arraiais que se multiplicavam naquele vasto território” (FONSECA, 2011, p. 8).

Entretanto, diferente da rede eclesiástica situada na metrópole portuguesa, da qual em 1745 contava com 3.987 freguesias, Minas compreendia na mesma época, apesar de sua extensão territorial seis vezes maior, um conjunto de 50 sedes paroquiais, apesar inúmeras capelas filiais. Além do mais, a demarcação imprecisa dos territórios paroquiais e sobretudo de suas subdivisões representadas pelas capelas locais, delimitadas sobretudo pela rede de fregueses, possibilitaram certa autonomia das filiais, seja na quebra de tradições litúrgicas ou mesmo em práticas corruptas ligadas ao seu papel administrativo.

Como se não bastasse, a grande presença de “religiosos de má reputação”, leigos em relação ao conhecimento culto da doutrina eclesiástica, refletia a falta de padres e sacerdotes nos conformes da tradição católica europeia¹⁰ (ANGELO, 2019).

Diante da infraestrutura incompleta da ordem eclesiástica, a reprodução do sistema paroquial durante os anos XVIII requereu a participação direta das comunidades que se formavam no processo de organização dos interesses de seus fregueses. Seja na criação de irmandades, na construção e manutenção das rústicas capelas, inclusive de grande contraste com as monumentais igrejas paroquiais da época, assim como na remuneração direta dos religiosos para celebrações e ofícios locais. Sendo assim, a práxis eclesiástica esteve durante o período, sobretudo entre as capelas filiais, situadas na fronteira epistemológica entre as histórias e saberes locais subalternizados e os projetos globais de imposição universal do sistema mundo moderno-colonial.

3.5. Codigofagia do Onça, clivagem constituinte e o ethos barroco

Para Mignolo (2003), o cristianismo consistiu no primeiro projeto global do sistema mundo moderno/colonial, e de certo modo, fundamentou a base do ocidentalismo e do estabelecimento das fronteiras epistêmicas da diferença colonial, traçados que vão ser reconvertidas ao longo do século XVIII com o iluminismo e a expansão da Grã-Bretanha e da França sobre os países da Ásia e da África. Entretanto, as Freguesias permaneceram formalmente na taxonomia urbana de Minas Gerais até o ano de 1891, quando através do Art. 74, nomenclaturas como Freguesias e Paróquias foram lentamente convertidas em Distritos (CARRARA; MACHADO, 2020).

A forma truncada entre tendências contrapostas, de um lado a forma dominante, contudo decadente, da conquista ibérica que dava lugar a uma nova ordem mundial protagonizada pelos países do norte europeu; de outro, a forma derrotada, porém emergente, de sua colônia que anunciava não apenas a insurgência nativista e o desembocar das independências nacionais latino-americanas, mas também um forte movimento antropofágico derivado do complexo trabalho de resistência e ressemiótização das realidades subalternizadas pela colonialidade (indígenas, africanas, mestiças...) (ROSSI, 2016).

¹⁰ L. Boff (2022), em suas investigações acerca da teologia da libertação e as potencialidades do cristianismo latino-americano em prol da transformação social, enfatiza a diferença entre a fé e práxis católica com o conhecimento culto de uma doutrina eclesiástica de estrato conservador.

Como nos lembra o antropólogo brasileiro D. Ribeiro, “do mesmo modo que a Europa levou várias técnicas e invenções aos povos presos em sua rede de dominação... ela também os familiarizou com seu equipamento de conceitos, preconceitos e idiosincrasias (RIBEIRO, 2021, p. 63). Muito discutida entre os modernistas brasileiros, a antropofagia opera justamente nas buscas marginais e alternativas à cultura oficial, um movimento dialógico da diferença com um código universal altamente sofisticado.

É nesse sentido que Rossi (2016) aponta o barroco, símbolo da expressão artística das Minas setecentistas, como mais do que um mero estilo de época, mas um ethos cultural, um conceito operatório da prática estético-política de se fazer vivível e visível as contradições impostas pelos regimes fronteiriços da modernidade/colonialidade. Segundo a autora, suas características relacionais, sobrepostas e criativas, remeteriam a um universo habitado por corpos cujas as intensidades tornam imprecisas as fronteiras entre as coisas, uma operação de decodificação resultado de um ato de devoramento que envolve a “destruição dos centros de simbolização constitutivo do diverso para apropriá-lo e integrá-lo” (ROSSI, 2016, p. 115).

A natureza fronteiriça do barroco o posiciona em um difícil local de conceituação. Enquanto para Marzo (2010), o barroco consistiu em um aparato do domínio colonial, no sentido de um sincretismo formal formulado para administrar, borrar e aniquilar as culturais locais dos povos colonizados; um grande número de autores latino-americanos vem conceituando o barroco enquanto forma de resistência que opera na dimensão simbólica frente a contradição entre formas de vida legitimadas e outras reprimidas, entre o sagrada e o profano, entre o santo e o animal (ROSSI, 2016).



Figura 10. Pintura do Teto da Igreja de São Francisco de Assis do Onça¹¹
Fonte: Fotografia extraída da Biblioteca da Escola Municipal de Emboabas (2022)

A antiga Vila de São Francisco de Assis do Onça apresenta uma toponímia de catequese explicitamente barroca. Mesmo com a mudança impositiva de sua toponímia para Distrito de Emboabas em 1943 (IBGE), o uso de seu antigo hagiônimo “São Francisco de Assis”, junto ao zootopônimo “Onça”, ainda é preferencialmente acionado entre seus moradores, principalmente entre os mais antigos da comunidade. Uma operação códigofágica subalterna que incorpora o conjunto de mecanismos de ordenamento urbano e eclesiásticos desencadeados pelos projetos globais de planejamento do sistema mundo moderno-colonial no século XVIII, e que ainda é ativada como estratégia barroca de

¹¹ Como de costume da estética barroca, a pintura impressa no teto da Igreja de São Francisco de Assis do Onça faz alusão a três atos bíblicos da história de vida de São Francisco de Assis: 1 - A visão de São Francisco na qual Nossa Senhora o incube da missão de restauração de uma Igreja; 2 - Momento em que São Francisco depara com uma intensa luz, e nela a imagem de Jesus Cristo; 3 - Encontro de São Francisco com o Sultão do Egito Malek al-Kamel, ato que simboliza o diálogo e alteridade como virtudes do cristianismo. Junto, os três atos buscam promover um forte espírito de solidariedade entre a comunidade da Vila de São Francisco de Assis do Onça.

aderência territorial na promoção da solidariedade e cooperação católica enquanto substrato comunitário de seu povo.

Assim como em São Francisco do Assis do Onça, o ethos barroco esteve presente na maior parte dos pequenos povoados e vilas mineiras que se estabelecem a partir do século XVIII. As condições espaciais do tempo lento, das quais possibilitaram à coexistência conflitiva da clivagem constitutiva do sistema mundo moderno-colonial, também conferiu uma maior margem para produção criativa e solidaria de estratégias barrocas de territorialização contra-hegemônica, subsidiando, portanto, a densidade histórica necessária para a construção identitária de inúmeras comunidades mineiras.

Ainda que regionalização das comarcas mineiras estivesse ancorada sobre aspectos naturais de sua porção territorial, especificamente na disposição de jazidas de ouro, sua implantação se deveu sobretudo à alta tensão política que anunciava a segunda fase de sistema-mundo moderno-colonial. Ainda que imposta de cima para baixo como operação de controle e exploração por parte da Coroa Portuguesa, seu caráter artificial não impediu a construção da mineiridade enquanto um conjunto de realidades particulares, das quais compartilham a diferença colonial como ponto de intersecção entre as diversas histórias e saberes situados na região.

Através da formação de uma rede urbana de tempo lento durante as Minas setecentistas, dois elementos se sobressaem enquanto anunciações mineiras contra-hegemônicas frente os projetos globais da modernidade, são elas: uma ruralização em constante simbiose com a imposição de uma cultura urbanocêntrica; e as operações barrocas como estratégia estético-política de códigofagia do componente eclesiástico colonial. Mais que características típicas da cultura mineira que persistem até os dias de hoje, tanto a ruralidade quanto o ethos barroco carregam em si, histórias e saberes locais capazes de acomodar-se, deslocar e denunciar na prática, a clivagem constitutiva do sistema-mundo moderno-colonial.

As categorias miltonianas de “tempo lento” e “flexibilidade tropical” oferecem valiosas reflexões que ajudam na compreensão das falhas e fraturas das estruturas incompletas de poder sem cair em perspectivas inocentes e sínicas acerca dos mecanismos de controle e exploração articulados pela modernidade/colonialidade. Nesse ponto, novos estudos que buscam investigar como as estratégias contra-hegemônicas operam, agora sobre as condições espaciais de um tempo hiper-rápido, também podem e devem nos fornece

importantes informações acerca das falhas e linhas de fuga que permitem desnaturalizar as relações dominantes de poder na contemporaneidade.

Ainda a respeito do componente eclesiástico, de maneira alguma o texto propõe a suavização do epistemicídio proporcionado pela igreja católica durante o período investigado, visto que sua função primordial esteve equacionada ao estabelecimento do ordenamento da rede urbana colonial como forma de conversão e controle do sertão à subalternação moderna/colonial. Contudo, como nos revela o apego com sua antiga toponímia de catequese explicitamente barroca, o “povo do Onça” se estabelece enquanto comunidade que surge entre as frestas das incompletas estruturas eclesiásticas do século XVIII a partir de estratégias códigofágicas de acomodação e deslocamento das fronteiras epistemológicas estabelecidas pelos projetos globais impostos pela modernidade/colonialidade.

CAPÍTULO III – A POLÍTICA DE ESCALA DO ESTADO NOVO E O DISTRITO DE EMBOABAS: O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA E A (DES)CONSTRUÇÃO DOS ERMOS

Regionalmente conhecido como ermo, o Distrito de Emboabas consiste em uma realidade socioespacial com origens no processo colonial de exploração do ouro nas Minas setecentistas, e portanto, envolve trezentos anos de histórias e saberes de sua comunidade distrital, “o povo do Onça”. Além de ser o mais distante de sua sede municipal, aproximadamente 35 km da cidade de São João del Rei, Emboabas apresenta a menor densidade demográfica e a maior porcentagem de moradores localizados em zonas rurais dentre os Distritos do município (IBGE, 2023).

O Distrito Municipal assinala em sua etimologia uma interessante conotação territorial, do latim *districtus*, particípio do verbo *dis-stringere* (*dis-* “separar, separado”; *-stringere* “restringir, apertar”). Radicalizado como área de jurisdição, a escala distrital sugere um movimento centrífugo de forças políticas institucionais no intuito de incorporar novos espaços internos à uma lógica moderna de ordenamento territorial. Pode-se admitir que de maneira geral, a legislação brasileira aponta o distrito como última etapa de um determinado conglomerado urbano para atingir o posto município. Um “embrião urbano” como consta na lei geográfica do Estado Novo, que além de destacar sua função enquanto escala oficial, denuncia as noções evolucionistas que serviram de fundamentação político-espaciais na formulação das diretrizes do ordenamento territorial brasileiro (ANTUNES; MEDEIROS, 2019).

Muito utilizado entre os discursos, narrativas e quadros discursivos do Estado Novo, o desenvolvimento está entre as bases de construção dos Estados-Nações latino-americanos na virada do século XIX para o XX. Importado do evolucionismo biológico, o conceito de desenvolvimento operou como elo entre o Estado e a Nação, principalmente nos países de economia dependente, cuja a emancipação envolvia a superação de seu papel primário na divisão internacional do trabalho. Nesse aspecto, a escala distrital esteve envolvida entre os projetos desenvolvimentistas de indução da modernidade no território brasileiro.

Apesar de muito utilizados como recortes escalares para estudos de casos, pouco se tem investigado os distritos municipais brasileiros enquanto objeto de análise. Tendência que se predispõe a simplificar a especificidade de complexas formações socioespaciais por

concebê-las como meros atalhos analíticos. A reprodução irreflexiva das escalas distritais enquanto constructo social pode acarretar em sérios problemas de ordem política e epistemológica, que vão desde uma dificuldade crônica de compreensão analítica da realidade distrital (MONASTIKY *et al.*, 2009) (ANTUNES; MEDEIROS, 2019), quanto a um severo descaso geohistórico com as tramas territoriais envolvidas em suas formações (COSTA; SCARLATO, 2010).

O seguinte trabalho parte de um conjunto de investigações que tem como objetivo em comum, superar o descaso geohistórico com que pequenas vilas e povoados oriundos do século XVIII vêm sendo tratados no Brasil, cujo maior expoente consiste nos trabalhos de Costa (2017) e Costa e Scarlato (2010). Nesse sentido, as discussões a seguir propõem uma análise dos processos que levaram a construção do descaso geohistórico e a reificação de ermos como elementos constituintes da modernização do território brasileiro, sobretudo no que toca às políticas escalares promulgadas pelo Estado Novo (1937-1945).

A fim de averiguar a hipótese de que o processo de ermatização está inserido entre as táticas de consolidação do sistema-mundo moderno/colonial e de sua economia-mundo, o objetivo do texto busca denunciar como perspectivas ontológicas de escala conferem uma miopia política dos procedimentos de sedimentação ou reificação escalar. Com esse intuito, a análise focaliza nos processos de ermatização do Distrito de Emboabas como tática ligada aos projetos nacionalistas de desenvolvimento no começo do século XX.

Por fim, o texto sugere a noção de ermatização para propor uma reflexão acerca das ações programada de esvaziamento histórico e sedimentação da escala local como tática hegemônica de legitimação do ordenamento nacional e de seu projeto desenvolvimentista, das quais tem entre as suas intenções, a dissolução e anulação da conflitividade constituinte do Estado-Nação brasileiro. Além de contribuir com uma construção teórico-metodológica mais adequada às realidades distritais, as discussões buscam enfatizar a fetichização espacial presente em elementos da patrimonização nacional, como é o caso da tupinização toponímica de Emboabas.

4.1. Do Estado Territorial Moderno ao Estado-Nação

Antes de começar o debate acerca dos mecanismos de instalação do Estado Nação brasileiro, é importante abrir as discussões para uma questão central da sua constituição, a diferença entre as noções de Estado Territorial Moderno e Estado-Nação. Essa

diferenciação feita em Porto-Gonçalves (1996), tem entre seus méritos, o destaque de elementos que permitem esclarecer especificidades históricas dos Estados-Nações da América Latina, sobretudo no tocante ao papel do “desenvolvimento” e sua relação com a (des)construção de ermos.

Existem diferenças elementares entre uma identidade de Nação e outra de Estado. Enquanto a nação está situada em um conjunto de identidades geograficamente baseadas, o Estado parte de uma identidade global, que acordada pelo pacto de Westfália em 1648, legitima sua soberania externamente. É na verdade, ao passo em que se hegemonizou o sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 1991), as identidades nacionais se fundiram às de Estado através de complexas operações políticas de composição territorial, o que permitiu consagração do Estado-Nação enquanto escala legítima de intermediação local/global (KAPLAN, 1999).

Reconhecido como marco histórico de criação do direito inter-nacional, o tratado de Westfália foi responsável pelos princípios de soberania do Estado Territorial Moderno e da legitimação de suas fronteiras. Entretanto, como nos afirma Hobsbawm (1990), o conceito de nação, até o ano de 1884, era empregado de uma maneira bem diferente do que hoje compõe o sentido de Estado-Nação, significando simplesmente e apenas o conjunto de habitantes de determinada província, reino ou Estado. A “Carta da Jamaica” escrita por Bolívar (1815), é exemplo desse sentido mais amplo de nação ao se referir a todos americanos meridionais em domínio hispânico, e não acerca de um Estado-Nação específico. Assim, pode-se aferir que, diferente do que prega a historiografia tradicional do direito, o tratado de Westfália não significou o marco histórico do direito inter-nacional, mas sim do direito inter-estatal (PORTO-GONÇALVES, 1996).

Como resultado de uma complexa engenharia política, a constituição de Estados Territoriais Modernos foi a solução encontrada pelas elites frente a crise do modelo feudal que se arrastou na Europa ocidental durante toda a idade média, até então periferia do mundo árabe. O estabelecimento de sistemas unificados de pesos e medidas, inclusive de línguas e impostos, foram alguns dos conjuntos de normas e sistemas que possibilitaram o estabelecimento de um território centralizado na mão de um soberano. Mais do que um espaço homogêneo, o Estado Moderno operou sobretudo na dissolução e neutralização das tensões entre as eminências dos poderes locais (PORTO-GONÇALVES, 1996)

Segundo Porto-Gonçalves (1996, p. 23), “O Estado Territorial Moderno só se transformou em Estado-Nação no século XIX, exatamente na medida que o Estado

incorporou demandas da sociedade civil”. A exigências de uma sociedade civil organizadas sobre as bases positivistas do pensamento Iluministas, como a liberdade universal, a neutralidade do saber científico e a propriedade privada, passaram a desenhar os aparelhos ideológicos que viriam a engendrar a nacionalização dos Estados Territoriais Modernos. O eclodir da revolução industrial, das classes modernas, e das inúmeras revoltas que reclamavam por um novo léxico político, como bem resume o lema da Revolução Francesa “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, também anunciavam novos protagonistas na estruturação dos Estados. Vale lembrar, que os Estados-Nações não são se formam enquanto comunidade homogênea, mas como um “todo contraditoriamente estruturado” (PORTO-GONÇALVES, p. 24).

Assim como a organização da sociedade civil, o desenvolvimento é um elemento chave para o debate acerca dos Estados Nações. Conhecido como percussor da geografia política, Friederich Ratzel (1883) foi o primeiro teórico a sistematizar a relação direta entre o Estado e o Território. Seu conceito de espaço vital foi fundamental para uma concepção orgânica e naturalista do Estados modernos e serviu para legitimar a expansão industrial alemã e a construção nacionalista de Bismarck, importante estadista alemão na era do primeiro Reich. Baseado no Darwinismo, o conceito ratzeliano importa as noções de desenvolvimento do evolucionismo biológico para servir como base teórica para justificar a guerra e o imperialismo como forma de captação de matéria e energia necessárias para a promoção dos interesses nacionais.

Como aponta Marini (2011), a independência das colônias no século XIX estiveram intimamente ligadas à nova lógica positivista de organização do Sistema-Mundo Moderno/Colonial, no sentido de que a criação da grande indústria moderna não seria possível sem a estruturação dos novos países latino-americanos em Estado nacionais. Seu principal argumento reside na necessidade da indústria europeia de uma divisão do trabalho a nível internacional, da qual supunha não apenas uma grande disponibilidade de mais matéria prima, mas também a criação de um mercado consumidor de produtos industriais que possibilitasse a expansão da economia-mundo capitalista.

As independências das colônias hispânicas e portuguesas foram fortemente apoiadas pelos novos centros do mundo moderno/colonial, no caso da América Latina especialmente pelos ingleses. Como consta em Luxemburg (1984), os empréstimos internacionais desempenharam um papel decisivo na emancipação dos países latino-americanos ao passo em que conferia aos novos centros globais uma maneira segura de controle das

finanças e das políticas externas, alfandegarias e comerciais da economia-mundo capitalista. As contradições instauradas em uma emancipação sob a condição de dependência econômica e cultural vão destacar a lógica imperialista do primeiro mundo e promover o desenvolvimento como base da ideologia nacional dos Estados modernos do terceiro-mundo como estratégia superar sua subordinação.

Para Ravera (2017), os surgimentos dos Estado-Nações latino-americanos não só se conformaram a partir de uma perspectiva eurocêntrica, como também conservaram as práticas violentas de sua herança colonial como meio de viabilizar um projeto desenvolvimentista de Estado. Conceitos de autores marxistas latino-americanos que estiveram ligados a prática política, como o de “Colonialismo Interno” do sociólogo José C. Mariátegui (CASANOVA, 2006), que buscou dar conta da maneira restrita com que se organizou a sociedade civil peruana, e o de “Sociedade Abigarrada” do também sociólogo Zavaleta Mercado (1986), que destacou o caráter difuso e conflitivo das demandas sociais bolivianas, muito dizem sobre a realidade brasileira ao indicarem como a colonialidade do poder se manteve sobre as estruturas modernas dos Estados-Nações latino-americanos.

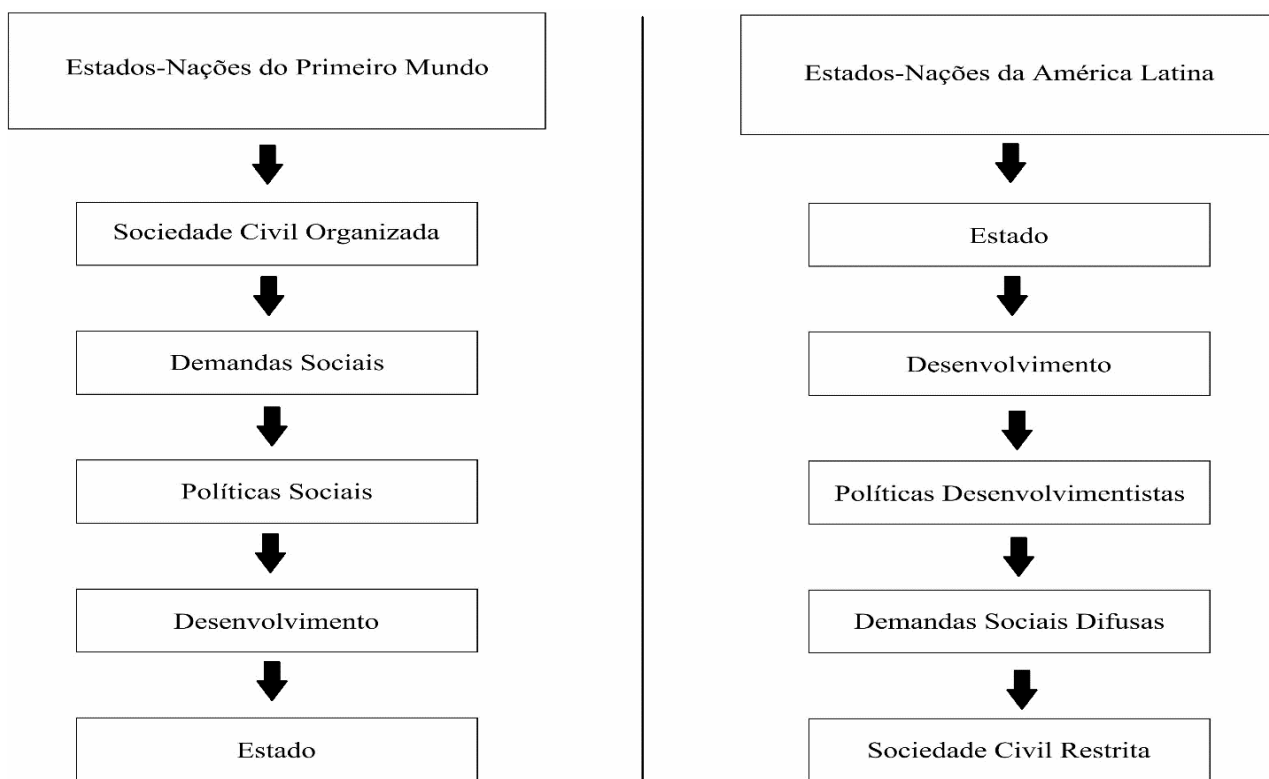


Figura 11. Processos de Estruturação dos Estados-Nações do Primeiro Mundo e da América Latina

Fonte: Esquema com base nas reflexões de Porto-Gonçalves (1996)

De acordo com a tese de A. Quijano (2019), a colonialidade do poder não termina com fim do colonialismo, pois diz respeito à um padrão de controle, de hierarquização e classificação da população mundial que se sustenta mesmo com a independência dos países de heranças coloniais. É inclusive a partir da conformação dos estados-nações latino-americanos, que as articulações necessárias para a manutenção e expansão do sistema-mundo moderno/colonial pôde ser efetivadas através de sua economia-mundo capitalista e industrial. Nessa perspectiva, conquistar, colonizar, civilizar, e desenvolver, consistem em um processo contínuo de dominação, controle e exploração dos recursos naturais e de povos subalternizados pelos projetos globais, cujo a escala nacional desempenha um papel fundamental de mediação entre as escalas locais e globais.

4.2. Estado Novo, ideologias geográficas e desenvolvimento

Tanto a construção de um sistema moderno de ordenamento territorial quanto de uma identidade nacional estiverem presentes entre as preocupações das elites brasileiras ao longo do século XIX. A tensão entre as antigas elites coloniais e as novas classes modernas, que agora contava com gestores, burocratas e um exército nacional, foi o principal ponto de intersecção entre os projetos conservadores e progressistas que desenhavam lentamente as estruturas do que seria o Estado-Nação brasileiro. Todavia, como defende Moraes (2005), somente a partir do estabelecimento do Estado Novo (1937-1945), que o Estado brasileiro vai contar de fato, com um programa nacionalista de desenvolvimento. Segundo o autor, o começo do séc. XX marca uma transformação na episteme do pensamento brasileiro, na qual a partir dos anos 30 vai ganhar forma concreta como um novo padrão de identidade nacional.

Uma legitimação epistêmica, equacionada no positivismo científico e no tecnicismo burocrático, do qual forneceu os aparatos técnico-científicos-informacionais para sua expansão enquanto projeto nacional. Neste período, a racionalização do território brasileiro pode ser conferida em inúmeros projetos estatais, como na consolidação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas reformas legislativas e judiciárias, como o Decreto-Lei nº 311, chamado inclusive de lei geográfica do Estado-Novo (PRUDENTE; ABBADE, 2016). Vale destacar que a maior parte dos brasileiros não participaram dos planos de redefinição do território nacional, que se desenhou a partir das tensões e

negociações entre as antigas elites coloniais e a nova classe de gestores que emergiam como detentores de um saber pragmático e universal.

Como nos lembra Beskow (2010), é nesse momento que profissionais do direito, médicos, agrônomos e burocratas passam a assumir um protagonismo na tomada de decisões dos projetos estatais. De acordo com Moraes (2005), os países de herança colonial, cujas delimitações territoriais foram originadas pela conquista do colonizador, apresentaram grandes dificuldades na construção de uma ideologia nacional. Uma comunidade imaginária, para o usar o termo de Anderson (1983), inscrita sobre as heranças estruturais do período colonial, tinham de lidar não apenas com as características multiculturais e heterogêneas dos modos de produção em determinado período histórico, mas também com o alto padrão de conflitividade formado de suas coexistências.

A incorporação de estruturas coloniais pelo Estado sinalizou um acordo com as antigas elites do país e deu origem a um processo de modernização capaz de operar sem alterar a estrutura agrária da antiga oligarquia colonial, o que exigiu uma elaboração ideológica nacional forte o bastante para sustentar um modelo capitalista de Estado. A ideologia desenvolvimentista se torna a amalgama que consagra o pacto que as lógicas territorialistas, preocupadas com os meios gerais de produção, e as particulares, representada pela antiga oligarquia colonial. Uma convergência de forças históricas que operou na fixação de bases ideológico-geográficas na construção de uma identidade nacional brasileira que legitimava a continuidade na conquista colonial, mas com uma versão moderna e envernizada pelo discurso desenvolvimentista, cuja máxima “ordem e progresso” estampada na bandeira brasileira consagra esse pacto (MORAES, 2005; ARRIGHI, 2006).

Segundo Porto-Gonçalves (2004, p. 24):

Desenvolvimento é o nome síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria (PORTO-GONÇALVES, p. 24).

Como uma promessa do futuro que sacrifica o presente e borra o passado, o discurso desenvolvimentista serviu como principal ferramenta ideológica estadonovista para legitimar o des-envolvimento das lógicas locais e comunitárias de produção dos espaços como processo de (des)construção da nacionalidade brasileira.

4.3. O Distrito Municipal e as lógicas de escalonamento espacial

Além do discurso desenvolvimentista, o deslocamento necessário para a centralização das ideologias geográficas nacionais exigiu um complexo sistema de hierarquias escalares capaz de efetivar a tomada de decisões estatais e a efetivação de seus projetos, sobretudo no Brasil, cuja extensão territorial compreende proporções continentais. Como ferramenta de classificação, os escalonamentos de realidades socioespaciais operaram tanto na dimensão analítica, enquanto método de recorte da área de investigação ou direcionamento de políticas específicas, como na dimensão da prática política, onde opera o cotidiano e as ações normativas de produção do espaço (MOORE, 2018).

Os estudos de Moore (2018) acerca das potencialidades e desafios analíticos de uma perspectiva política de escala, e os de Antunes e Medeiros (2019) que atentam para os aspectos político-metodológicos da formação da malha distrital brasileira, apontam o componente escalar como um constructo social fluído, que diferentes de suas concepções fixas e ontológicas, permite a análise dos movimentos de reificação ou sedimentação das mesmas como recurso teórico-metodológico capaz de revelar as operações classificatórias do espaço embutidas nos discursos, narrativas e quadros cognitivos que a compõem.

Enquanto categoria de análise, Moore (2018, p. 3) argumenta que recorrentemente “geógrafos tendem a reificá-las como uma entidade ontológica fundamental”, manobra que segundo o autor não é útil e nem necessária. Entre os riscos, Agnew (1993) adverte para a utilização de conceitos espaciais como abreviações de processos sociológicos extremamente complexos. Como “atalho espacial-conceitual” (JONAS, 1994, p. 259), a simplificação analítica de escalas políticas também carrega entre as suas consequências, concepções que caminham para, nas palavras de Sayer (1985), uma compreensão fetichista do espaço. Nesse sentido, concepções ontológicas de escala estão sujeitas a limitações teórico-políticas acerca dos dispositivos de poder articulados pelo Estado Nação, o que eclipsa a compreensão adequada da complexidade das tensões envolvidas na sua constituição.

Assim, para contornar o entrave ontológico de seus estudos, as escalas devem ser compreendidas como realidades epistemológicas, posto que “não há nada mais básico, para nosso pensamento, nossa percepção, nossa ação e nosso discurso, do que a categorização” (LAKOFF, *apud* MOORE, p. 12, 2018). É importante esclarecer que uma

abordagem epistemológica não presume o descarte da rigorosidade conceitual da escala enquanto categoria de análise, pelo contrário, evita sua mesclagem irrefletida com as dimensões práticas do cotidiano, confusão que produz prescrições extremamente equivocadas da complexidade das dinâmicas e processos envolvidos no ato de recortar e classificar o espaço.

Segundo Moore (2008, p, 18), uma abordagem epistemológica deve insistir na “primazia dos processos e relações sobre as substâncias” como método de sua identificação. No caso da prática normativa estadonovista, o escalonamento operou no sentido de reduzir as realidades socioespaciais a recipientes (container) definidos por determinados processos que ocorrem, ou deveriam ocorrer, em seus repartimentos. Uma matriz de classificação socioespacial que opera no zoneamento e hierarquização que efetivam as tomadas de decisões de seus gestores. Organizadas em União, estados e municípios, as escalas administrativas brasileiras foram dispostas em níveis hierárquicos de governança oficializadas, sem que as leis municipais se sobreponham as estaduais, e essas às leis nacionais.

Além das escalas de governança, outras lógicas escalares foram úteis para os projetos de desenvolvimento do Estado Novo, visto a diversidade socioespacial que se apresentava no território brasileiro. Sobretudo para facilitar a classificação de áreas de acordo com suas funções na divisão internacional do trabalho, questões como a verticalidade e fluidez, para além dos parâmetros zonais, buscaram destacar os movimentos radiais de produção e valorização capitalista do espaço como método de indução do desenvolvimento. É nesse sentido que metáforas de um escalonamento areolar foram utilizadas para ilustrar as relações contínuas entre centro/periferia e urbano/rural (HEROD; WRIGHT, 2002). Diferente das lógicas zonais, que buscam fixar e delimitar uma fronteira normativa, os escalonamentos areolares tinham como objetivo a expansão dos fronts produtivos e a indução da “ordem e progresso” em um movimento centro-periferia.

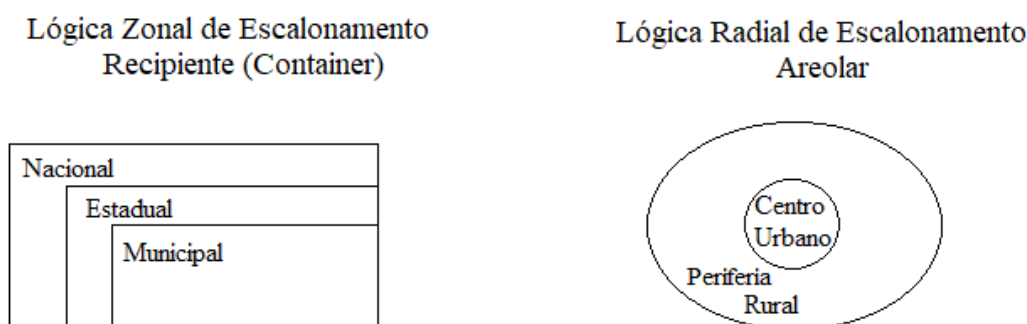


Figura 12. Lógicas Zonais e Radiais de Escalonamento Espacial
 Fonte: Esquema com base nas reflexões em Wright (2002) e Moore (2008)

Ainda que a nomenclatura “Distrito” já aparece na Constituição de Minas Gerais com o Art. 74, as diretrizes de sua delimitação são estabelecidas apenas pelo Decreto-Lei nº 311 de 1938. Dentre suas normativas, o decreto inaugura a noção brasileira de perímetro urbano, referente à normatização de cidades (distritos-sede) e de outras sedes distritais dos municípios, e por exclusão suas zonas rurais. Também dispunha de normativas que indicam a diferenciação entre sede distrais e distrito-sede, esse último contando com um poder público municipal (prefeitura e câmara de vereadores). Ainda que geralmente não possuam governanças locais oficializadas, é importante destacar que a escala distrital possui particularidades que às diferenciam de outras, como bairros e zonas.

Como aponta Antunes e Medeiros (2019), o Distrito conota um status legal que sugere um papel específico no ordenamento territorial brasileiro, ligado a princípio na possibilidade de sua emancipação municipal (ANTUNES; MEDEIROS, 2019). Quando não alcançada sua vocação emancipatória, as sedes distritais ficam sujeitas a interpretações que à ligam ao atraso e a desarticulação política, como verdadeiros projetos falhos cujas as perspectiva ontológicas tratou de fixá-los, tanto enquanto categoria de análise quanto na prática política.

Para Tauil (2003), essas vilas (sedes distritais) podem até progredir e assumir característica da cidade, mas dificilmente de direito. A dificuldade de acesso aos espaços políticos oficiais envolve tanto o número de eleitores quanto seus papéis na divisão internacional do trabalho. É nesse sentido, que Moonastiky *et al.* (2009) denuncia a condição de “escala esquecida” em que se encontram os distritos municipais brasileiros, e sugere a necessidade de uma conceptualização mais adequada à realidade de suas comunidades, visto que suas reivindicações e dinâmicas são reduzidas à problemas pseudo-urbanos, quando não pseudo-rurais (MONASTIKY *et al.*, 2009).

Apesar de diferentes abordagens, trabalhos como de Monastiky *et al.* (2009), Antunes e Medeiros (2019), apontam para grandes lacunas conceituais no tocante à questão distrital brasileira, condição preocupante visto a grande quantidade de pesquisas que adotam a escala distrital enquanto recorte analítico. Essa questão se torna preocupante ao passo que, como percebe Azevedo (1970), grande parte dos centros urbanos brasileiros, principalmente na região mineira, têm as vilas e povoados como etapa inicial de suas origens, de modo que se torna fundamental o estudo das escalas distritais para a compreensão da formação territorial brasileira

Segundo Azevedo (1970), a caracterização desses pequenos “embriões urbanos” consiste numa difícil tarefa devido a grande diferença encontrada entre eles, também porque difere fundamentalmente de outros modelos de povoamentos observados na modernidade, como do *Hamlet* inglês, do *Hameau* francês ou do casal português¹².



Figura 13. Vila do São Francisco de Assis do Onça, Sede do Distrito de Emboabas/MG

Fonte: Fotografia recolhida em trabalho de campo (2022)

É nesse sentido que para uma construção político-conceitual mais adequada às realidades brasileiras, é necessário uma investigação situada, de modo a permitir focalizar a análise nos conflitos entre as intencionalidades que conformam, reificam e sedimentam

¹² Vale destacar que o autor aponta os *pueblos* da América Hispânica como modelo de maior proximidade da malha distrital brasileira (AZEVEDO, 1970).

determinada escala “a medida em que se interroga sua constituição oficial e suas consequências no ponto de vista do planejamento, e as possibilidades de superação de suas limitações conceituais para a população da escala em questão” (ANTUNES; MEDEIROS, 2019, p. 530).

4.4. Emboabas: um topônimo de gabinete

Como consta no Decreto-Lei nº 1938, do qual fixa a divisão territorial do estado de Minas Gerais até o ano de 1943, o Distrito de Emboabas, até então com topônimo oficial de Distrito do Onça, aparece como escala distrital na divisão administrativa de São João del Rei desde 1911. Contudo, é a partir do Decreto-Lei nº 1058 de 1943 que o distrito assume a toponímia Emboabas em alusão ao seu suposto envolvimento como campo de batalha da guerra de Emboabas (DIOCESE-SJDR, 2015). Os dois decretos acima, ambos de base estadual, estiveram ancorados pelas diretrizes estabelecidas por um outro distrito-lei de base nacional, o Decreto-Lei nº 311, “responsável por estabelecer diretrizes para a divisão territorial durante o Estado Novo”, que regulamenta os parâmetros para a criação de distritos e municípios até meados da década de 90 (ANTUNES; MEDEIROS, 2019, p. 535). É importante constar a insistência local pelo antigo topônimo “São Francisco de Assim do Onça”.

Segundo Antunes e Medeiros (2019), a lei geográfica do Estado Novo sustentou um forte caráter evolucionista sobre o espaço, como mostra a noção naturalista de “embrião urbano”, o que remete às perspectivas ratzelianas de espaço vital. Além do mais, as mudanças toponímicas do período estadonovista, por servirem como mecanismo de classificação e padronização de recortes socioespaciais como operação de legitimação e convencimento de seu poder, contou também com políticas ideológicas voltadas para o estabelecimento de um patrimônio nacional de cima para baixo.

É nesse sentido, que Prudente e Abbade (2016) apontam a tupinização toponímica da malha urbana brasileira como operação político-cultural estadonovista que abarca táticas de patrimonialização e simultaneamente de racionalização do território nacional. A tupinização toponímica do território nacional consistiu numa mudança dos nomes de localidades promovida pelo Estado Novo, projeto apresentado pelo IBGE na Resolução 26 no ano de 1937, e adotada pelo governo federal ao convertê-la em diretrizes presentes no Decreto-Lei nº 311. Com a justificativa de uma “completa ausência de ordem, de

estabilidade e de lógica” na divisão administrativa e judiciária do território brasileiro (LIMA, 1945, p. 729), o documento traz uma série de diretrizes que visaram a normatização, sistematização e padronização dos topônimos nacionais (PRUDENTE; ABBADE, 2016). Segundo o 3º parágrafo do Art. 7 do mesmo decreto:

Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.

Do Tupi, Emboabas significa “ave de pés emplumados”, também utilizado pelos indígenas no tratamento de português pelo uso de calçados, conotação que também pode ser compreendida como equivalente a “estrangeiro”. Sua escolha como topônimo oficial do Distrito em questão faz alusão à sua suposta participação na guerra de Emboabas (1707-1709), ainda que em desacordo com a memória da comunidade local, que preferem a antiga toponímia “São Francisco de Assis do Onça”. Como assinala Prudente e Abbade (2016), a mudança rápida e abrupta dessas toponímias, muito das vezes realizada no gabinete de legisladores, além de pouco se aproximarem ao contexto geohistórico das comunidades situadas, estiveram vinculadas às intencionalidades dos agentes hegemônicos envolvidos na promoção do projeto de modernização brasileira.

A valorização indigenista de cima pra baixo esteve entre as principais táticas de patrimonialização nacional promovida pelo Estado Novo, por seu apelo identitário comum entre a sociedade brasileira. Considerada um dos primeiros conflitos do que ficou conhecido como movimento nativista brasileiro, a guerra de Emboabas foi apropriada pelas narrativas do Estado Novo como signo de exaltação do mito do bandeirante. Representado como herói nacional responsável por desbravar e ocupar o território nacional, os bandeirantes e o episódio de Emboabas endossaram uma ideologia geográfica que assimila e legitima a conquista como forte traço do Estado-Nação brasileiro.

O estabelecimento de aspectos identitários relevantes para a construção de narrativas que legitimam o patriotismo nacional toma posição estratégica nos planos de modernização do Estado Novo. Como nos detalha Beskow (2010), a definição de elementos que compõem o patrimônio nacional é uma escolha política do que deve ou não fazer parte da memória do país, e portanto, reflete as articulações com o passado que o Estado Novo buscou construir. Em citação direta de Samir Curi Mesarani na obra de Bonazzi e Eco, na tese de Beskow (2010) é destacado que:

a grandeza da Pátria só é comparável às imagens hiperbólicas dos heróis de nossa história monumental, que morriam pelo Brasil. Fora dessa estória, morria-se como hoje, de fome, de subnutrição, malária e de um modo geral o severino de pobreza (BONAZZI; ECO, 1980 *apud* BESKOW, 2010, p. 14).

A suavização da conflitividade atrapalha a compreensão de importantes implicações na realidade de comunidades distritais, das quais tocam fundamentalmente em seus entraves conceituais observados por Antunes e Medeiros (2019) e Monastiky *et al.* (2019), como o hibridismo e a retificação normativa de suas funções e dinâmicas sociais. Assim, mais do que um fracasso ou inaptidão na busca pelo desenvolvimento, as interpretações da situação distrital brasileira devem transpor atalhos espacial-conceituais e provocar uma abertura histórico-geográfica que contribua com o reconhecimento político-culturais de suas comunidades e com a promoção de políticas públicas mais adequadas às suas realidades locais.

4.5 A (des)construção dos ermos

Ainda hoje o Distrito de Emboabas é habitualmente vinculado ao adjetivo de ermo, expressão que conota uma severa qualidade de atraso, solidão, vazio e sobretudo de um espaço a-histórico, onde nada acontece. Um adjetivo estranhamente forte se considerarmos o estado em que a humanidade se encontra, onde a globalização neoliberal parece se estabelecer até mesmo, nos antigos sertões tão bem descritos por Guimarães Rosa e outros clássicos da literatura brasileira. Esse estranhamento se acentua ainda mais se notarmos que, diferente dos fronts de expansão da ocupação brasileira sobre os sertões do século XIX e XX, Emboabas diz respeito a um processo abrupto de povoamento nas Minas setecentistas, cujos fluxos de pessoas e mercadorias sem precedentes marcaram um importante episódio da história colonial brasileira.

Essa indagação nos leva a levantar duas hipóteses: a condição de ermo é um processo construído, e sugere um movimento de esvaziamento histórico de um determinado espaço que antes, situava-se no centro das intenções coloniais; ou supõe um pressuposto inválido e denuncia um severo descaso geohistórico que desconstrói uma realidade que ainda se faz presente, e como tal deve ser reconhecida. Através de uma perspectiva política do escalonamento distrital brasileiro, é possível aferir a coexistência dessas duas hipóteses como efeito duplo de (des)construção que parte de uma

patrimonialização nacional centralizada nos projetos desenvolvimentistas do capitalismo de estado, este nos moldes dos processos histórico-estruturais de modernização do território brasileiro.

Com seus territórios já conquistado e a população “civilizada”, a atuação hegemônica sobre as pequenas vilas e povoados oriundos das Minas setecentistas passam a partir do século XX, a necessitar de discursos minimamente compatíveis com as posturas populistas da época. O desenvolvimento se torna o principal argumento balizador dos interesses nacionais, sempre que possível, respaldado pelas elites locais. A promessa de modernização e os aparatos midiáticos e discursivos também criou ambiente para uma resposta favorável das populações locais, que agora em contato com novos aparatos ideológicos do estado, passaram a aspirar pelos confortos que sugeriam os modos de vida moderno e urbana.

Sobre uma perspectiva de Estado, o escalonamento distrital cumpria uma importância função de incontestância territorial, visto que facilitou recenseamentos e serviu como quadro tático para a conexão entre centros administrativos e zonas rurais sem que haja representações expressivas de suas comunidades situadas. Com pouco número de votantes e uma larga extensão territorial, como é o caso de Emboabas, o Distrito municipal se torna um ponto estratégico nas negociações entre o setor público e o privado. Nesse sentido, tanto o descaso geohistórico de pequenas vilas e povoados mineiros (COSTA; SCARLATO, 2010), quanto a desistorização da memória coletiva local, o que afeta severamente a aderência e seu envolvimento do território, vão facilitar a promoção de projetos desenvolvimentistas, seja para a rapina capitalista ou controle político-administrativo a nível municipal, dos quais visam sobretudo os interesses de classes mais expressivas no município e região.

Sugerimos assim a noção de “ermatização”, da qual já existe no imaginário popular da escala distrital brasileira, para propor uma ação programada de esvaziamento histórico que precede os projetos de desenvolvimento como estratégia de legitimá-los. Uma ação que tem entre suas funções a própria superação, porém com a ajuda de novas técnicas modernas e um sentido nacional de aderência territorial. A ermatização também pode ser compreendida como ato de sabotagem de um envolvimento histórico, e pode operar como um recurso teórico-conceitual capaz de destacar o des-envolvimento, não apenas como resultado dos projetos desenvolvimentistas, mas também como tática que permite que o mesmo aconteça através da legitimação de suas consequências e do convencimento de

falta de importância de certas formações socioespaciais para a nação. Nesse sentido, o descaso geohistórico atua como forma de inibição do reconhecimento das histórias e saberes locais, e eclipsam as possibilidades de processos contra-hegemônicos de reenvolvimento.

A noção de “ermatização”, enquanto processo de tornar ermo determinado recorte espacial, podendo ser ela uma escala regional ou distrital, tem como pré-condição o estabelecimento daquilo que Santos (1996) chamou de “espaço derivado”, onde os princípios de organização se devem mais às intencionalidades externas do que o protagonismo local de sua produção. Nesse mesmo sentido, Costa (2017) chama a atenção para a relação entre os espaços derivados e a produção de territórios de exceção, que “negados na história oficial da formação territorial nacional” (p. 67), são consequência da colonialidade do poder, visto que “perfazem escalas e trazem contradições herdadas dos espaços derivados” (COSTA, 2017, p. 64).

Sendo assim, o escalonamento e sua reificação tem um papel fundamental nos processos de ermatização, sobretudo no tocante às escalas distritais. Visto que a escala é fundamentalmente um constructo epistemológico, recurso de espacialização das narrativas, discursos e quadros cognitivos, que opera como ferramenta de organização das identidades humanas na fusão entre ideologias e práticas (MOORE, 2018), ao ser concebida pela legislação brasileira entre os anos de 1938 e 1990 a partir de uma perspectiva evolucionista e ontológica do distrito municipal enquanto “embrião urbano”, o destina à inevitabilidade histórica de urbanização. Nesse ponto, os projetos desenvolvimentistas estiveram presentes na fundamentação político-metodológica das diretrizes distritais, e buscaram através dos aparatos estatais, reificá-las como recipiente dos projetos nacionalistas.

A patrimonialização nacional teve um forte impacto na produção dos espaços vividos das comunidades locais que hoje se situam a malha distrital brasileira, visto que suas histórias e saberes foram pressionadas a adequação de um plano ideológico nacional. Enquanto muitas delas sofreram um processo de mistificação nacional, como é o caso da língua tupi, ou da cultura indígena como um todo, ou ainda do mito bandeirante para a canonização de heróis nacionais, outras foram destinadas ao ermo, que desprovidas de valor histórico, cabiam esperar e esforçar pela sua modernização. Como forma de desmistificação de ermos, a ativação popular de histórias e saberes locais pode consistir no resgate da memória coletiva e afirmação do patrimônio territorial de suas comunidades.

Uma “alternativa real de valorização dos subalternizados na história local” (COSTA, 2017, p. 55), que tem entre seus méritos, a democratização das tomadas de decisão no âmbito nacional.

Mais do que um recorte metodológico, a escala enquanto o objeto de análise pode oferecer grandes contribuições a respeito das formações sociais por elas construídas ou obstruídas, assim como revelar as intencionalidades e operações que buscam reificar ou sedimentar suas delimitações. Como um processo duplo, a reificação de escalas exige entre outros elementos, a sedimentação ou incorporação de outras escalas para se legitimar enquanto tal. No caso do escalonamento distrital, as discussões apresentadas apontam para as consequências de uma perspectiva ontológica de escalas no sentido em que eclipsa seu oposto constituinte, a sedimentação e incorporação das escalas locais como parte de um projeto moderno de consolidação do Estado Nação Brasileiro.

Diferente dos processos histórico-estruturais dos Estados europeus, dos quais a sociedade civil organizada esteve na base dos projetos nacionalistas, a fusão entre Estado e Nação brasileira se deu sobre as estruturas coloniais das oligarquias agrárias e teve o desenvolvimento como pedra angular dos projetos nacionalistas, dos quais tomam forma concreta a partir das políticas estadonovistas de modernização territorial. Dentre elas, a política de escalonamento distrital, como consta no Decreto-Lei nº 311 de 1938, promoveu as diretrizes necessárias para o zoneamento, fixação e padronização toponímica dos Distritos municipais. Nele, o termo “embriões urbanos” explicita o caráter evolucionista das dimensões espaciais e legitima os discursos, narrativas e quadros cognitivos de promoção dos projetos de desenvolvimento e patrimonialização nacional.

Como aposta para o futuro que sacrifica o presente e borra o passado, o desenvolvimentismo carrega entre seus modos de operação, a sedimentação de passado-presentes como meio de legitimação dos fins políticos da nação. Ao se atentar para o “ermo” como metáfora regional de designação do Distrito do Onça, a noção de ermatização pode servir como aliada na compreensão dos processos de sedimentação de sua realidade situada. Ainda são necessários mais estudos acerca dos ermos, visto que existem poucas pesquisas que tratam dessa categoria espacial. Contudo, a partir da noção de “ermatização”, é possível partir de uma reflexão crítica acerca de um elemento empírico presente no imaginário popular de Emboabas, para desvendar os interesses por trás das políticas de escalonamento distrital que atuaram durante o período estadonovista sobre as vilas e povoados Mineiros.

CAPÍTULO IV – O SOCIOMETABOLISMO DO ONÇA E AS MARCAS DA FERA: SOCIEDADE E NATUREZA, ECOLOGIA POLÍTICA E PRÁXIS ECLESIAÍSTICA NO DISTRITO DE EMBOABAS-MG

A relação entre a sociedade e a natureza é ontológica, se faz na medida e em medida que os diferentes povos, culturas e identidades significam seu espaço e tempo. Esse ambiente “eco”, em constante intercâmbio com o sujeito em sua incompletude, certamente torna seu estudo “logia”, e a instituição de leis “nomia”, necessários para a apropriação e re-apropriação social da natureza. Assim, ecologia e economia estão etimologicamente associadas. Entretanto, a hegemonia da racionalidade econômica, e seu movimento de significação tempo/espacial abstrato, tido como universal e auto referenciado, sabotou o próprio juízo de compreensão dos referenciais eco-lógicos para a tradução social de suas leis econômicas. Essa economização da ecologia que se faz mediante técnicas de dominação da natureza e de grupos sociais nela situados, sobrepõe a vida aos valores da racionalidade moderna.

Nesse contexto, o século XX marcam profundas transformações nas relações de intercâmbio entre a sociedade e natureza, aquilo que Marx já antecipava em sua crítica da economia política ao diagnosticar uma falha sociometabólica nas relações rural-urbanas do capitalismo industrial ainda no século XIX. Sem que pudesse apropriar-se teoricamente das questões ambientais que viriam à tona a partir da década de 60¹³, a categoria marxiana de metabolismo social se tornou uma importante ponte para o diálogo entre a teoria crítica os estudos ambientais, fundamentando assim as bases do eco-marxismo e da Ecologia Política (FOSTER, 2000; LEFF, 2021).

A questão ambiental emerge junto com um conjunto de projetos globais ligados à reconstrução da Europa no pós segunda guerra mundial. A revolução verde, estratégia técnica e ideológica de esvaziar as lutas de um campesinato que se organizava contra a miséria e a insegurança alimentar, provocou o deslocamento de problemas sociais, políticos e culturais para o campo técnico-científico. Enquanto projeto global para substituir a onda

¹³ Casos como a intoxicação por mercúrio de pescadores e suas famílias em Minamata, no Japão (1950-1970), e as consequências do naufrágio do Torrey Canyon (1967), navio petroleiro cujo acidente atingiu as costas francesas e inglesas, foram os precursores de uma visibilidade global da questão ambiental, cujo marco temporal se institui na Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano, 1972; LAGO, 2007).

vermelha do comunismo, a revolução verde atuou firmemente nos países do terceiro-mundo.

É nesse sentido que articulado globalmente, a modernização da agricultura brasileira vai se estabelecer como um novo modelo agrário/agrícola de integração capitalista de seus espaços rurais. Dentre seus principais efeitos, a mecanização e especialização técnica da mão-de-obra, junto à técnica do monocultivo, ambos viáveis apenas com a disponibilidade de insumos, pesticidas e energias exteriores, desencadearam a precarização do trabalho no campo, a dependência produtiva a um complexo agroindustrial extremamente oligopolizado, altas taxas de êxodo rural, sobretudo entre a população mais jovem, e uma exponencial entropização da natureza (GRAZIANO, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2004).

Vale destacar que a questão ambiental passa a fazer parte não apenas das investigações críticas e das agendas políticas em suas múltiplas escalas, como também é incorporada entre os discursos hegemônicos de um capitalismo verde. Paradoxalmente à popularização das preocupações ambientais, a década de 90 inicia um processo de degradação ambiental sem precedentes na história da humanidade. Sustentada por uma série de novos mecanismos técnico-científicos, informacionais, jurídicos, financeiros e logísticos, a globalização neoliberal vem engendrando um processo de entropização da natureza em um ritmo que faz da questão ambiental mais que uma nova crise do capitalismo, mas sim uma crise civilizatória de um modelo sociocultural que tem sua origem na instituição do sistema-mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2004; LEFF, 2021; QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Antigo arraial de São Francisco de Assis do Onça, o Distrito de Emboabas está localizado ao sul da cidade de São João del Rei-MG, e se insere efetivamente no circuito moderno de produção agrícola a partir da década de 90. Situado entre as regiões mais altas do município, sua topografia plana e de clima ameno foi tradicionalmente ocupada ao longo de trezentos anos pela produção de feijão, milho, carne suína e uma destacada produção de leite e derivados. Entretanto, seu relevo e solo propício para implementação de maquinários e técnicas modernas de cultivo, fez de Emboabas uma zona de expansão do complexo produtivo agro-industrial-financeiro de grãos, com destaque para a soja e outros transgênicos (PEREIRA; TOLEDO, 2012).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), houve uma diminuição significativa da população de Emboabas/Onça, da qual passa de 1494 moradores no ano 1991, período que marca a introdução da soja na região, para 727

moradores no ano de 2010. Ainda que não se tenha disponível o censo demográfico de 2020, a Campanha Nacional de Abastecimento estima um recorde na produção brasileira de grãos em 2021/2022, com um total de 271,4 milhões de toneladas e aumento de 5,8% da área plantada em relação as estimativas de 2020/2021, totalizando 73,8 milhões de hectares (CONAB, 2022).

Assim, o povo do Onça, como se denominam os moradores do Distrito em inconformidade com a topônimo Emboabas, se encontram atualmente em um rápido processo de des-envolvimento territorial, o que leva a reflexão dos benefícios e consequências do progresso capitalista nas relações produtivas do Distrito e na organização sociometabólica de sua comunidade local. Assim, as discussões a seguir buscam lançar luz sobre os processos hegemônicos de uso e ocupação do solo em Emboabas, bem como investigar as estratégias situadas do Onça de se fazer comunidade, tendo como eixo teórico-metodológico a categoria de metabolismo social.

Deste modo, além do uso contra-hegemônico das técnicas cartográficas hegemônicas para a confecção de mapas que interrogam e denunciam a insustentabilidade socioambiental do modelo agrário/agrícola vigente, faz-se necessário a construção de mecanismos teórico-metodológicos que permitem uma mirada analítica focalizada nos movimentos cartográficos situados, dos quais vão se desenhar a partir de articulações contra-hegemônicas de intercâmbio com o ambiente e agenciamento com o território.

Característica dos dispositivos estético-políticos de comunidades barrocas, as estratégias códigofagia das normas e estruturas eclesiásticas, das quais permitiram ao Onça se fazer enquanto comunidade, ainda são ativadas sobretudo na promoção de encontros e festividades locais. De importância central para a aderência territorial e densidade histórica da comunidade, a práxis eclesiástica no Distrito de Emboabas dispõe de mecanismos sociometabólicos, que potencializados pela ressemiotização latino-americana da imagem de São Francisco de Assis, padroeiro da ecologia, podem atuar na organização comunitária do Onça em prol da construção de uma racionalidade ambiental situada.

Assim, além de tecer uma crítica ao paradigma entrópico do complexo de produção da agricultura brasileira, com ênfase na expansão do monocultivo de soja nas zonas rurais de distritos municipais mineiros, o texto busca angariar as potencialidades negentrópicas da comunidade do Onça através de seus mecanismos de regulação sociometabólica expressos na ativação popular da antiga toponímia “São Francisco de Assis do Onça” como

afirmação localizada de uma cartográfica barroca, e nas relações simbióticas rural/urbano de sua Vila. Espera-se com as discussões, contribuir com os movimentos de resgate toponímico entre os distritos do município de São João del Rei, além de destacar a emergência de alternas mais justas e sustentáveis capazes de fazer frente ao modelo civilizatório vigente.

5.1. A desruralização populacional do Distrito de Emboabas

O Distrito de Emboabas consiste no maior, em termos zonais, e mais distante de sua sede, cerca de 35 km, dentre os cinco distritos municipais de São João del Rei-MG. Ainda que sua história seja atravessada pela extração aurífera durante o século XVIII, a agropecuária sempre se manteve enquanto principal atividade econômica ao longo dos trezentos anos de seu povoamento e organização socioespacial. Com destaque para a produção de feijão, milho, tocinho e uma marcante produção tradicional de leite e derivados, o Distrito de Emboabas foi alvo de uma série de transformações ao longo dos processos modernizantes da agricultura brasileira, dos quais se intensificaram na região de Minas Gerais a partir dos anos 90 (PEREIRA; TOLEDO, 2012).

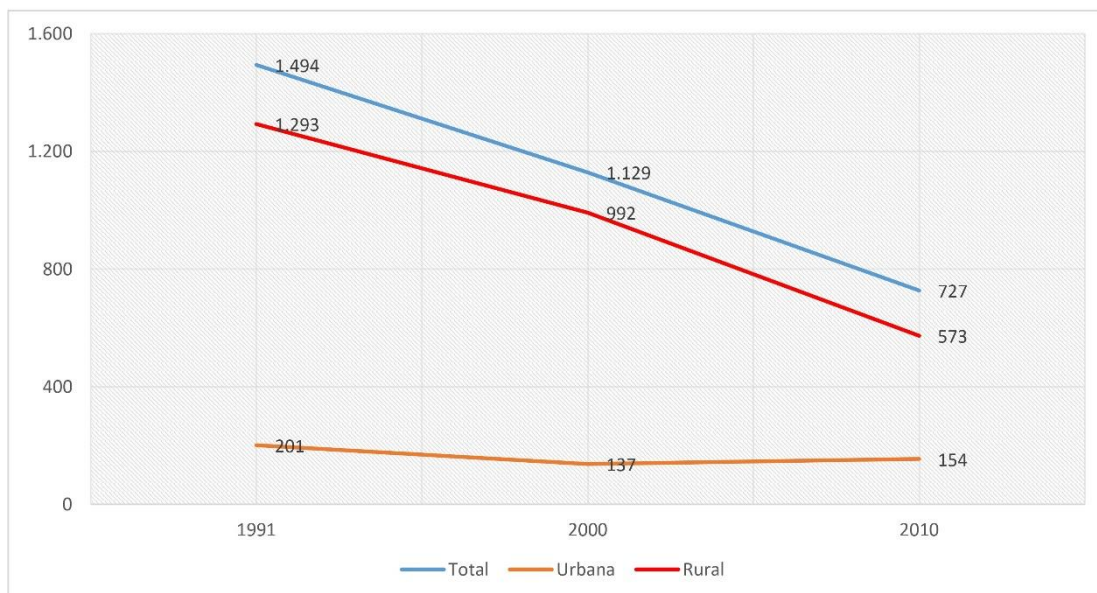


Figura 14. Gráfico de Êxodo Rural no Distrito de Emboabas (1991-2010)
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIDRA-IBGE (2023)

Como demonstra o gráfico, a redução da população para a metade em apenas vinte anos acena para um intenso processo de emigração rural, sem que o destino principal se encontre necessariamente em sua Vila¹⁴, da qual apresentou baixas oscilações demográficas. É importante destacar que a desruralização da população de Emboabas não se traduz necessariamente em sua expansão urbana, questão que traz entre suas interrogações, as consequências e benefícios do desenvolvimento da produção agrícola e do progresso para sua comunidade distrital como um todo.

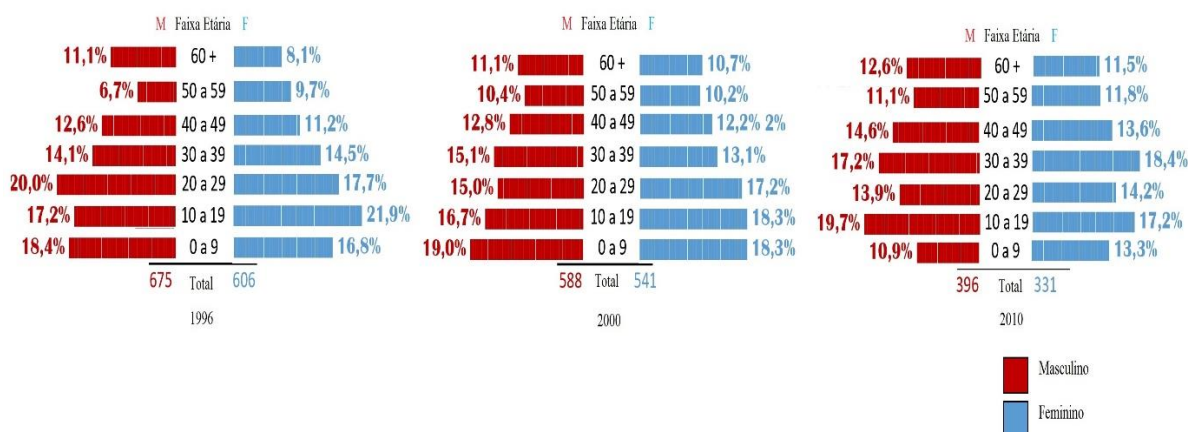


Figura 15. Gráfico de Pirâmide Etária do Distrito de Emboabas (1996-2010)
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIDRA-IBGE (2023)

De acordo com a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há uma sólida diminuição de jovens entre 20 e 29 anos e crianças de 0 a 9 anos no Distrito como um todo, o que sugere o início de um processo de envelhecimento populacional, ainda que a população com mais de 50 anos tenha apresentado apenas um ligeiro aumento. Segundo Barcellos e Mansan (2014, p. 201) a impermanência da juventude no meio rural é impulsionada pela fuga de uma “vivência em um espaço socialmente desigual..., tensionado de modo geral por questões como a expansão indiscriminada do agronegócio, da concentração fundiária e da exploração socioambiental”.

Para Porto-Gonçalves (2004), a desruralização populacional do campo brasileiro esteve estritamente relacionada com os processos de modernização agrícola, sobretudo devido ao aperfeiçoamento das relações técnicas de poder pós segunda guerra mundial, mas que toma proporções severamente catastróficas ao passo que a globalização

¹⁴ De acordo com o Decreto-Lei nº 311 de 1938, a Vila corresponde ao maior povoamento de um Distrito Municipal, de modo que se configura enquanto sede distrital, delimitada por sua vez pelo seu perímetro urbano.

neoliberal se apresenta como nova lógica da economia-mundo. Isso não significa necessariamente a inevitabilidade histórica da urbanização, e o conseqüente fim do rural, mas um processo deliberado de precarização dos modos de vida, tanto do homem do campo, quanto também da periferia das cidades, afirmação que endossa a tese de Alvarado e Costa de que “lo rural y la ruralidad son devenires resignificantes y resignificados del hecho ciudad y del fenómeno urbano, en la história” (ALVARADO; COSTA, 2019, p. 2).

Como nos lembra Gomes (2007, p. 59), “o rural permanece não somente pela presença de uma ou mais características, mas pela sua ontologia, sua territorialidade e seus fluxos”, dos quais destacamos suas dimensões materiais e simbólicas, perspectiva que nos atenta para as múltiplas formas de visualizar e perceber a r-existência dos espaços rurais. Haesbaert (2021) já destacava que todo processo de des-territorialização envolve um simultâneo processo de re-territorialização, ainda que eclipsado pelas representações territoriais hegemônicas. Deste modo, além de uma análise crítica dos projetos hegemônicos de modernização e desenvolvimento, se faz necessário um olhar atento aos movimentos subalternos e suas estratégias de re-territorialização, das quais ao passo em que desafiam na prática, a ordem social vigente, também revelam e promovem formas alternativas mais sustentáveis, situadas e autônomas de organização social.

5.2. Modernização e estabelecimento de uma agricultura sem agricultores no Campo das Vertentes

A desruralização da população brasileira, vista como precarização territorial de grupos sociais situados no campo, o que implica também em seus intercâmbios materiais e simbólicos com o urbano, consiste em um processo que abarca tanto o êxodo rural quanto o envelhecimento populacional no campo. Condição constitutiva da modernização do campo brasileiro, tal precarização é parte explicada por um modelo agrário/agrícola que segundo Porto-Gonçalves (2004, p. 22), está ancorado em dois pilares fundamentais: “no uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais (que se querem universais)” e “na expansão das terras cultivadas, sobretudo em regiões onde as terras são baratas”.

Conhecida como revolução verde, a modernização da agricultura compreende o processo de integração entre a agricultura e o sistema capitalista industrial que se acentua a partir dos anos 60. De fato, uma atualização nas relações sociais e de poder mediante a

técnica, já que à medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normatização. Conhecida como revolução verde, a modernização da agricultura bradou o culto a técnica e o domínio da natureza na segunda metade do século XX (PORTO-GONÇALVES, 2007). Dentre suas principais características, Toledo (2009) aponta o uso combinado e intensivo de insumos modernos, como máquinas e tratores, fertilizantes e corretivos químicos, cujas atribuições assentam no aumento da produtividade e barateamento dos custos de produção.

Contudo, é importante destacar que este processo não ocorreu de maneira homogênea em todo o território brasileiro. A modernização seletiva, ou imparcial, aponta a descontinuidade da presença de aparatos técnico-científicos, logísticos e educacionais necessários para integração capitalista da agricultura. Segundo Graziano (1998), essa descontinuidade pode ser observada tanto em aspectos espaciais inter-regionais, com a expansão de novos fronts agrícolas a partir de ação conjunta entre tecnologias de ponta e investimentos Estatais, como também intra-regionais, visto que a modernização não se restringe apenas a regiões, mas também a produtos.

No Centro-Sul brasileiro, região que concentra uma grande parcela da produção agrícola e industrial do país, a coexistência conflitiva entre “culturas de rico” (café, cana-de-açúcar, soja, trigo...) e “culturas de pobre” (feijão, leite, fava, parte do arroz e milho) são exemplos de uma modernização seletiva intra-regional. Vale destacar que a modernidade seletiva, ou parcial, também envolve uma descontinuidade temporal, sobretudo no que toca à sazonalidade dos processos produtivos que, agravada pelo monocultivo agrícola, promove a escassez temporária de mão-de-obra em algumas épocas, e um acentuado subemprego em outras, principalmente nos períodos de colheita. Para Graziano (1998), a modernização parcial, espacial ou temporal, acarreta não apenas em um extremo êxodo rural, como também na transformação das relações de trabalho nessas áreas.

Em uma análise multivariada da modernização agrícola da mesorregião do Campo das Vertentes realizada por Cruz *et al.* (2006), a partir de dados fornecidos pelo censo agropecuário de 1995, o município de São João del Rei aparece no grupo com o menor índice de equipamentos técnicos e disposição de maquinários agrícolas, assim como uma severa deficiência em relação ao acesso de assistência técnica, aplicação de adubo e corretivos agrícolas em suas lavouras. Na mesma investigação, o município de Madre de

Deus de Minas, que atualmente detém a maior produção de soja da região, ainda que vizinho Distrito de Embobas, apresentou grandes índices de modernização agrícola.

Apesar do diagnóstico de Cruz *et al.* (2006) destacar os altos índices modernização agrícola seletiva na mesorregião do Campo das Vertentes-MG e apontar uma deficiência na integração de São João del Rei nos circuitos superiores de produção agrícola, a desatualização dos dados utilizados em suas análises ocultaram um intenso processo já em curso na região. De acordo com Pelegrini e Simões (2010), junto a parte norte do município de Madre de Deus de Minas, a extensa área sul do município de São João del Rei, onde está localizado o Distrito de Emboabas, por apresentarem uma topografia plana ou pouco ondulada, foram destinadas a incorporação do monocultivo de grãos, com destaque para a soja e o trigo. Instalada a partir de agricultores arrendatários de São Paulo e do Sul de Minas a partir da década de 90, a produção de grãos posicionou os municípios de São João del Rei e Madre de Deus de Minas como os seguimentos mais modernizados da agricultura de sua microrregião. Tendência que, como aponta Pereira e Toledo (2012), se intensifica na primeira década do século XXI.

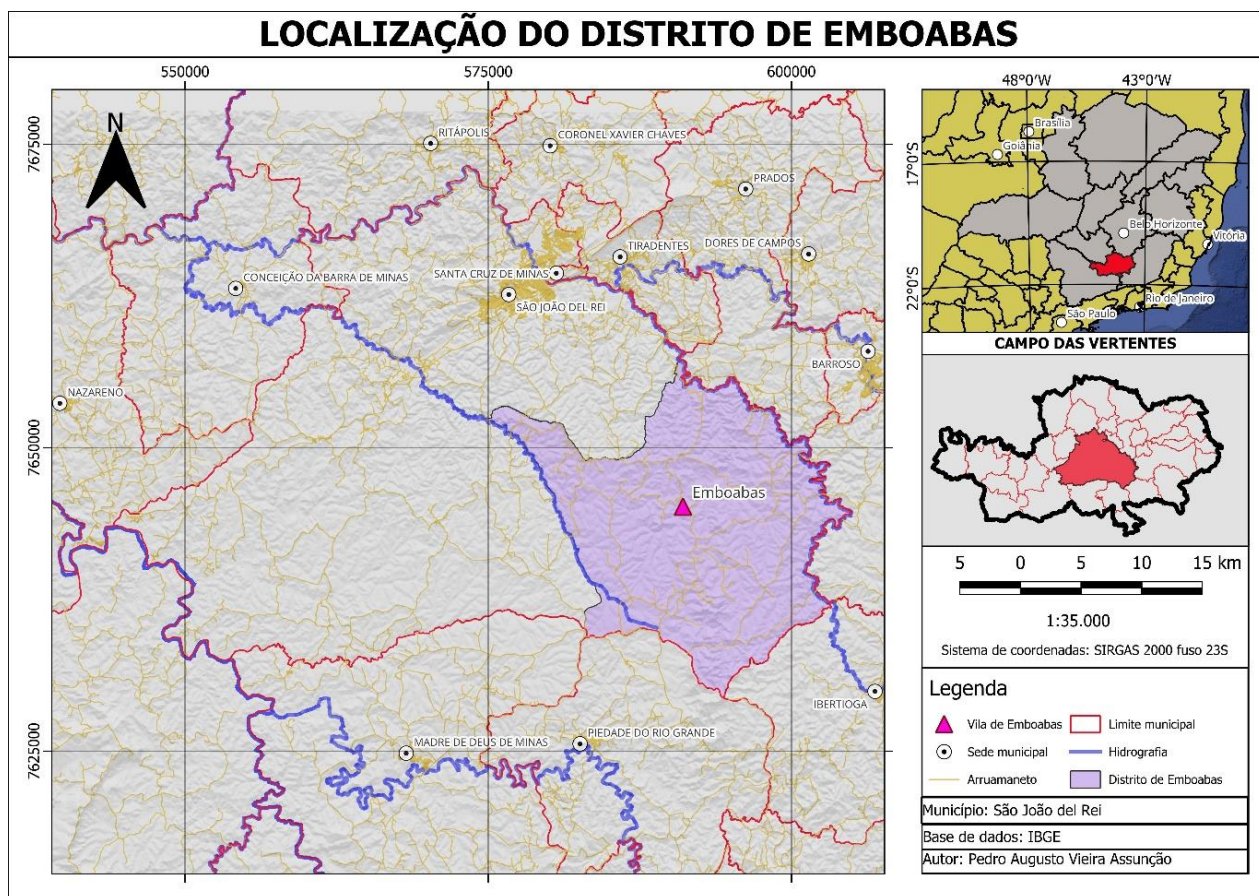


Figura 16. Mapa de Localização do Distrito de Embobas e do Campo das Vertentes

Fonte: Elaborado por Pedro A. V. Assunção (2023)

De acordo com Porto-Gonçalves (2004), a expansão do cultivo de grãos no Brasil é acompanhada por um aumento da concentração fundiária e por novas tecnologias que diminuem os custos de trabalho (plântio direto, tratores, computadores e transgênicos), o que também diz respeito a diminuição da presença do trabalhador no processo produtivo. Diferente do que vêm sendo apontado, a soja transgênica não promove necessariamente um aumento da produtividade por área de cultivo, e sim a diminuição dos custos produtivos, que combinada com técnicas de plântio direto, atuam principalmente na dispensabilidade da mão-de-obra. “Trata-se, portanto, de uma técnica que acentua a tendência de uma agricultura sem agricultores” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24).

5.3. Crise civilizatória, lógicas trágicas e capitalismo verde

A dominação da natureza esteve intimamente ligada aos projetos globais de manutenção do sistema-mundo moderno-colonial, do qual se estabelece a partir relações de exclusão, negação, subordinação e controle que permitem a sustentação de seu padrão de poder. Como argumenta Wash (2009, p. 15), a colonialidade da natureza, entrelaçada com suas outras dimensões (do poder, do saber, do ser), é a que se “fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza”. Pilar antropocêntrico e produtivista de um modelo civilizatório eurocêntrico, o domínio da natureza é, como de todo ser dominado, limitado às qualidades de serventia para seu dominador, ou seja, para uma matriz de racionalidade econômica da qual só faria sentido “a partir de uma episteme que considera o homem – *res cogitans* - fora da natureza – *res extensa*” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 6).

Juntos, a economização da natureza e a naturalização das relações técnicas de poder conferiram a primazia do conhecimento técnico-científico na resolução dos desafios ambientais, despolitizando assim a relação entre sociedade e natureza ao passo em que legitimava a expansão do sistema-mundo moderno/colonial e de sua economia-mundo capitalista. Baseada nos princípios entrópicos da termodinâmica clássica, campo da física do valor econômico, a compreensão das relações metabólicas entre sociedade e natureza se limitaram às noções abstratas e mecanicistas dos fluxos materiais do ambiente, passíveis do controle técnico e matemático pela racionalidade econômica (LEFF, 2021).

Sem referenciais situados, ontológicos e ancestrais, a lógica auto-referenciada da racionalidade econômica caducou o próprio juízo de compreensão da “eco-logia” para a tradução social de suas leis, “eco-nomia”. Como afirma Leff (2021), a crise ecológica é antes de tudo uma crise civilizatória, sentença que não só destaca a urgência de uma teoria crítica comprometida com as questões socioambientais, como também denuncia a incapacidade da modernidade/colonialidade em propor um modelo civilizatório universal e sustentável. Isso implica repensar e, de fato, decolonizar a categoria “natureza” e a forma através da qual se produzem conhecimentos, bem como as relações de poder que perpassam a interação entre os seres humanos e não-humanos a fim de repensar a questão ambiental a partir de uma perspectiva plural e diversa.

Antecedendo os movimentos ambientalistas da contracultura do primeiro mundo na década de 60, o médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro foi um dos percussores de uma abordagem socioambiental latino-americana. Ao considerar a fome como problema ecológico número um que assola a humanidade, Castro (1957) propôs uma análise

radicalizada da questão ecológica através das trágicas experiências metabólicas da fome na sociedade brasileira. Sua perspectiva desvelou as tensões modernas entre razão e vida através de uma outra face, não da lógica neurótica de controle e domínio técnico da racionalidade econômica, mas de uma lógica trágica¹⁵ da vida de homens e mulheres que plantam, produzem, e transportam alimentos enquanto morrem de fome.

Nietzsche em seus trabalhos sobre o pensamento trágico, já denunciava como a hiper-realidade da razão moderna buscou afastar a tragédia como condição humana como maneira de legitimar o objetivismo positivista. No pensamento nietzschiano, a natureza está intimamente ligada à tragédia, como nas reflexões dos filósofos pré-socráticos, pensadores trágicos dos quais a natureza ainda não se encontrava dominada pelo mundo das ideias. Para Nietzsche, a filosofia platônica, instituidora do *logos*, inaugura a racionalidade moderna e instaura o conflito entre razão e vida (SILVA, 2009).

Neste mesmo sentido, Leis (2005) afirma que a técnica consiste em um trágico elemento da modernidade, pois como tentativa de adaptação do meio ao homem, engendra um movimento paradoxal da relação entre sociedade e natureza. Sentimento de “imprevisibilidade dos acontecimentos, contingência e fragilidade de nossas decisões”, a tragédia renunciada pela racionalidade moderna tona-se paradoxalmente uma hiper-tragédia, causada sobretudo pelo desmoronamento da hiper-realidade até então sustentada pelo culto a técnica (ASSMAMM, 2007, p. 222).

Até o final do século XX, o domínio da natureza e as consequências do desenvolvimento não eram em si uma questão, mas sim a solução hegemônica para os problemas ambientais. É somente a partir da década de 90 e a consolidação do modelo neoliberal globalizado que a incorporação das questões ambientais emerge como resposta capitalista de superação das inquestionáveis crises ecológicas. Uma nova fase da revolução das relações sociais e de poder por meio da técnica, agora contanto também com um forte discurso de sustentabilidade, como demonstra as noções de desenvolvimento sustentável e de capitalismo verde, assim como de estratégias enganosamente milagrosas, mais empenhadas na perpetuação da lógica do capital do que de fato na resolução de seus efeitos no ambiente, como ocorre com o mercado de crédito de carbono e uso de

¹⁵ Acerca da herança colonial no continente latino-americano, Segato (2019, p. 1) descreve que “nuestra lógica es trágica, en el sentido de que puede convivir con la inconsistencia, con verdades incompatibles, con la ecuación a y no-a, opuestos y verdaderos ambos, y al mismo tiempo. Y por lo tanto, siempre, siempre, dotada de la intensidad vital de la desobediencia”.

biocombustíveis, esse último grande responsável pelo monocultivo de soja e cana-de-açúcar no Brasil (CFS, 2021).

5.4. Metabolismo-social, ecologia política e produtividade negentrópica: os fluxos materiais e imateriais da natureza

Além de exigir o reposicionamento discursivo do capitalismo verde, a emergência da questão ambiental estimulou um forte movimento de assimilação de suas problemáticas na teoria crítica, o que resultou nas bases do eco-marxismo e da ecologia política. A categoria marxiana de metabolismo social, até então olvidada entre os marxistas, passa a partir dos anos 90 a se tornar um conceito chave para o diálogo entre os estudos socioeconômicos e ambientais. Originalmente utilizada em sua crítica da economia política para descrever trabalho enquanto uma relação de regulação entre sociedade e natureza, Marx desenvolve a categoria de metabolismo social para apontar uma fratura irreparável dos fluxos materiais resultante do antagonismo rural/urbano nas relações de produção do capitalismo industrial (FOSTER, 2000).

Pioneiro da perspectiva eco-marxista, os trabalhos de J. B. Foster tiveram um grande papel na reativação da categoria de metabolismo social. Ao destacar a insustentabilidade entrópica desencadeada pelas relações produtivas do modelo de exploração e acumulação capitalista, o autor defende que a luta por um sistema sociometabólico ecologicamente viável é indissociável de uma re-apropriação social da natureza, perspectiva que cria ferramentas críticas para combater o ambientalismo despolitizado presente nos discursos do capitalismo verde (FOSTER, 2000).

Contudo, sem negar as contribuições do eco-marxismo para os estudos socioambientais, Leff (2021) adverte que a construção de uma crítica socioambiental não se restringe às concepções sociometabólicas baseadas apenas em noções positivistas de valor/energia e na re-apropriação social dos fluxos materiais de produção via o processo de trabalho. A partir de uma abordagem da ecologia política, o autor aponta para a necessidade de reflexões que caminham para razões mais originárias e fundamentais, como o apego ao território e seus fluxos imateriais, as identidades e seus modos de produzir dentro de suas condições de vida. Isso não significa abrir mão da materialidade, mas complexificá-la a partir da diversidade simbólica envolvida nos mecanismos sociometabólicos localizados.

Forjada na intersecção entre a geografia humana, a ecologia cultural e a etnobiologia, a ecologia política se institui como área de estudo dos conflitos sociais e seus envolvimento com a intervenção humana no meio ambiente. Campo de investigação que parte das reações sociais ao esquecimento da natureza pela economia política, o giro ecológico proposto pela ecologia política, propõe um deslocamento epistemológico rumo a ecologização da economia, o que envolve tanto a re-apropriação social da natureza quanto sua re-valorização, resultando assim em uma síntese material/simbólica capaz de viabilizar uma territorialização pela vida (LEFF, 2021). De forte tradição latino-americana, todavia fundamentada no pluralismo epistemológico, teórico e político filosófico, a ecologia política busca não apenas promover a politização crítica da ecologia, liberando-a de seu reducionismo naturalista expresso em discursos ambientalistas hegemônicos, mas também causar uma abertura epistemológica nos limites positivistas da racionalidade econômica, de modo que permita a legitimação de saberes e práticas subalternizadas enquanto alternativas reais de superação do modelo civilizatório moderno/colonial e sua lógica produtivista (SOUZA, 2019).

Assim, as contribuições teórico-metodológicas eco-marxistas da categoria de metabolismo social residem na crítica à economia política e seu paradigma entrópico de produtividade, no qual a degradação da natureza se faz enquanto condição de sua transformação em mercadorias, poluição e calor. Contudo, sua envergadura ampliada pela ecologia política, permite também a investigação das potencialidades eco-políticas de outras práticas e saberes, que subalternizadas pela modernidade/colonialidade, lutam pela construção autônoma de seus territórios de vida, que fundados sobre um paradigma negentrópico de produtividade, desafiam a hegemonia da racionalidade econômica por meio de mecanismos ecológicos, técnicos e culturais de regulação sociometabólica com a natureza. Concebido como um “conjunto de processos que continuamente criam, mantêm e complexificam a vida no planeta, o paradigma negentrópico diz respeito tanto às condições termodinâmicas-ecológicas da biosfera, ligadas sobretudo aos fluxos materiais da natureza, quanto as condições simbólicas-culturais da existência humana, o que inclui os fluxos imateriais necessários para sua organização, re-valorização, e reprodução. (LEFF, 2019).

Deste modo, as investigações sociometabólicas podem servir de grande aliada na dissolução das dicotomias entre sociedade e natureza, desde que acompanhada da indissociabilidade de suas condições materiais e simbólicas. Nesse aspecto, a geografia

lhe oferece um amplo arcabouço teórico-operacional, já que como lembra Porto-Gonçalves (2002), o estudo das geo-grafias diz respeito aos atos de grafar, marcar e significar a terra, e, portanto, se ocupa com a síntese entre o material e o simbólico (território), entre a sociedade e a natureza (ambiente), assim como das múltiplas temporalidades que escrevem e são inscritas no espaço geográfico.

5.5. As marcas da fera: técnica e des-envolvimento no Distrito de Emboabas

A hidra capitalista, metáfora utilizada pelo Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) para descrever um sistema dominante que, assim como a fera da mitologia grega, assume várias faces, formas e modos de dominar em diferentes e nos diversos espaços sociais (EZLN, 2015). Seu ritmo abstrato, todavia, imposto concretamente, remete a um tempo próprio que se propõe universal, indiferente dos lugares e do tempo da natureza em sua diversidade de ecossistemas e formas de habitá-los.

O componente técnico tem um papel central na concretização de sua temporalidade. Ainda que incorporando a questão ambiental em sua lógica produtiva, a face neoliberal das relações capitalistas é, contraditoriamente, a que leva mais longe a destruição da natureza. Como relação de poder que opera no controle dos meios necessários para um fim previamente determinado, no caso o aumento da produtividade, os instrumentos técnico-científicos e informacionais do neoliberalismo globalizado visam a simplificação, a mecanização e a aceleração dos processos produtivos responsáveis pela sustentação de um complexo industrial-financeiro extremamente oligopolizado (PORTO-GONÇALVES, 2004). Fazem parte deste complexo: a técnica do monocultivo, da qual além de estabelecer uma relação de dependência com as grandes corporações transnacionais de insumos, adubos, agrotóxicos e sementes transgênicas, promove o des-envolvimento sociometabólico de localidades, seja na perda da biodiversidade ou no impedimento da re-apropriação social de seus fluxos materiais e simbólicos; as condições técnicas, logísticas, estruturais e jurídicas necessárias para a reprodução de sua cadeia produtiva, elementos que tornam visíveis o papel do Estado na sustentação do modelo neoliberal, como no provimento de estradas, no afrouxamento das leis trabalhistas e ambientais, na isenção de impostos, entre outros.

Parte das técnicas de dominação de longa data na história da modernidade, a cartografia também serviu e ainda serve como uma importante ferramenta de controle.

Indispensável para a instrumentalização do espaço, a cartografia consiste em um poderoso instrumento de síntese simbólico/material. O Georreferenciamento, assim como todo um conjunto de sistemas de informações geográficas (geoprocessamento, sensoriamento remoto, GPS), forneceram um alto nível de precisão no controle dos fluxos materiais a partir de uma representação espacial instrumentalizada e reificada, o que permitiu a inventariação da natureza e da sociedade enquanto recurso e trabalho. Um “olhar de sobrevoo”, que como já destacava Hannah Arendt (2001), se perde na “imaginação das coisas” ao tomar a parte pelo todo, fazendo da realidade aquilo que ela deveria ser ao invés daquilo que é, polissêmica, aberta/inconclusa e contingente.

Contudo, objetos e práticas cartográficas também podem se tornam uma ótima fonte de materiais analíticos para a investigação das representações territoriais hegemônicas, desde que re-apropriados criticamente. Trabalhos como de Basualdo *et al.* (2019) e Costa e Maluly (2021) demonstram a eficácia da apropriação crítica das técnicas cartográficas, usos alternativos às funções hegemônicas com que as práticas de mapeamento estiveram historicamente vinculadas, como estratégia teórico-metodológicas de avançar sobre as dicotomias impostas pela modernidade, como a do tempo/espaço (COSTA; MALULY, 2021) e do material/simbólico (BASUALDO *et al.*, 2019).

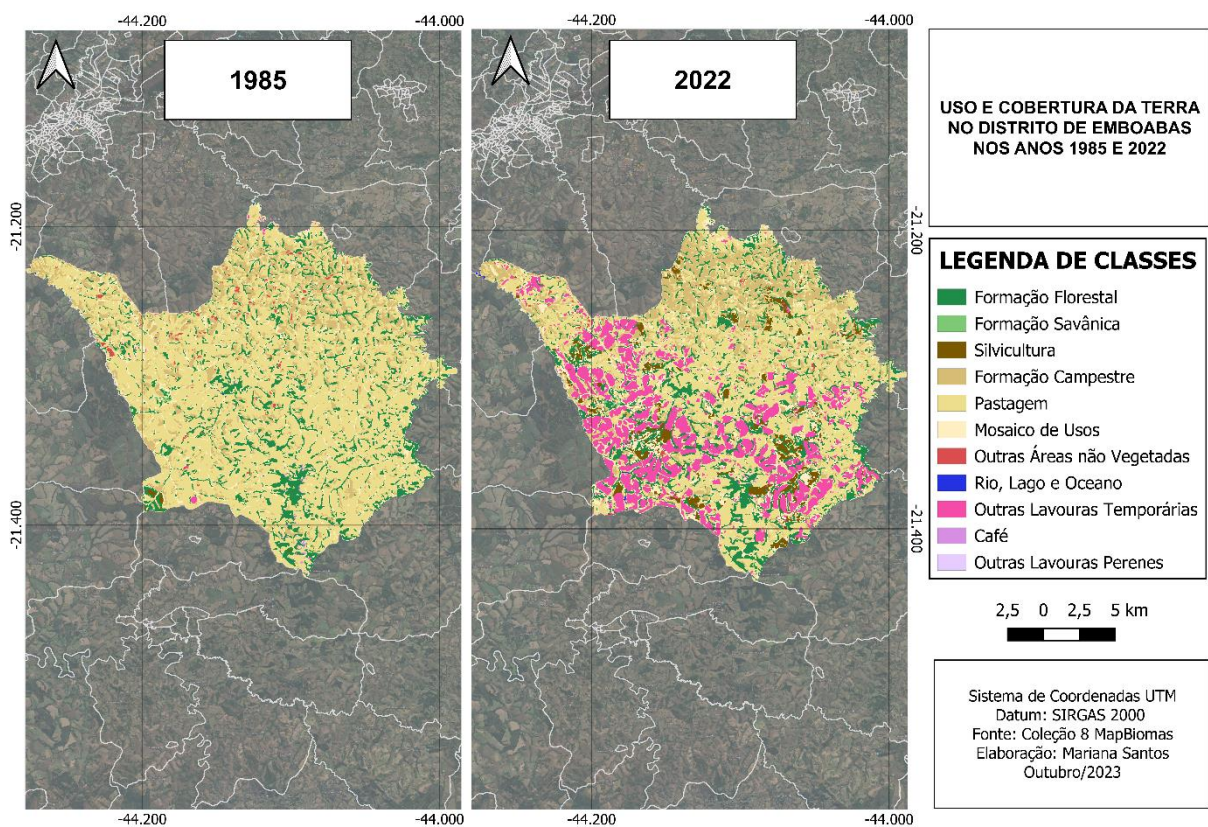


Figura 17. Mapa de Uso e Cobertura da Terra No Distrito de Emboabas (1985 – 2022)

Fonte: Mapa Elaborado por Mariana Santos com base no banco de dados do MapBiomas e IBGE, e com os recursos cartográficos dos Softwares QGIS e GEE (2023)

Como acusa o mapa, a expressiva expansão de lavouras temporárias entre os anos de 1985 à 2022, composta de basicamente soja e milho intercalando com a plantação de milho em épocas de seca, avançou sobretudo no sudoeste de Emboabas, região de proximidade com Madre de Deus de Minas, um dos principais municípios produtores de soja no Campo das Vertentes. Não obstante, também é possível inferir a sobreposição das manchas de soja sobre antigas áreas de pastagem, responsáveis pela tradição leiteira da comunidade do Onça.

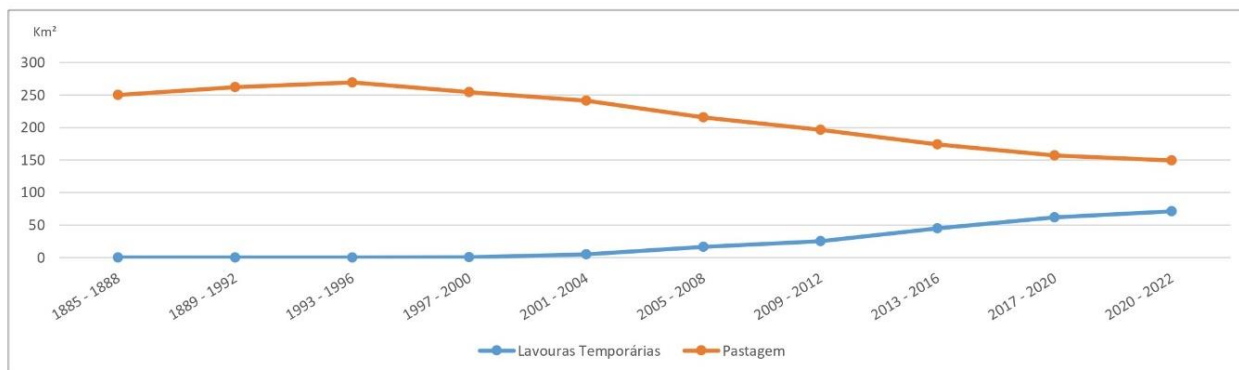


Figura 18. Lavouras Temporárias e Pastagens no Distrito de Embobas em Km² (1885 – 2022)

Fonte: Elaborado com base nos dados do MapBiomas (2023)

Ainda que seja inavergável os impactos ambientais da pecuária, que vão desde a compactação do solo à extinção de espécies, a cadeia produtiva do leite centralizada em pequenos laticínios envolvia a permanência dos produtores em suas propriedades, das quais mais do que espaços de reprodução do capital, estão vinculados a espaços de afeto, costumes e ancestralidade, incentivando assim a produção de pequenos cultivares para subsistência e abastecimento do comércio local. A evasão de laticínios e a dificuldade de escoamento da produção leiteira aceleraram as práticas de arrendamento de terra na região para a produção de soja sob uma lógica sofisticadamente insustentável, possibilitada por sua vez pela mobilidade de investimentos dos arrendatários.

Assim como a expansão e instrumentalização capitalista de terras, o estabelecimento de aparatos logísticos para o escoamento de cargas pesadas, como ocorre com o complexo produtivo de grãos, também se tornam fundamentais para a reprodução de seu modelo agrário/agrícola. Mesmo que o asfaltamento da via de acesso ao Distrito de Embobas estivera entre as principais demandas de sua comunidade, visto que o grande fluxo de caminhões carregados de soja comprometia a qualidade das estradas, dificultando assim o escoamento da produção leiteira e a mobilidade de sua comunidade à sede municipal. Ainda que o poder público enfatize os benefícios gerais da obra de asfaltamento da via de acesso ao Distrito como estratégia populista, o arrefecimento da produção leiteira em contraposição a expansão produtiva de grãos sinaliza os principais beneficiários da obra.



Figura 19. Asfaltamento da Via de Acesso ao Distrito de Emboabas (2023)
Fonte: Fotografia aérea recolhida em trabalho de campo (2023)

Diferente do que consta no ideário neoliberal acerca do Estado mínimo, as instituições públicas desempenham um papel fundamental para a sustentação do complexo agroindustrial da soja, seja na promoção de infraestrutura e seus dispositivos logísticos necessários, como ocorre com o asfaltamento da via de acesso à Emboabas, quanto no equacionamento de aparatos legislativos. Como demonstra o dossiê do Observatório do agronegócio do Brasil (2022), a bancada ruralista no congresso, representada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), vem atuando de acordo com as orientações do Instituto Pensar Agro (IPA), do qual funciona como mecanismo de financiamento de vereadores e deputados por multinacionais intencionadas em pautar mudanças constitucionais como os projetos de Lei (PLs) do veneno, da mineração em terras indígenas e da grilagem da Amazônia. Esse contexto explicita a economização da ecologia pela captura da tomada de decisões nacionais sobre políticas ambientais por multinacionais produtoras de agrotóxico (Bayer, Basf e Syngenta) e processadoras de soja (Cargill, Bunge, ADM e Louis Dreyfus).

5.6. Ao sociometabolismo do Onça: instrumentalização ecológica de uma práxis eclesiástica codigofágica

Assim como a re-apropriação crítica das técnicas cartográficas hegemônicas, de modo que possibilite a investigação das dinâmicas sociometabólicas do Distrito de Emboabas a partir de seus fluxos materiais, a construção de cartografias alternativas que partem dos próprios sujeitos locais como estratégias de re-invenção territorial, das quais vão se desenhar na articulação das formas contra-hegemônicas de intercâmbio com o ambiente, nos atenta para a importância dos fluxos imateriais na regulação sociometabólica dos grupos sociais situados, que diferente dos usos dominantes, marcam, grafam e significam o ambiente enquanto espaço de reprodução da vida. Como nos lembra Quintero (2019, p. 8), “una cartografía del hacer de la comunidad brota de la tierra como efectiva demostración de su posesión territorial a partir de la praxis de una territorialidad que es propia de la comunidad que la ejerce”.

Mesmo com a mudança impositiva de sua toponímia para Distrito de Emboabas, formalizada em 1943 (IBGE) como parte dos projetos de patrimonialização nacional e padronização toponímica do território brasileiro no começo do século XX, o uso popular de seu antigo hagiônimo – São Francisco de Assis – junto ao zootopônimo – Onça – ainda é preferencialmente acionado entre seus moradores, principalmente entre os mais antigos. A prática cartográfica que provê ao espaço uma grande carga simbólica, a toponímia opera enquanto um importante dispositivo de representação territorial, visto que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e poder” (CLAVAL, 2014, p. 210).

Característico das operações estético-políticas barrocas, a tensão entre o santo (São Francisco de Assis) e o animal (Onça) fazem parte de um ethos cultural que se estabelece na fronteira entre as coisas. Dentre seus elementos, a códigofagia consiste em um criativo movimento subalterno de re-apropriação simbólica das formas dominantes como estratégia de se fazer visíveis e vivíveis as contradições inscritas pela modernidade e pelas relações capitalistas (ROSSI, 2016). No caso dos moradores do “Onça”, a códigofagia dos mecanismos eclesiásticos de ordenamento territorial do século XVIII, originalmente destinados a legitimar e reforçar o domínio colonial, permitiu a organização de fluxos imateriais que viriam a operar como cartografias situadas de se fazer comunidade.

Símbolo de um movimento antropofágico com bases na cosmologia dos Tupinambás, a figura do Onça carrega entre seus elementos, a ancestralidade de uma concepção de vida que esgarça a relação sujeito/objeto e sua dicotomização entre sociedade/natureza. Contra-equivalência ao *res cogitan* cartesiano – penso, logo existo –, a razão expressa na perspectiva antropofágica tupinambá – como homens, logo sou onça – remete tanto à

incorporação simbólica do outro pelo o sub-humano na diferença colonial (MUSSA, 2009), quanto à humanização das entidades da natureza, como bem demonstra o grito tupinambá para assustar a Onça, *Eicobé xeramói! Eicobé xeramói güé!* – do português “viva, meu avô” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018)

É nesse mesmo sentido que o “povo do Onça” ativa sua toponímia de catequese como alternativa real de valorização de uma história eclipsada pelos projetos modernos e desenvolvimentistas ao passo em que (re)criam seu território de vida a partir de uma territorialidade de base local fortemente ligada à práxis eclesial, que por sua vez é operada sobre as bases um devir barroco, cuja suas estratégias de destruição, incorporação e re-escritura dos centros de simbolização permitiram a re-apropriação comunitária dos mecanismos eclesiais de organização social (ROSSI, 2006).

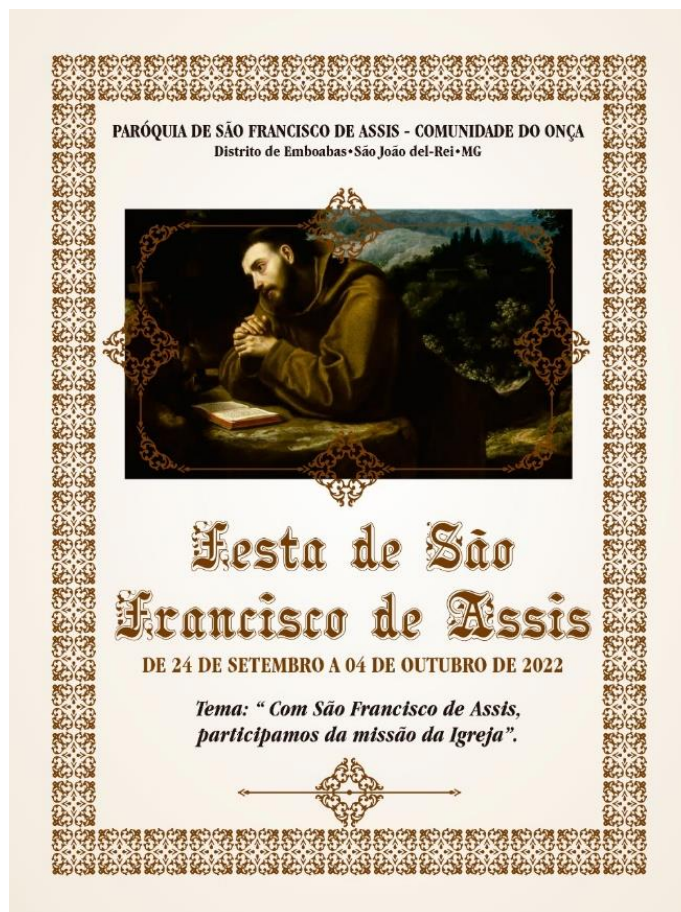


Figura 20. Cartaz da Festa de São Francisco de Assis no Distrito de Emboabas (2022)
Fonte: Diocese-SJDR (2023)

Segundo Boff (2022), a catolicidade enquanto unidade identitária, se objetiva dentro dos parâmetros de um tempo e um espaço, perspectiva que concede ao local um lugar privilegiado de transformação via a práxis eclesial. Ainda que o componente eclesial tenha se imposto enquanto primeiro projeto global do sistema-mundo moderno-colonial (MIGNOLO, 2003), estratégias codigofágicas de ressemantização dos valores católicos conferiram à América Latina sua própria interpretação do devir cristão, sobretudo em regiões periféricas, onde a reprodução da práxis eclesial se firmou mediante um forte espírito associativo, seja na criação de irmandades, na construção e manutenção de capelas rústicas ou na organização de práticas litúrgicas e festivas.



Figura 21. Encontros e Festividades da Comunidade do Onça¹⁶

Fonte: Diocese-SJDR (2023)

¹⁶ a); b) Confraternização em adoração ao Santíssimo Sacramento e a Santa Missa, com café comunitário; c) Encontro do Congado, manifestação cultural religiosa de origem afro-brasileira; d) Festa de São Francisco de Assis, principal evento no Distrito de Emboabas. Importante constar que todos os eventos foram realizados na praça da Igreja de São Francisco de Assis do Onça.

Ainda que os processos de modernização da agricultura tenham minado as possibilidades de apropriação social do trabalho Distrito de Emboabas mediante o controle industrial-financeiro de seus fluxos materiais, a sociabilização dos espaços eclesiais enquanto lugar de encontro da comunidade consiste em um importante mecanismo de organização dos fluxos imateriais que atuam na regulação sociometabólica do povo do Onça, assim como de consagração de seu território de vida.

Abordada sobretudo entre pensadores latino-americanos da teologia da libertação, a relação entre ecologia e religião tendo eixo central na luta pela libertação do homem, se posiciona enquanto uma importante aliada nos processos de re-valorização da natureza. Resultante dessa interação, a potencialidade negentrópica de uma práxis eclesial comprometida com a vida, que se estende à sua dinâmica metabólica, está em sua capacidade de ritualizar, sacralizar, e comungar a natureza. Nas palavras de Boff (2004, p, 39):

A natureza se apresenta como um processo de autotranscendência. Há nela um princípio cosmogênico sempre em ação mediante o qual os seres vão surgindo e na medida de sua complexidade vão também ultrapassando a inexorabilidade da entropia, própria dos sistemas fechados. Isso abre a possibilidade de um novo diálogo entre a visão ecocossmológica e a teologia, pois esta autotranscendência pode apontar para aquilo que as religiões e as tradições espirituais sempre chamaram de Deus, a transcendência absoluta ou aquele futuro que seja mais do que a "morte térmica": que seja a realização suprema de ordem, de harmonia e de vida (BOFF, 2004, p, 39).

Nesse sentido, o Distrito de Emboabas apresenta potenciais negentrópicos específicos em relação à outras práxis eclesiais situadas, principalmente no que tange à organização e resignificação dos fluxos imateriais de suas dinâmicas sociometabólicas. Padroeiro da comunidade, a figura de São Francisco de Assis tornou-se um elemento central na atualização do pensamento católico acerca da questão ambiental. Também padroeiro da ecologia e dos pobres, a história de São Francisco é descrita por Boff como uma "poética da reconciliação do homem com sua arqueologia", campo de estudo das relações que se estabelecem entre cultura material e a sociedade. Segundo o autor, a imagem de São Francisco deveria servir como base de um agir humano "capaz de controlar a irracionalidade de uma modernidade que se fundamenta num conhecimento instrumental, científico e técnico, base da dominação política e econômica da classe burguesa (BOFF, 1981, p. 19-20).

Deste modo, a ativação popular da antiga toponímia de Emboabas, São Francisco de Assis do Onça, não só afirma uma territorialidade dos tempos do Onça, passado-presentificado que através de uma estética barroca, codigofágica, criativa e especializada na re-apropriação simbólica das contradições impostas pela modernidade/colonialidade, como também guarda um potencial negentrópico de organização dos fluxos imateriais de re-valorização da natureza a partir da figura de São Francisco de Assis como modelo ecológico de sacralização e comunhão do cosmos em sua totalidade. O resgate de sua antiga toponímia, assim como vêm ocorrendo com outros distritos municipais de São João del Rei¹⁷, mais do que uma correção histórica pontual do território brasileiro, apresenta potenciais simbólicos de conscientização que reforçam sua organização comunitária mediante princípios ecológicos e políticos que trazem entre suas possibilidades, alternativas sociometabólicas mais justas e sustentáveis para sua comunidade.

5.7. A indissociabilidade rural/urbano e a Vila do Onça

Por fim, uma breve reflexão sobre a indissociabilidade do rural/urbano se torna fundamental para uma investigação atenta aos fluxos materiais e imateriais que compõem a trama territorial do Distrito de Emboabas. Testemunha viva de uma rede urbana pré-industrial nas Minas setecentistas, cujas condições espaciais de tempo lento propiciaram uma organização socioespacial de destacável sinergia rural/urbana em escala local, a comunidade do Onça ainda está estritamente relacionada à sua capacidade de articulação dessas duas dimensões espaciais, indissociavelmente.

Sobretudo na escala local, a Vila de São Francisco de Assis do Onça consistia em um espaço estratégico de encontro e troca de produtos agrícolas e informações entre a comunidade e com a metrópole. Ainda que hoje a práxis eclesiástica sustente parte destas funções, com destaque a articulação de redes de solidariedade e promoção das festividades da comunidade, a intensificação dos ritmos e do controle preciso dos fluxos de capital desencadeados pela globalização capitalista tiveram forte impacto no tempo do Onça, sobretudo no esfacelamento de sua economia de proximidade. Consequência de um modelo agrário/agrícola extremamente oligopolizado pelas multinacionais do agronegócio,

¹⁷ Em fontes coletadas diretamente com José Antônio de Ávila Sacramento, ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico e membro da Academia de Letras de São João Del Rei, Emboabas consiste no último entre os cinco distritos do município a recuperar seu antigo topônimo, apesar de que o topônimo do Distrito de São Gonçalo do Amarante ainda se apresente parcialmente recuperado, necessitando sua adequação para São Gonçalo do Brumado.

questões como o êxodo rural e a fuga da juventude por melhores condições laborais fazem parte de uma fratura sociometabólica que infere não apenas na precarização do trabalho rural e das dinâmicas ecológicas de Emboabas, mas também na perda de aderência territorial da comunidade com sua vila.

Originalmente operada para acusar o intercâmbio desigual dos fluxos materiais entre o campo e a cidade que se industrializava exponencialmente, a categoria de metabolismo-social se apresenta como uma importante ferramenta teórico-metodológica para a investigação dos mecanismos ecológicos, técnicos e culturais de regulação das relações entre sociedade e natureza, e pode lançar luz sobre as fricções, tensões e simbioses que ocorrem em seus processos de intercâmbio, sempre materiais e imateriais.

O uso contra-hegemônico das técnicas hegemônicas de cartografia e mapeamento se mostraram um grande aliado na construção de análises que buscam questionar e denunciar o modelo civilizatório vigente, hoje com grande dificuldade de promover alternativas mais justas e sustentáveis de habitar a Terra. Nesse sentido, além de uma crítica atenta às relações produtivas da globalização neoliberal, que se imuniza da retórica verde presente entre as novas estratégias de reprodução capitalista, faz-se necessário e urgente a elaboração de metodologias que promovem a produção cartográfica a partir das práticas subalternas e suas estratégias de territorialização pela vida. Deste modo, as contribuições do eco-marxismo e da ecologia política sobre um prisma geográfico, muito tem a contribuir para um diálogo entre saberes na busca de alternativas seriais na resolução da crise civilizatória em que a humanidade se encontra.

Longe de propor uma transformação instantânea das relações sociometabólicas a partir de um câmbio toponímico do Distrito de Emboabas, a ativação popular de sua antiga toponímicas – São Francisco de Assis do Onça – está repleto de conteúdo simbólico, dos quais podem e devem servir conceitos operatórios de afirmação de uma territorialidade negligenciada e fortemente impactada pelo uso hegemônico do complexo agro-industrial-financeiro que vem se intensificando nas últimas décadas em seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que em processo de precarização e des-envolvimento territorial, uma cartografia barroca emerge das Minas como afirmação de uma práxis eclesiástica de importância central para a regulação socio-metabólica da comunidade do Onça. Uma cartografia que não se faz de cima para baixo em um olhar de sobrevoo característico dos topônimos de gabinete, nem mesmo por meio de técnicas modernas e precisas de georreferenciamento, especializadas na padronização, classificação e normatização do espaço, das quais quanto mais se comportam enquanto “per-feitas”, menos dizem a respeito do que é, para de fato legitimar e naturalizar narrativas dominante do que deveria ser. Tampouco uma cartografia produtora de “ermos”, espaços derivados cujos centros significações e princípios organizativos se devem mais a sua instrumentalização eterna, que para as representações territoriais situadas. Afinal, o povo do Onça faz do ermo, um espaço repleto de significações, afetos e memórias que dão um sentido coletivo de comunidade.

Uma cartografia barroca, da qual insurge entre as Minas como operação comunitária que se faz frente a ermatização produzida pelo descaso geohistórico de seus territórios de vida. Uma representação territorial do Onça, que emerge a partir de práticas estético-políticas situadas que operam no sentido de tornar visíveis e vivíveis as contradições que a colonização e o capitalismo implicaram e ainda implicam em seu território. Mais do que uma pontual mudança de nomenclatura na malha distrital brasileira, a ativação popular do antigo topônimo do Onça resgata um passado codigofágico, criativo, especializado na reapropriação e deslocamento dos centros simbólicos, e que ainda se faz presente em seus mecanismos eco-técnico-culturais de regulação sociometabólica da comunidade com seu tempo/espaço.

Nascidas entre as frestas das incompletas estruturas eclesiásticas do século XVIII, cujas estratégia codigofágicas de acomodação e deslocamento das fronteiras epistemológicas estabelecidas pelos projetos globais da modernidade/colonialidade possibilitaram sua aderência territorial, a comunidade do Onça é forjada sob as condições espaciais de um tempo lento, das quais garantiram um espaço de manobra entre as fricções, tensões e simbioses entre rural e urbano, entre o tradicional e o moderno, assim como entre o santificado e animalesco.

São Francisco de Assis do Onça, topônimo explicitamente barroco, síntese de uma representação territorial que se dá não apenas pelas dimensões simbólicas e espirituais

com outras materiais e corpóreas, mas de um signo católico que se destaca em sua capacidade de ritualizar, sacralizar, e comungar a natureza, São Francisco de Assis, padroeiro da ecologia, dos pobres, do Onça. Mais que um item da fauna local, mas um animal devorador de homens, a Onça carrega uma profunda carga simbólica de aspectos antropofágicos. Destinados a ser onça, a resistir contra a dominação da natureza e o adestramento do que a diferença colonial tratou de conceber enquanto sub-humanos, a cosmologia tupinambá esgarça a dicotômica relação entre homem e natureza ao humanizar um animal que se nutre de humanos, ao passo em que o incorpora metamorfoseando-se em um espírito indomável. São Francisco de Assis do Onça, uma toponímia que remete a um espírito que sacraliza o cosmos e um animal que ao assumir a forma humana, se alimenta de símbolos, de códigos e estruturas impostas pelo mundo moderno.

De outro lado, temos Emboabas, palavra Tupi para designar os bandeirantes, estrangeiros que invadiram, atacaram e delimitaram em suas campanhas o que hoje se consagra enquanto território nacional. Símbolo da conquista, agora envernizada pelo desenvolvimentismo, o mito bandeirante é incorporado nas políticas de modernização do território brasileiro pelo Estado Novo como dispositivo ideológico de se valer enquanto projeto nacional. Uma aposta pro futuro que sacrifica o presente e borra o passado, o desenvolvimento opera na sedimentação de passado-presentes como meio de legitimação de fins políticos estrangeiros a seu contexto geohistórico, seja em nome da nação, da ordem, ou do progresso das relações capitalistas de produção. São os novos Emboabas: grandes empresas arrendatárias de terra; técnicos agropecuários representantes dos interesses corporativos oligopolizado; agentes públicos cooptados pela globalização neoliberal; e as transnacionais do agronegócio presentes no fornecimento de insumos, agrotóxicos, maquinários e transgênicos.

Mais que uma questão de gosto ou de método de planificação da malha distrital brasileira, a inconformidade toponímica envolve problemas de ordem políticas e epistemológicas. No (des)caso geohistórico do Onça, tal inconformidade se desenrola diante de processos contrapostos de usos e representações territoriais, cujas fricções, tensões e simbioses que os conformam, já não contam com as mesmas condições do século XVIII. Uma fratura sociometabólica global, de impactos socioambientais diretos na regulação eco-técnico-culturais de grupos sociais situados com seu meio, é engendrada por um ritmo abstrato, que ao se impor enquanto universal, se concretiza em formas indiferentes do tempo da natureza em sua diversidade ecossistemáticas e técnico-culturais,

cada qual com suas dinâmicas materiais e imateriais específicas. Como resultado, uma degradação ambiental com níveis de entropização da natureza inéditos na história da humanidade na Terra, cujas consequências não se limitam à reprodução do campesinato e dos povos indígenas, ainda que sejam os primeiros afetados, mas também no envolvimento sociometabólico de pequenas comunidades rurais/urbanas.

Dessa maneira, é possível falar a respeito de um sociometabolismo do Onça, do qual se difere dos usos e representações territoriais hegemônicas, estes guiados pelo paradigma da produtividade entrópica e a transformação da natureza em mercadoria, calor e resíduo. Um sociometabolismo situado, onde os princípios negentrópicos de produtividade, organização e territorialização pela vida devem se sobrepôr à reprodução mercadológica das relações capitalistas e da globalização neoliberal. Nesse aspecto, as potencialidades negentrópicas do Onça se encontram nas práticas e saberes comunitários, sobretudo na práxis eclesial que ainda hoje opera enquanto um importante mecanismo de sua organização, na promoção de encontros e festividades locais que sustentam o elo entre sua Vila e as áreas rurais do distrito.

Além de servir de denúncia das consequências do des-envolvimento e do descaso geo-histórico para/com a comunidade do Onça, espera-se que as discussões contribuam enquanto documento teórico para o resgate do antigo topônimo de São Francisco de Assis do Onça, de modo a compor o movimento de recuperação toponímica dos distritos municipais de São João del Rei - MG, visto que Emboabas é o último dentre os cinco distritos do município a ter seu topônimo readequado a vontade popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNEW, J. Representing space: space, scale and culture in social science. In: DUNCAN, J.; LEY, D, (Org.). **Place/culture/representation**. London: Routledge, 1993, p. 251-272.
- ALVARADO, I; E. COSTA. Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. **Investigaciones Geográficas**, Alicante, n. 99, 2019, p. 1-27.
- ANDERSON, B. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. New York: Verso, 1983.
- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ANGELO, L. B. **O Poder Local e a Formação da Nação**: São João del-Rei no Contexto do Brasil Independente (1822-1842). 2019, 182f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.
- ANTUNES, M. V. M; MEDEIROS, H. R. A. Distritos municipais brasileiros: análise enquanto e através das escalas geográficas. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 52, 2019, p. 530-564.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. São Paulo: Unesp, 2006.
- ASSMANN, S. J. O ser humano como problema: por um humanismo trágico e cristão. In: ROCHA, M. I. (Org.). **Humanismo e Direitos**. Passo Fundo: Berthier, 2007, p. 203-238.
- AZEVEDO, A. As cidades. In: AZEVEDO, A. (Org.). **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, v. 2, 1970. p. 211- 282.
- BARBOSA, J. V. **São João d'EL-Rey atraves suas ephemerides**. São João del-Rei: Casa Assis, 1930.
- BARBOSA, W. A. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971.
- BARCELLOS, S. B; MANSAN, P. R. A. Juventude rural e políticas públicas no brasil: balanço, perspectivas e questões para o debate. In: MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.
- BASE DE DADOS SIDRA-IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BASUALDO, L; DOMENECH, E; PÉREZ, E. Territorios de la movilidad en disputa: cartografías críticas para el análisis de las migraciones y las fronteras en el espacio sudamericano. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, 2019, p. 43-60.
- BESKOW, G. C. **A pátria é a terra**: as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. f. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: >
<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html>. Acessado em 2023
- BRASIL. Decreto-lei n. 311 de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências, 1938.
- BRAUDEL, F. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 2017.
- BOFF, L. **São Francisco de Assis**: ternura e vigor. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1981

_____ **Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

_____ **Igreja:** carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante. Editora Vozes, 2022.

CALDEIRA, A. B; CASTRO, J. F. M. Transformações no espaço urbano de São João del-Rei/MG sob a perspectiva da geografia cultural e da paisagem. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014, São Paulo/SP. **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo/SP: USP, 2014, p. 83-107.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, AA; AMADO, J.; GONZÁLEZ (Org.). **A teoria marxista hoje:** problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 395-420.

CARRARA, A. A.; MACHADO, P. J. O. **Ordenamento territorial dos municípios brasileiros:** Minas Gerais, séculos XVIII-XIX. **Almanack**, 2020.

CASTRO, J. Geografia da fome. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

CFS. **Engañados en el invernadero. Contra las soluciones falsas al cambio climático**. Obtenido de Contra las soluciones falsas al cambio climático- **Climate False Solutions**. Tercera edición: 2021. Disponível em: https://climatefalsesolutions.org/wpcontent/uploads/HOODWINKED_3rd_edition-ESPANOL_Enganados-en-ellInvernadero.pdf. Acessado em 2022.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 4. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2014.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos**, Brasília, DF, v. 9, safra 2021/22, n. 11 décimo primeiro levantamento, agosto 2022.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía:** Revista Colombiana de Geografía, Valencia, v. 26, n. 2, 2017, p. 53-75.

COSTA, E. B.; ANDRADE, A. B; MALULY, V. S. Lo urbano y la economía espacial de Brasil en el siglo XVIII. **América Latina en la historia económica**, Ciudad de México, v. 28, n. 3, 2021, p. 2-28.

COSTA, E. B; MALULY, S. V. Geografía histórica y tiempo geográfico, concepto y superación de dicotomías. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago del Chile, n. 79, 2021, p. 253-277.

COSTA, E. B; SCARLATO, F. C. Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração no Brasil Colônia. **ACTA GEOGRÁFICA**, Boa Vista, v. 3, n. 5, 2010, p. 7-21.

COSTA. E. B; SCARLATO, F. C. A natureza do urbano. **Confins** - Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, São Paulo, n. 30, 2017, n.p.

CRUZ, F. O.; RIBEIRO, C. G; LIMA, I. B. **A modernização agrícola nos municípios da mesorregião Campo das Vertentes:** uma aplicação de métodos de análise multivariada, 2006.

Observatório do agronegócio no Brasil. **De olho nos ruralistas**. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/>. Acessado em setembro de 2023.

DIOSECE-SJDR. **Informações da Casa paroquial do Distrito de Emboabas**. Disponível em: <https://diocesedesaojoaodelrei.com.br/>. Acessado em 6 de set. de 2023.

EZLN, C. S. **El pensamiento crítico frente a la Hidra capitalista**. San Cristóbal de las Casas: s/e, 2015.

FONSECA, C. **Arraiais e vilas d’el rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FOSTER, J. B. **Marx’s ecology:** Materialism and nature. New York: NYU Press, 2000.

- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. The end of capitalism (as we knew it): A feminist critique of political economy. **Capital & Class**, v. 21, n. 2, 2015, p. 186-188.
- GOMES, I. O diabo na rua, no meio do redemoinho: olhares sobre o espaço rural a partir da paisagem, da percepção e da arte. **Agrária**, São Paulo, n. 6, 2007, p. 31-60.
- GRAZIANO S. J. **O que é Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de (s) colonial na “América Latina”. Buenos Aires: CLACSO, 2021.
- HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.
- HEROD, A.; WRIGHT, M. Placing scale: an introduction. In: HEROD, A.; WRIGHT, M. (Org.). **Geographies of power**. Oxford: Blackwell, 2002, p. 1-14.
- HOBSBAWM, E. **Nations and Nationalism Since 1780**: Programme, Myth, Reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2014**. Brasília, IBGE, 2011.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.
- JONAS, A. Editorial: the scale politics of spatiality. **Environment and Planning D: Society and Space**, 1994, p. 257-264.
- KAPLAN, D. Territorial identities and geographic scale. In: KAPLAN, D.; HERB, G. (Org.). **Nested identities**. Lanham: Rowman and Littlefield, 1999, p. 31- 49.
- LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.
- LANDER, E. **La Colonialidad del Saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.
- LEFF, E. Negentropic Production. In: KOTHARI, A *et al.* **Pluriverse**: A post-development dictionary. Routledge, 2019.
- _____. **Ecologia Política**: Da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.
- LEIS, H. R. **Impactos da Modernidade na Condição Humana**. Florianópolis: Insular, 2005.
- LIMA, R. A divisão territorial administrativa e judiciária do Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro. v. 1, n. 2, 1945, p. 729-745.
- LUXEMBURG, R. Os empréstimos internacionais. In: **A acumulação do capital**. São Paulo: Abril Cultural, v. 2, 1984, p. 65-82.
- MAMIGONIAN, A. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 198-206.
- MARINI, R. M. A Dialética da dependencia. In: **Ruy Mauro Marini – Vida e obra (textos selecionados)**. São Paulo: Expressao Popular, 2011, n.p.

- MARZO, J. L. **La memoria administrada**. Buenos Aires: Katz, 2010.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MEZZADRA, S; NEILSON, B. **Border as Method, or, the Multiplication of Labor**. Durham: Duke University Press, 2013.
- MIGNOLO, W. D. **Histórias locais-projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MONASTIKY, L. B; *et al.* A “Escala Esquecida”: Modernização e Política Públicas nos Distritos Municipais. **Temas & Matizes**, Cascavel, v. 8, n. 16, 2009, p. 08-23.
- MOORE, A. Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, 2018, p. 3-24.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.
- MORAES, F. B. **A rede urbana das minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. 2006, 325f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MUSSA, A. **Meu destino é ser onça**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BOLÍVAR, Simón ((1783-1830) 1985). *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- PELEGRINI, D.; SIMÕES, J. Avaliação socioeconômica da microrregião de São João del-Rei (MG). 48º Congresso SOBER. Campo Grande: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 25 a 28 de julho de 2010.
- PEREIRA, T. B; TOLEDO, M. Modernização agrícola seletiva no estado de Minas Gerais: uma nota sobre a microrregião de São João del-Rei. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Anais do XXI ENGA. Uberlândia: UFU**, p. 1-10, 2012.
- PINA, J. H. A; DE LIMA, O A; DA SILVA, V. P. Município e Distrito: um estudo teórico. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 6, 2008, p. 125-142.
- PINTO, G. J. **Do sonho à realidade**: Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 2003. 248f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, v. 11, p. 12, 1996, p. 9-76.
- _____. **Da geografia às geo-grafias**. Um mundo em busca de novas territorialidades. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- _____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Interthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, 2004, p. 1-55.
- _____. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, p. 5-26, 2006.

_____ A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Interthesis**: Revista Internacional Interdisciplinar, v. 9, n. 1, 2012, p. 16-50.

_____ A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios: uma perspectiva latino-americana. **Revista ALASRU**, n. 10, 2014, p. 63-86.

_____ Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teóricopolítico desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis** - Revista Latinoamericana, v.14, n. 41, 2015, p. 237-251.

PRUDENTE, C. M; ABBADE, C. M. S. Nomeação e renomeação do espaço: considerações sobre a “tupinização” da toponímia baiana. **Cadernos do CNLF**, v. 20, n. 02 – Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016.

QUIJANO, A. **Ensayos en torno a la colonialidad del poder**. Ediciones del Signo, 2019.

QUIJANO, A; WALLERSTEIN, I. Elementos del desarrollo, la Americanidad como concepto o América en el moderno sistema mundial. **Revista internacional de ciencias sociales**, v. 134, 1992, p. 583-591.

QUINTERO, W., J. A. **Fazer comunidade**: notas sobre território e territorialidade a partir do sentipensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo, Venezuela. Porto Alegre: Deriva. 2019.

RAMBAUD, P. Village et urbanisation: Problèmes sociologiques. **Études rurales**, n. 49-50, p. 14-32, 1973.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do departamento de geografia**, v. 2, 1983, p. 93-101.

RIBEIRO, D. As Américas e a Civilização: Processo de Formação e Cassas do Desenvolvimento Desigual dos Povos Americanos. **Global Editora**, 2021.

ROESER, H. M. P; ROESSES, P. A. O Quadrilátero Ferrífero-MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. **Revista Geonomos**, v. 18, n. 1, 2010, p.33-37.

RODRÍGUEZ, S. **Inventamos ou erramos**. Autêntica, São Paulo, 2016.

ROSSI, M. J. Cartografías del barroco en América Latina. **Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenología**, v. 5, n. 1, 2016, p. 91-120.

SANTOS, B. S.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. In: Epistemologias do Sul.2010.

SANTOS, B. H. **A Formação Socioespacial de São João del-Rei/MG e o processo de regionalização do Campo das Vertentes**. 2017. 167f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2021.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, n. 54, 1977, p. 81-100.

_____ Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: **Hucitec**. 1994.

_____ A Urbanização Brasileira. São Paulo: **Editora Hucitec**, 1994.

_____ O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. 1996.

_____ A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. **Edusp**, 2002.

SAYER, A. The difference that space makes. In Gregory, D. and Urry, D (Org.), **Social relations and social structures**. London: Macmillan, 49–66, 1985.

f

SEGATO, R. Las virtudes de la desobediência. In: **Revista Anfibia** [online], San Martin: Lectura Mundi/ UNSAM, 2009.

SERENI, E. **De Marx a Lênin**: a categoria de “formação económico-social”. Meridiano-Revista de Geografia, v. 2, 2013, p. 248-346.

SILVA, F. C. apudal. O trágico como condição do humano: ressignificação da tragédia na civilização ocidental. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – **Universidade Federal de Santa Catarina**, 2009.

SOARES, A. J. M. **Revista Brasileira**, setembro de 1879 – Adaptação ortográfica: Iba Mendes. Disponível em: <http://www.etimologista.com/2016/11/a-etimologia-da-palavra-emboaba.html> > Acessado em setembro de 2023.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Editora Schwarcz- Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, L. R. **Caracterização e Discussão da Participação Feminina na Agricultura Familiar no Município de São João del Rei, Minas Gerais**. 2021. 91f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2021.

SUASSUNA, A. **Romance da Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta**. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2017.

TAUIL, R. **Cidade Brasileira**: definições político-geográficas. In: Lista de Geografia, 2003.

TEIXEIRA, M. C; VALLA, M. **O urbanismo português**: Séculos XIII-XVIII: Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TOLEDO, M. R. **O mundo no lugar**: o atual projeto de modernização no município de Santarém (PA): (a viabilidade do território brasileiro para uso corporativo e a modernização do Porto de Santarém). 2009. 155 f. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Rosa e Clarice, a fera e o fora**. Revista Letras, Paraná, n. 98, jul./dez. 2018, p. 9-30.

WALLERSTEIN, I. **O Sistema Mundial Moderno. Vol 1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WALLERSTEIN, I. **Geopolitics and Geoculture**: Essays on the Changing World System. Cambridge University Press, Cambridge, 1991.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: Nova América, v. 7, 2009, p. 12-43.

ZAVALETA MERCADO, R.. **Lo nacional-popular en Bolivia, México**. Siglo XXI Editores. 1986

ZEMELLA, M. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1990.